

208920



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM:

**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

**A Participação de Angola nos Processos de
Integração Económica na África Austral – o caso
SADC**

Jessica Augusta Conceição de Carvalho Cunha

**Orientação: Professor Doutor Manuel António de Medeiros Ennes
Ferreira**

Júri:

**Presidente: Professor Doutor Adelino Augusto Torres Guimarães
Vogais: Professora Doutora Maria Helena Almeida Silva Guimarães
Professor Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira**

Janeiro/2004

Lista de Abreviaturas



- ACP** África, Caraíbas e Pacífico
- AEF** África Equatorial francesa
- APD** Ajuda pública ao Desenvolvimento
- BEAC** Banco dos Estados da África Central
- CEA** Comissão económica para África
- CEAO** Comunidade Económica da África Central
- CEDEAO** Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste
- CEMAC** Comunidade Económica e Monetária da África Central
- CEPGL** Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos
- ECCAS** Comunidade Económica dos Estados da África Central
- EUA** Estados Unidos da América
- GATT** General Agreement on Tariffs and Trade
- IDE** Investimento Directo Estrangeiro
- MINPET** Ministério dos Petróleos
- MPLA** Movimento Popular de Libertação de Angola
- OMC** Organização Mundial do Comércio
- ONU** Organizações das Nações Unidas
- OUA** Organização da Unidade Africana
- PIB** Produto Interno Bruto
- PTA** Preferential Trade area of Eastern and southern Africa
- PVDs** Países em Vias de Desenvolvimento
- SACU** Southern Africa Customs Union
- SADC** Southern Africa Development Community
- SADCC** Southern African Development Co-ordination Conference

SATCC Southern Africa Transport and Communications Commission

SEEA Secretaria de estado de Energia e Águas

SPG Sistema de Preferências Generalizadas

SWAPO Southern West African People Organization

TNCs Transnacionais

UDEAC União aduaneira e Económica da África Central

UE União Europeia

UEAC União Económica da África Central

UEMOA União Económica e Monetária do Oeste Africano

UMA União do Magrebe Árabe

UMAC União Monetária da África Central

UNITA União Nacional para a Independência Total de Angola

UTA Unidade Técnica e Administrativa do sector da Energia

A PARTICIPAÇÃO DE ANGOLA NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA NA ÁFRICA AUSTRAL - o caso SADC

Jessica Augusta Conceição de Carvalho Cunha

Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Orientador: Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira

Provas concluídas em:

RESUMO

A integração económica representa na actualidade a alternativa mais viável para a solução dos problemas económicos que África e, mais concretamente a região subsaariana, enfrenta e que comprometem não só o crescimento económico sustentado e o desenvolvimento humano dos países africanos como a sua participação efectiva nas economias mundiais.

Tendo em atenção esta realidade, o presente trabalho desenvolve a teoria de que Angola assume uma atitude passiva face a um dos processos de integração económica ao qual é associada – o SADC – não obstante o facto de enfrentar uma situação económica muito difícil.

Esta posição deve-se à ausência de vontade política por parte dos governantes deste Estado, motivada pela situação de conflito militar que o país viveu durante mais de vinte anos, por uma despreocupação face às questões económicas do país e por algum receio do protagonismo que a África do Sul poderá assumir na região Austral.

Palavras-chave: África Austral, Angola, Blocos Regionais, COMESA, Integração Económica, SADC.

THE ROLE OF ANGOLA IN THE PROCESS OF EASTERN AFRICA'S ECONOMIC INTEGRATION - the SADC case

Jessica Augusta Conceição de Carvalho Cunha

Masters Degree in International Development and Cooperation

Tutor: Doctor Manuel Ennes Ferreira

Final Discussion in:

Summary:

Nowadays, economic integration represents the most viable alternative for the solution of those economic problems that Africa, especially the sub-Sahara, encounters, and which compromises not only the sustained economic growth and the human development of African countries, but also its effective participation in the global economy.

Taking this fact into consideration this work develops the theory that Angola assumes a passive attitude towards the progressive economic integration of which it is an integral part – the SADC – whilst confronting its own very difficult situation.

This position is due to the lack of politicians' and state's will, aggravated by the military conflict that the country has suffered for the past twenty years, simultaneously being oblivious to economic matters plus some concerns that South Africa assume a leading position in the Eastern Africa region.

Keyword: Angola, COMESA, Economic Integration, Eastern Africa, SADC, Regional Blocs

Índice

LISTA DE ABREVIATURAS	2
ÍNDICE.....	6
ÍNDICE DE QUADROS	9
NOTA PRÉVIA	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	15
A TEORIA DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E OS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO	15
1. CONCEITO	15
2. FORMAS DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA.....	16
3. OBJECTIVOS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA.....	17
4. A TEORIA DAS UNIÕES ADUANEIRAS	18
5. INTEGRAÇÃO ECONÓMICA NOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO (PVDs)	24
5.1. <i>Técnicas de Integração Económica dos PVDs</i>	31
5.2. <i>Características e problemas específicos da Integração Económica dos PVDs</i>	31
CAPÍTULO II – PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA EM ÁFRICA	36
1 – ASPECTOS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA EM ÁFRICA	36
2. PRINCIPAIS BLOCOS REGIONAIS EM ÁFRICA	40
2.1 <i>África do Norte</i>	40
2.1.1. A União do Magrebe Árabe (UMA).....	40



2.2. ÁFRICA OCIDENTAL	43
2.2.1. <i>A Integração Económica ao nível da Zona Franco CFA</i>	43
2.2.2. Comunidade Económica da África Ocidental (CEAO) /União Económica e Monetária Oeste-africana (UEMOA).....	45
2.2.3. Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste (CEDEAO).....	49
2.2.4. União do Rio Mano (MRU)	53
2.3. <i>Organizações regionais da África Central</i>	55
2.3.1. Da África Equatorial Francesa (AEF) à CEMAC	55
2.3. 2. Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS)	61
2.3. 3. Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL).....	64
2.4. <i>Blocos Regionais na África Oriental e Austral</i>	65
2.4.1. Zona de Comércio Preferencial da África de Leste e da África Austral/ Mercado Comum da África Oriental e Austral (PTA/COMESA)	67
2.4. 2. A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	72
2.4.2.3. O funcionamento da SADC	79
2.4.2.4. O Protocolo do Comércio e liberalização do comércio.....	82
2.4.3. A União Aduaneira da África Austral (SACU).....	88
3. ANÁLISE E PERSPECTIVAS PARA A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA EM ÁFRICA	91
3.1. <i>Causas e lições gerais do falhanço da integração regional na África subsaariana</i>	93
4. A INTEGRAÇÃO REGIONAL AFRICANA NO ÂMBITO DA GLOBALIZAÇÃO.....	101
5. <i>O Novo Acordo de Parceria entre a União Europeia e os Países ACP e suas implicações nos processos de integração regional africanos</i>	106



CAPÍTULO III – ANGOLA NO SADC.....	113
1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS	113
2. FUNDAMENTOS DA ADESÃO E PARTICIPAÇÃO DE ANGOLA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	116
3. PRINCIPAIS DESAFIOS.....	125
CONCLUSÃO.....	128
BIBLIOGRAFIA	130
ANEXOS.....	138

Índice de Quadros

QUADRO I – PRINCIPAIS INDICADORES BÁSICOS NA UMA	41
QUADRO II – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA UMA	42
QUADRO III – PRINCIPAIS INDICADORES BÁSICOS NA UEMOA	46
QUADRO IV – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA UEMOA	48
QUADRO VII – PRINCIPAIS INDICADORES BÁSICOS NA CEDEAO	50
QUADRO VIII – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA CEDEAO	52
QUADRO IX – PRINCIPAIS INDICADORES BÁSICOS NA MRU	54
QUADRO X – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA MRU	55
QUADRO V – PRINCIPAIS INDICADORES BÁSICOS NA CEMAC	56
QUADRO VI – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA CEMAC	60
QUADRO XI – PRINCIPAIS INDICADORES BÁSICOS NA ECCAS	61
QUADRO XII – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA ECCAS	63
QUADRO XIII – PRINCIPAIS INDICADORES BÁSICOS DA CEPGL	64
QUADRO XIV – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA CEPGL	65
QUADRO XV – PRINCIPAIS INDICADORES BÁSICOS NO PTA/COMESA	68
QUADRO XVI – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO PTA/COMESA	71
QUADRO XVII – PRINCIPAIS INDICADORES BÁSICOS NO SADC	75

Nota Prévia

A investigação efectuada foi possível devido a diversos apoios a que autora desde já agradece.

Ao Artur e a minha mãe pelo ânimo e força transmitida.

Ao Professor Doutor Ennes Ferreira pelo apoio na orientação do nosso trabalho.

Um agradecimento especial também ao Dr. Rui Manguiera do Ministério das Relações Exteriores de Angola e a todos que em Luanda se mostraram disponíveis e que nos forneceram documentação.

Introdução

No decurso do século XX, nomeadamente a partir da década de 50, a temática da integração económica foi adquirindo uma importância cada vez mais significativa na teoria económica. Este é um conceito elaborado a partir da realidade de países desenvolvidos e as suas primeiras experiências ocorreram na Europa.

Assim, após a IIª Guerra Mundial, não só nasceu uma preocupação acrescida pelo estudo e pela teorização dos efeitos da integração económica sobre a estrutura económica dos países envolvidos como se verificou uma proliferação de organizações de integração económica à escala planetária, nomeadamente nos países em vias de desenvolvimento.

A questão da integração económica no continente africano não é propriamente nova. Foi adoptada em muitos países ainda durante a era colonial. Porém, a sua relevância acentuou-se sobretudo após os anos 60 (com a independência da maioria dos países africanos), atingindo o seu auge nos anos 90 com o agravamento dos indicadores económicos e níveis de desenvolvimento humano na região subsaariana de África. São disto exemplo o Plano de Acção de Lagos de 1980 e o mais recente programa de criação da Comunidade Económica Africana a nível continental, decisão tomada na 28ª Cimeira da OUA em 1991. Actualmente, ela está cada vez mais no centro do debate relativo ao desenvolvimento do continente africano e às relações entre este e a economia mundial.

A actual ordem económica mundial e o processo de globalização colocaram África perante a necessidade de optar por uma estratégia em duas dimensões: no plano interno e no contexto global. O panorama africano apresenta-se bastante sombrio nas duas vertentes. Por um lado, a nível interno, as infraestruturas físicas, humanas e institucionais encontram-se pouco desenvolvidas e em alguns casos completamente deterioradas; o crescimento económico sustentado e a alteração das suas estruturas económicas, nomeadamente a industrial, não se têm registado ao nível do desejado;

existem problemas sérios de gestão macro-económica nalguns países; nos últimos vinte anos uma série de países estiveram (ou ainda estão) envolvidos em conflitos militares e instabilidade política e social; os Estados encontram-se profundamente endividados, com governos corruptos e a debaterem-se com flagelos como a SIDA, o êxodo rural, a desertificação e a fome. Por outro lado, numa perspectiva mundial, a maior parte dos países africanos continuam dependentes da exportação de matérias-primas e encontram-se bastante dependentes das economias mais desenvolvidas. Esta situação, que é a realidade desde o aparecimento destes Estados como independentes, tem vindo a deteriorar-se nos últimos anos com o surgimento de novas tecnologias que vieram substituir as matérias-primas que representavam a maior parte das exportações do continente, com a consequente marginalização de África na economia mundial.

Todas estas problemáticas cruzam-se de uma forma ou de outra. De acordo com a maioria dos autores que se têm debruçado sobre este tema, encontrar soluções na integração económica regional é possível, mesmo assim. Como refere Torres, “o continente africano deverá reforçar a vertente da integração regional, sem nunca perder de vista a sua inclusão nas correntes comerciais da economia mundial”¹, acrescentando ainda que “há compatibilidade entre a constituição de zonas de comércio preferencial em África e a inserção destes países na economia mundial, desde que o primeiro movimento seja entendido como uma etapa na preparação das economias africanas para melhor enfrentarem as condições deste último contexto”².

A resposta africana a esta nova realidade foi, um aumento dos esforços de integração e cooperação económicas. Persiste a crença³ de que esta será a estratégia a adoptar pelos países africanos de modo a poderem contrariar os

¹ Torres, 1999:140

² Torres, 1999:143

³ Em Abril de 1980 os Chefes de Estado e de Governo africanos adoptaram o Plano de Acção de Lagos, um projecto que visava o reatamento da integração económica no continente como solução para os problemas económicos e estratégia para a auto-suficiência nacional e colectiva que em Abril de 1991 foi reforçado com a assinatura pelos Chefes de Estado africanos do Tratado de Abuja sobre a criação de uma comunidade panafricana em 2025.

fracos resultados económicos registados no decorrer da última década. Não obstante esta aposta, existem uma série de limitações e obstáculos à aplicação e ao sucesso das medidas adoptadas pelos blocos regionais existentes.

Assim, analisaremos de uma forma mais minuciosa uma região – a África Austral – e o envolvimento de um país – Angola – numa das principais organizações que prevalecem nesta área.

Esta opção é justificada por uma estreita ligação e experiência pessoal que nos liga a Angola e pelo facto de este ser um país com grandes potencialidades económicas, enquadrado numa região, que pelas suas características demográficas e geo-morfológicas assume uma importância significativa no continente africano.

Nesta perspectiva, e tendo em conta a importância que é atribuída à integração económica nas economias subsaarianas, este trabalho pretende ser não só uma reflexão sobre a questão da integração económica no continente africano, como também, e num plano mais restrito, uma avaliação do grau de envolvimento de Angola na Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Isto permitir-nos-á constatar se se verifica, como é nossa hipótese de trabalho, uma atitude de passividade por parte do governo angolano perante este processo de integração económica e os factores explicativos desse comportamento.

Assim, esta investigação encontra-se estruturada do seguinte modo: o Capítulo I destina-se a contextualizar a temática da teoria económica da integração e suas especificidades, quando aplicada aos Países em Desenvolvimento.

No Capítulo II, é realizada uma exposição dedicada ao continente africano, e uma análise histórica dos principais blocos de integração económica existentes, sua composição e linhas de orientação. Far-se-á uma caracterização dos Estados envolvidos nestes processos regionais recorrendo a alguns quadros estatísticos, bem como uma avaliação da performance destas organizações no campo do comércio intra-regional e suas exportações para o resto do mundo, num período compreendido entre 1970 e 1999. Num plano mais actual, será feita uma análise crítica tendo como pano de fundo a

globalização, a questão das mudanças verificadas no Acordo de Cotonou e as potencialidades e constrangimentos da região Austral.

No Capítulo VIII e último capítulo faremos uma avaliação do envolvimento de Angola no SADC, procurando entender e explicar o seu comportamento não só das condições política e económica internas ao país, como também da influência do quadro regional.

As conclusões encerrarão esta dissertação de mestrado.

Capítulo I

A Teoria da Integração Económica e os Países em Vias de Desenvolvimento



1. Conceito

O interesse pelo fenómeno da integração económica é bastante recente. Até ao final da 2ª Guerra Mundial não só não se criaram formas de integração económica significativas como também não houve desenvolvimento de uma teoria explicativa concisa. É a partir de 1950, com a publicação do estudo de Jacob Viner sobre Uniões Aduaneiras, que se verificou o despertar de um grande interesse pela temática da integração económica internacional e uma definição mais precisa do termo como "...processo voluntário de crescente interdependência de economias separadas e a sua fusão em regiões mais largas que as correspondentes às fronteiras nacionais dos países cujas economias se integram"⁴.

Para Balassa⁵ a Integração Económica deve ser encarada como processo, uma vez que pressupõe a aplicação de medidas que visam a abolição de discriminações entre áreas económicas de Estados diferentes, e como situação, dado que pode representar a ausência de formas diversificadas de discriminação entre economias nacionais.

Tinbergen⁶, por sua vez, considera a existência de integração passiva e de integração activa. A primeira visa a eliminação de discriminações e restrições à livre circulação de bens. A segunda, envolve uma modificação das instituições existentes e/ou criação de novas com o objectivo de melhorar a eficiência dos mercados e a promoção de objectivos e políticas comuns.

⁴ Silva, A. e Rego L., 1984: 21

⁵ Balassa, B., 1961: 12

⁶ In Medeiros, 1996

Robson⁷ estabeleceu uma diferenciação e distingue três níveis diferentes: - Integração Nacional (integração de regiões dentro das fronteiras de um Estado Nacional), Integração Económica Internacional (integração de várias nações num bloco regional) e Integração Mundial (que tal como o próprio nome indica refere-se ao mesmo fenómeno a uma escala planetária).

2. Formas de Integração Económica

São considerados habitualmente cinco tipos de integração económica internacional, que representam, igualmente, graus diferentes de integração⁸:

1. Zona de Comércio Livre – Pressupõe a ausência completa de direitos aduaneiros nas relações entre os países envolvidos e as restrições quantitativas ao comércio. Cada país mantém, no entanto, a sua pauta aduaneira externa em relação aos países que não são membros. O problema principal surge por existência de diferenciais de direitos aduaneiros nas pautas aduaneiras externas dos países membros e prende-se com a origem das mercadorias envolvidas no comércio entre estes. Só se encontram isentos de direitos os produtos que tenham origem dentro da zona, daí a necessidade de existência de regras de origem⁹ que permitam determinar quais as mercadorias que devem ser consideradas como tendo origem na área¹⁰.
2. União Aduaneira – Mantém as características da Zona de Comércio Livre mas adopta uma Pauta Aduaneira Externa Comum que permitirá o estabelecimento de um preço único para todas as entradas de bens e

⁷ Robson, P., 1985:11-12

⁸ Balassa, B., 1961: 13

⁹ O caso da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) por exemplo.

¹⁰ Evitando-se, assim a deflexão de comércio, ou seja, a entrada de mercadorias pelo país que possui o mais baixo nível de direitos aduaneiros e o aproveitamento da diferença de taxas existentes entre o país com os direitos aduaneiros mais baixos (que assim sendo, estaria em clara vantagem) e os restantes países da área.

serviços e portanto, uma base de concorrência mais ampla para todos os produtores da área.

3. Mercado Comum – Herda as características da União Aduaneira mas acrescenta as seguintes novidades: liberdade de circulação de capitais; liberdade de circulação de trabalhadores e liberdade de circulação de serviços (que se juntam à já existente circulação de mercadorias);
4. União Económica – distingui-se de um mercado comum por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e factores com um certo grau de harmonização das políticas económicas nacionais, com vista a um espaço de maior coesão;
5. Integração Económica Total – união política e económica. Introduce a coordenação de políticas macroeconómicas, acompanhada pelo aparecimento de instituições supranacionais.

3. Objectivos da Integração Económica

Os acordos estabelecidos entre Estados que visem uma integração económica têm essencialmente, motivações políticas e económicas. A nível político, não nos podemos esquecer que valores e directrizes económicas influenciam positiva ou negativamente as relações políticas entre nações diferentes e inclusive podem reforçar ou enfraquecer as considerações de ordem política¹¹.

A integração económica é, também, muitas vezes, uma fonte de ajuda ao amortecimento das tensões políticas e possibilita o forjar de uma cooperação política através do elo comercial.

A nível económico, Robson¹² considera as seguintes vantagens, em termos de eficiência na afectação de recursos:

¹¹ Silva, A. e Rego L., 1984: 13

¹² Robson, P., 1985:11-12

- Aumentos de produção resultantes de fenómenos de especializações em conformidade com as vantagens comparativas;
- Os obstáculos ao investimento vão sendo reduzidos proporcionando o aparecimento de economias de escala e consequentemente o crescimento da produção através da exploração destas economias;
- Melhoria dos termos de troca entre a área integrada e os países não – participantes;
- Aumentos na eficiência motivados por acréscimos da concorrência;
- Alterações na quantidade e qualidade dos inputs, assim como no aumento de fluxos de capital e do avanço tecnológico;

Numa área integrada, a fluidez das trocas leva a que os produtos internos com preços mais elevados sejam substituídos por outros similares menos caros de outros parceiros. Isto tem como consequência libertar recursos internos que poderão ser mobilizados para a produção exportável. Por outro lado, os consumidores desses países beneficiam de uma diminuição de preços e aumentam as suas possibilidades de escolha.

Há que referir, igualmente, outros objectivos de âmbito económico tais como: taxas de crescimento mais elevadas, aumento da oferta de emprego; distribuição internacional do rendimento, arranque da industrialização¹³ e outras motivações de cariz histórico, étnico, linguístico, social ou de ordem estratégica como: os recursos humanos, naturais, a ciência e tecnologia.

4. A Teoria das Uniões Aduaneiras

A teoria da integração económica é um ramo da teoria do comércio internacional que se ocupa dos agrupamentos de mercados. A teoria desenvolveu-se sobretudo através da análise das diversas consequências das

¹³ Silva, A. e Rego L., 1984: 14

uniões aduaneiras, embora os agrupamentos de mercados possam assumir outras formas como já referimos anteriormente.

As Uniões Aduaneiras apresentam três características principais:

- 1) A eliminação dos direitos aduaneiros sobre as importações provenientes de países membros;
- 2) A adopção de uma pauta externa comum sobre as importações originárias do resto do mundo;
- 3) A distribuição das receitas aduaneiras entre os países membros.

A aplicação efectiva destas medidas tenderá a alterar os preços relativos dos bens nos mercados internos dos países integrados, com repercussões sobre os fluxos comerciais, a produção e o consumo. A teoria das uniões analisa esses efeitos e as suas implicações sobre a distribuição de recursos e o progresso de cada país envolvido, do conjunto dos países membros e do mundo.

Os efeitos, as receitas e perdas, que são o objecto da teoria, resultam do impacto da união aduaneira sobre: a distribuição de recursos e a especialização internacional; o aproveitamento de economias de escala; os termos de troca; a produtividade dos factores de produção; a escala de crescimento económico; a estabilidade económica e a distribuição do rendimento.

A teoria ortodoxa aponta como fundamentais para a união aduaneira e para o comércio internacional de bens os três primeiros aspectos. Os restantes são justificados com hipóteses previamente admitidas pela teoria: a produção é efectuada pelos processos tecnicamente mais eficientes; os factores produtivos são assumidos como móveis no interior dos países mas imóveis entre eles; os custos de transporte são ignorados e os direitos aduaneiros são considerados como o único instrumento de restrição ao Comércio. Assume-se, igualmente, a existência de concorrência pura em mercados de produtos e factores; considera-se que os preços reflectem com exactidão os custos de oportunidade de produção, que o comércio externo é equilibrado (o valor das exportações é

igual ao valor das importações) e que existe aplicação total dos recursos produzidos.

Contudo, como sublinha Ferreira, “tais pressupostos não são tão restritivos para a aplicação da teoria à realidade como à primeira vista pode parecer; no entanto, a realidade do comércio internacional – em particular a importância de outros factores produtivos para além do preço – necessariamente divergem bastante do especificado na teoria das uniões aduaneiras”.¹⁴

A teoria estática¹⁵ ou ortodoxa das uniões aduaneiras tem origem na obra de Viner¹⁶, cuja contribuição principal consistiu em demonstrar que, sob certos pressupostos, um movimento de protecção a união aduaneira não é necessariamente um movimento na mesma direcção que o livre comércio, porque do ponto de vista do Bem-estar uma União Aduaneira tanto pode ter efeitos benéficos – criação de comércio – como nefastos – desvio de comércio.

A criação de comércio consiste na substituição ou diminuição do consumo de produtos internos de custo mais elevado por outros similares de custo mais reduzido importados de outro país membro da união. A criação de comércio melhora, portanto, a afectação de recursos, uma vez que há uma redução nos recursos utilizados na produção de bens que antes eram produzidos internamente e tende a elevar o nível de Bem-estar, uma vez que resulta, logicamente, também num aumento do consumo face à existência de um preço inferior.

O desvio de comércio, ao contrário, verifica-se quando um determinado país da área integrada começa a adquirir bens de outro parceiro a custos mais elevados. A substituição da fonte das importações provoca um aumento no custo dos bens, que leva a uma contracção no consumo e consequentemente a uma perda do bem-estar do consumidor.

¹⁴ Ferreira, E., 1983:18

¹⁵ Silva, A. e Rego L., 1984: 14 – A Teoria Estática das Uniões Aduaneiras “analisa os efeitos decorrentes da especialização na produção de acordo com as vantagens comparadas e de uma forma mais ligeira sobre os efeitos resultantes de alterações nos termos de troca”

¹⁶ Viner, J., 1950;

Viner¹⁷ analisou os efeitos de criação de uma união aduaneira pelo peso relativo da criação de comércio e desvio de comércio. Se o saldo entre esses dois elementos pender para a criação, a união aumenta o Bem-estar, ao passo que se pender para o desvio de comércio, a união aduaneira é prejudicial. Os méritos de uma determinada união aduaneira serão, portanto, avaliados tendo como único critério a criação de comércio ou o desvio de comércio.

Medeiros¹⁸ constata que é muito complicado discernir os factores ou elementos que proporcionam a criação de uma união com sucesso (vai de encontro as ideias de Viner que considerava não haver possibilidade de desenvolvimento de uma teoria sustentável para avaliar as condições - chave para a existência de criação de comércio numa união), contudo o autor faz referência a alguns:

- A probabilidade de criação de comércio aumenta quanto maior for o número de países a integrar e quanto maior for a dimensão da união;
- Quanto mais competitividade houver entre os países integrados maiores são as possibilidades de criação de comércio;
- Quanto menor for a taxa média dos direitos aduaneiros após a união maiores serão os efeitos prováveis de criação de comércio;

Viner na sua análise apenas se refere aos efeitos que se manifestam a nível da produção (efeitos - produção). Contudo, a formação de uma união aduaneira é susceptível de, para além dos efeitos estáticos decorrentes da reafectação de recursos, desencadear também efeitos a nível do consumo através das alterações que provoca no preço dos bens.

Assim, a análise estática da teoria das Uniões Aduaneiras apresenta premissas de carácter restritivo, nomeadamente:

- Parte do princípio que os recursos disponíveis permanecem constantes e apenas equaciona a redistribuição entre sectores, não levando em conta os avanços tecnológicos e o crescimento do investimento;

¹⁷ Viner, J., 1950 in Medeiros, R., 1996:577

¹⁸ Medeiros, R. 1996

- Não pressupõe o aproveitamento das economias de escala e as consequências que daí advêm;
- Exclui a hipótese de maior competitividade estimular a eficiência e a concorrência entre os sectores de produção nacionais.

São precisamente os efeitos provenientes de um aumento de concorrência, de alterações no nível e natureza do investimento e do aproveitamento dos fenómenos resultantes da presença de economias de escala¹⁹ que vão ser analisados pela teoria dinâmica das Uniões Aduaneiras – efeitos dinâmicos.

A abolição de barreiras ao comércio entre os países que formam uma União Aduaneira pressupõe um inevitável aumento de concorrência na medida em que o mercado interno de cada um dos países passa a apresentar condições idênticas de acesso para todas as empresas pertencentes ao agrupamento.

Este facto exerce uma grande influência na eficiência e produtividade das empresas através de uma alteração dos métodos de produção, contribuindo assim para o abaixamento dos respectivos custos. Uma maior agressividade na competição entre os sujeitos económicos desperta a necessidade de procurarem por inovação, reestruturação e equipamento e investimento que por sua vez poderão proporcionar melhorias nos métodos de produção por parte dos produtores marginais²⁰, a eliminação de deficiências de gestão²¹, a possibilidade de maiores ganhos nos mercados de exportação e menores perdas nos mercados internos.

Em relação aos efeitos provenientes de alterações ao nível do investimento, uma maior confiança dos investidores na estabilidade das regras comerciais entre os países membros pode levar tanto a um aumento no volume de

¹⁹ Surgem com o alargamento de mercado proporcionado pela formação de uma União Aduaneira e influenciam o bem-estar.

²⁰ Um dos problemas que importa resolver é o facto de que num ambiente proteccionista, característico da maioria dos PVDs, existe uma série de condições que permitem a determinadas empresas subsistirem no mercado por processos artificiais (Ex: através de benefícios fiscais, subsídios, acordos sobre parcelas de mercado etc.), o que leva a que as empresas eficientes não consigam expandir as suas vendas e crescer.

²¹ Silva, A. e Rego, L., 1984:35 – “ O aumento de concorrência leva a uma diminuição daquilo que H. Leibenstein designou por «Ineficiência X» – a ineficiência técnica que impede a maximização da produção com um dado volume de recursos”. Resulta, habitualmente, de erros de gestão empresarial.

investimento como também à diminuição do risco empresarial dos exportadores e importadores.

Tanto o aumento da concorrência como o interesse de produtores de países terceiros em realizarem investimentos dentro da área integrada influenciam positivamente o investimento. O primeiro, pelo surgimento inevitável de um surto de investimento de adaptação por parte das empresas que procuram reequipar-se e reestruturar-se face às novas oportunidades de crescimento que surgem com a integração económica. O segundo, motivado pelo interesse de terceiros em tirarem partido de um mercado alargado e em evitarem a pauta aduaneira comum.

A própria natureza do investimento poderá sofrer alterações, ou através da introdução de novos métodos de produção ou através de uma reafecção de recursos das indústrias estagnadas ou em declínio, para indústrias em crescimento. O surgimento de *joint-ventures*, a difusão de *Know-how* e o aproveitamento das economias de escala são fenómenos que levam, também, a uma modificação da natureza do investimento.

No que diz respeito ao aproveitamento das economias de escala, estas podem resultar da fusão de empresas derivadas do aumento da concorrência ou da possibilidade de exploração de um mercado mais vasto e desempenham um papel importante no desenvolvimento de indústrias (como as de alta tecnologia e *engineering*) e na redução do rácio dos preços de exportação em relação à totalidade dos preços domésticos.

Silva e Rego concluem que os elementos dinâmicos presentes no processo de integração levam a aumentos significativos de crescimento económico e da eficiência na afectação de recursos na formação de uma União Aduaneira, no entanto, no estudo das Uniões Aduaneiras verificam-se divergências por parte dos autores na utilização ou não destes nas suas análises.

Foi a partir de Balassa²² com a “eficiência dinâmica” que se valorizou a importância de avaliar os efeitos estáticos e efeitos dinâmicos simultaneamente

²² Balassa, 1961:30

numa união aduaneira: "ao avaliar os efeitos da integração económica usar-se-á eficiência dinâmica como o principal indicador dos resultados obtidos, tomando em consideração tanto as variações na eficiência da distribuição dos recursos, no sentido estático, como os efeitos dinâmicos da integração".

5. Integração Económica nos Países em Vias de Desenvolvimento (PVDs)

Actualmente, o maior número de exemplos de Integração Económica situa-se nas zonas menos desenvolvidas do nosso planeta.

Toda a teoria ortodoxa brevemente analisada nos pontos precedentes, foi desenvolvida para os países desenvolvidos da Europa, daí o facto da maioria dos economistas que se debruçaram sobre esta questão nos PVDs procurarem avaliar até que ponto esta pode ser aplicada a estes países.

Robson²³, considera necessário que se questione dois pontos principais: em que medida as características dos PVDs favorecem a criação de comércio e se a criação de comércio é um critério relevante para avaliar as uniões aduaneiras entre estes países.

Seguindo a abordagem anteriormente feita em relação ao conceito de criação de comércio, é lícito considerar que as condições que são favoráveis à criação de comércio não são as que habitualmente se encontram nos PVDs²⁴.

Nestes países o comércio externo é elevado relativamente à sua produção interna, sendo o comércio intra -regional extremamente reduzido. Os PVDs, na sua maioria, importam um número elevado de produtos intermediários e bens finais manufacturados, que não são produzidos internamente, ou se o são

²³ Robson, 1985:227

²⁴ Silva, A e Rego, L., 1984:81 referem que a teoria estática das Uniões Aduaneiras pressupõe condições que não se verificam nos países subdesenvolvidos como a "...existência de pleno emprego e a inalterabilidade dos recursos existentes e não há necessidade de interferir no mercado para alterar a afectação de recursos..."

apenas em quantidades reduzidas e são fortemente dependentes da exportação de matérias-primas para os países desenvolvidos.

Devido à disparidade do nível de produtividade entre os países industrializados e os PVDs, normalmente o desvio de comércio tem grande relevo, ao mesmo tempo que se verifica pouca criação de comércio devido ao baixo nível de produtividade e sobretudo, ao fraco grau de complementaridade entre as estruturas de produção dos países em análise.

Brown²⁵ por sua vez, reconheceu que no comércio internacional dos países menos desenvolvidos verificam-se condições contrárias as enunciadas por Lipsey²⁶ (uma União Aduaneira terá maiores probabilidades de aumentar o bem estar se quanto maior for a proporção do comércio internacional com o outro país integrado e menor a proporção deste comércio com o resto do mundo e quanto menor for o volume total do comércio em relação à produção interna antes da formação da união): comercializam mais com os países desenvolvidos do que entre si e frequentemente tem sectores externos de dimensão maior à produção nacional.

Perante esta situação, alguns economistas sustentaram que a teoria convencional não se aplica aos PVDs, outros assumiram uma posição distinta: não consideraram completamente inaplicável aos PVDs a teoria da união aduaneira, reconhecem, realmente, que esta é usualmente aplicável às economias desenvolvidas, mas consideram que podem haver formas de união aduaneira e critérios para avaliar os seus resultados distintos dos convencionais e que podem ser uma mais valia na análise e na política económica dos países em desenvolvimento. Esta nova abordagem foi desenvolvida por Lider²⁷, Cooper e Massel²⁸ e outros.

²⁵ Brown, A. J., 1961

²⁶ Tal como Viner, foi um dos primeiros economistas a construir um aparelho teórico para o exame do efeito da formação de uma União aduaneira sobre um grupo de países economicamente avançados.

²⁷ Linder, S.B., 1967

²⁸ Cooper, C. A e Massell, B. F., 1965

Estes autores representam, respectivamente duas correntes de pensamento para os PVDs: a primeira refere-se à industrialização, a segunda à poupança de divisas mediante a substituição de importações. É importante referir que estes dois elementos são comuns na teoria do desenvolvimento, e o feito de retirá-los da teoria do desenvolvimento para incorporá-los na teoria das uniões aduaneiras revela de imediato que os critérios convencionais são insuficientes pois não incluem nenhum destes factores²⁹. A União Aduaneira poderá parecer desfavorável se só se observar o comércio internacional com predomínio de desvio de comércio, mas pode ser compatível com, por exemplo, a promoção da industrialização que tanto se procura nos PVDs que a integram. Ou seja, o facto de se verificar desvio de comércio pode significar substituição de importações e também poupança de divisas para a promoção do desenvolvimento.

Tomaremos o ensaio de Cooper e Massell como pedra angular do aspecto da industrialização e a análise de Linder para o aspecto da poupança de divisas.

Cooper e Massel, no estudo referido, acrescentam uma outra variável a ter em conta – a produção industrial – uma vez que na realidade um dos objectivos fundamentais da integração económica entre PVDs é o fomento do crescimento industrial e a orientação deste para o desenvolvimento económico. No modelo destes autores, é admitida uma preferência pela industrialização e os direitos aduaneiros são vistos como um instrumento de política e não como uma variável exógena. As vantagens de uma União Aduaneira dependem do que ocorra com as importações e a produção industrial, resultando desta forma que os ganhos de uma União Aduaneira dependam da tarifa externa comum pela qual se opte.

Para Cooper e Massell tanto a criação de comércio como o desvio de comércio podem ser algo positivo ou negativo e as vantagens de uma União Aduaneira serão maiores se:

²⁹ Andic, S. e Teitel, S., 1977

1. Houver nos países integrados um custo marginal de protecção que aumenta rapidamente;
2. Os países tiverem uma grande preferência pela indústria;
3. Os países forem complementares
4. Nenhum dos países dominar o outro na produção industrial.

O efeito da união aduaneira dependerá, assim, das regras que determinem a localização da indústria, o comércio dentro da união e a distribuição equitativa das receitas.

Mas, a lição mais importante destes autores, vai muito além destas condições.

A integração económica pode permitir que duas ou mais economias protejam uma determinada indústria a menor custo real. O alcance ou não deste resultado depende das preferências dos participantes e, muito mais importante, do grau de cooperação entre estes. Em muitos casos será necessário um esforço cooperativo minucioso para que um país não perca mais na dimensão da indústria do que ganha a nível das receitas, ou que não perca em ambos os lados.

Cooper e Massell rompem, assim, com o que Linder chama a teoria neoclássica da união aduaneira que considera bom todas as receitas nacionais da união mediante o aumento da especialização e mau toda a deterioração das receitas nacionais devido ao desvio de comércio, admitindo que um país em vias de desenvolvimento (PVD) pode valorizar tanto a industrialização que esteja disposto a sacrificar algumas receitas nacionais.

No estudo de Linder³⁰ o autor defende que perdas de possíveis receitas nacionais devido ao desvio de comércio podem ser contra balanceadas pela substituição de importações para a alocação de divisas. Para a substituição de importações a análise não se restringe apenas à produção industrial, uma vez que outros tipos de bens e serviços podem alocar muitas divisas. Ora isto permite-nos apontar críticas ao caso da industrialização de Cooper e Massel. A

³⁰ Linder, 1967

industrialização é apenas uma chave para designar as actividades promotoras do crescimento através de elos, aumento do espírito empresarial, desenvolvimento de novas actividades, etc. e pode incluir uma grande diversidade de actividades. A análise destes autores não permite diferenciar os benefícios de indústria para indústria do lado da procura, a diferenciação ocorre apenas do lado do custo³¹.

Também Ferreira³² no estudo que desenvolve sobre a teoria da integração e países em desenvolvimento considera que uma integração entre PVDs não pode ser avaliada pelo critério criação/desvio de comércio, uma vez que este apresenta uma grande limitação, o facto de ser estático e de curto prazo.

Nestes países o principal problema que se coloca é o de criação de recursos próprios, o que pressupõe uma alteração da estrutura existente e de tempo necessário para o aparecimento de novas oportunidades de mercado e não tanto o problema de uma reafecção mais eficiente dos recursos.

As vantagens da integração não podem ser esperadas da estrutura de comércio existente – e que se baseia na estrutura de produção existente – mas sim das futuras estruturas do comércio e, portanto, da produção.³³

Para Andic e Teitel³⁴, a criação de comércio e desvio de comércio "são termos enganosos" no contexto dos PVDs, uma vez que derivaram da teoria convencional do custo comparativo. O que uma União aduaneira deverá procurar, essencialmente, é a criação de desenvolvimento e diminuir os riscos

³¹ Cada actividade estabelecida para a industrialização deve ter um custo diferencial e um benefício diferencial em termos de crescimento proporcionado, da mesma forma que cada actividade interna estabelecida para poupar divisas implica um custo diferencial em termos de receitas perdidas e um benefício diferencial em termos de divisas poupadas.

³² Ferreira, E, 1983: 72

³³ Ferreira, E., 1983: 72 "A irrelevância da teoria da integração, neste aspecto, deriva do facto de ela ter surgido como resposta a uma Europa após-guerra: na altura tratava-se de reordenar ou reconstruir a estrutura de produção da Europa que, devido a efeitos da guerra ou ao longo período de autarcia, não obedecia a qualquer lógica. Mas a premissa era a existência prévia de uma capacidade de produção em todos os países participantes, mesmo que se tratasse de uma capacidade de produção «sub-ótima» que através de re-afecção podia ser melhorada ou mesmo optimizada. No caso da integração de PVD o problema não se põe evidentemente assim; trata-se de desenvolver recursos, pelo que uma teoria estática de re-afecção de recursos não pode servir para avaliar processos de integração destes países."

³⁴ Andic, S. e Teitel, S. 1977

de desvio da capacidade potencial de desenvolvimento de um país já subdesenvolvido.

Assim, tal como Balassa³⁵ refere, em relação aos PVDs, " o crescimento económico surge como consideração primordial³⁶" para a integração económica³⁷, daí a necessidade de reflexão sobre a aplicação de uma teoria tradicional, moldada para características concretas existentes nos países industrializados, aos PVDs e o alerta de muitos investigadores para a importância de se desenvolverem como Krugman³⁸ refere "modelos operativos que possam ser aplicados aos problemas reais".

As razões para a integração entre PVDs assentam, segundo Robson³⁹, fundamentalmente na necessidade de aumentar as oportunidades de investimento lucrativo, tanto interno como externo, e na necessidade de mobilização de recursos.

Os argumentos pró – integração regional baseiam-se, assim, nas vantagens que possam derivar da racionalização da estrutura produtiva emergente e na validade de um ou mais dos vários argumentos que justificam o proteccionismo nos países integrados, sobretudo em relação ao caso da substituição de importações. Se houver razões para a protecção de indústrias, então a integração pode oferecer a possibilidade de redução dos seus custos, libertando, dessa forma, recursos para futuros investimentos e oferecendo a possibilidade de uma taxa de crescimento económico mais rápida.

³⁵ Balassa, B., 1961: 18

³⁶ O autor menciona também o desejo de imitarem o exemplo europeu e de defesa perante os possíveis efeitos adversos da integração económica europeia.

³⁷ Balassa, B., 1961:18 considera que a "integração económica na Europa contribui para evitar discriminações devidas às restrições comerciais e de pagamentos e ao aumento da intervenção estatal, e tem como objectivo diminuir as flutuações cíclicas e aumentar o crescimento do rendimento nacional"

³⁸ Krugman, 1988:64

³⁹ Robson, 1985:229-231

O autor reconhece, também, que a integração pode aumentar o poder negocial do grupo nas suas relações económicas externas⁴⁰.

Em termos económicos, as vantagens e desvantagens da integração económica para os PVDs devem ser avaliados, segundo Robson, à luz dos seguintes factores:

- Nível de industrialização e sua importância no processo de desenvolvimento económico;
- Potencial de exportação de produtos manufacturados para os mercados mundiais;
- Dimensão e aproveitamento das economias de escala que poderão surgir das indústrias regionais;
- As diferenças nos custos de produção de bens industriais nos vários países membros;
- A posição dos mercados na área integrada;
- Infraestruturas de comunicação e transporte⁴¹ para a deslocação e o escoamento das matérias-primas e produtos finais na área;

No âmbito político, há questões igualmente importantes a avaliar⁴²:

- Políticas de Investimento Directo Estrangeiro e Empresas Multinacionais;
- Políticas distributivas de benefícios – a integração deverão ser a mais equitativa não só em termos de resultados, tentando equilibrar os objectivos de eficiência e de justiça distributiva como nos investimentos realizados;
- Direcção do desenvolvimento industrial e da especialização;

⁴⁰ Robson considera que perante a perspectiva apresentada o conceito estático de criação de comércio e de desvio de comércio perde alguma relevância e uma política de integração entre PVDs pode ser bem sucedida mesmo que não existam as condições para a criação estática de comércio.

⁴¹ Este ponto assume para os PVDs um cariz fulcral dado o tamanho destes e a ausência de uma rede de comunicação e transportes que suporte a dimensão das áreas de integração nestes.

⁴² Medeiros, 1996:580

5.1. Técnicas de Integração Económica dos PVDs

Robson⁴³ considera três diferentes:

Liberalização total do comércio – assenta nas forças de mercado e numa política pautal que conduz à constituição de uma União Aduaneira ou Zona de Comércio Livre;

Acordos de complementariedade – consistem na liberalização do comércio apenas para algumas indústrias ou grupos de produtos já existentes no contexto de planos para a racionalização da actividade produtiva entre os países membros e tem como objectivo promover a especialização entre um número limitado de unidades produtivas ou processos de produção existentes de modo a explorar as economias de escala e a utilizar os excedentes de capacidade;

Acordos entre países para o estabelecimento de novas indústrias numa base regional – consiste na aplicação de uma série de medidas que têm por objectivo incentivar e regular o investimento numa base regional, de modo a obter e explorar economias de escala.

5.2. Características e problemas específicos da Integração Económica dos PVDs

Toda a abordagem à questão da Integração Económica nestes países deve ser feita à luz de factores importantes que caracterizam as suas economias e outros problemas inerentes. Como referimos, o desenvolvimento económico é o principal motor para o arranque do fenómeno da integração nas sociedades em desenvolvimento e são precisamente questões de foro económico que na

⁴³Robson, P., 1985:232

maioria das vezes enviesam todo o processo. Silva e Rego⁴⁴ apontam as seguintes:

- A dualidade das economias em vias de desenvolvimento – apresentam o sector de exportação e importação muito forte em detrimento do da produção;
- Sector primário muito representativo quer na própria estrutura do produto Interno Bruto (PIB) quer na produção para exportação;
- O comércio externo, historicamente, esteve sempre orientado para os países desenvolvidos (durante o período colonial o principal comércio existente era o da exportação de matérias-primas das colónias para os países colonizadores) o que fez com que se promovessem mais infra estruturas de comunicação e transporte para estes países e não para os países vizinhos;
- Inexistência de moedas fortes e falta de divisas;
- Receio que a integração promova o desaparecimento de indústrias existentes nestes países de fraca industrialização;
- Os PVDs não se encontram todos no mesmo nível de desenvolvimento, o que faz com que haja sempre a possibilidade de serem afectados de forma diferente pelos efeitos da integração económica;
- A similaridade da dotação de recursos entre estes países faz com que as vantagens comparativas dependam do tamanho dos mercados domésticos. A maiores mercados correspondem níveis de produção mais elevados que por sua vez, permitem menores custos e consequentemente maior competitividade. Assim, ou não existe vantagem comparativa entre os parceiros pois todos têm dimensão económica equivalente, ou se existe pode ser sempre o mesmo parceiro a tê-la pelo que as condições de especialização se vêm comprometidas;

⁴⁴ Silva e Rego, 1984:82

Robson⁴⁵, considera que os problemas específicos da integração económica nos PVDs podem ser englobados em três pontos⁴⁶:

1. Repartição equitativa dos benefícios da integração entre os países membros;
2. Determinação do espaço económico, onde poderá haver especialização e desenvolvimento;
3. Criação de uma política efectiva dirigida para o investimento estrangeiro e para as empresas multinacionais.

O primeiro, crucial, reflecte para a necessidade de se criarem medidas que visem a distribuição equitativa dos benefícios da integração. Foram desenvolvidos alguns mecanismos como a Compensação Financeira⁴⁷, os Incentivos Financeiros⁴⁸ e Políticas Industrias Regionais e de Especialização Industrial Planeada⁴⁹ como formas de ultrapassar as dificuldades de integração entre os PVDs.

Também Mead⁵⁰ faz referência a esta questão, observando que na maioria dos países em análise neste capítulo os benefícios oriundos de um processo de integração, eram geralmente distribuídos de uma forma desigual entre os países participantes, daí a necessidade de se criarem formas de intervenção

⁴⁵ Robson, 1985:234

⁴⁶ Ignorados pela teoria ortodoxa

⁴⁷ Através de transferências inter governamentais de rendimento dos países mais favorecidos para os menos favorecidos. Exemplo mais comum: Perda líquida de receitas alfandegárias em resultado da compra de produtos a outros Estados membros. Contudo, este método não leva em conta a perda de desenvolvimento potencial que de outro modo o país poderia obter se prosseguisse o seu próprio processo de industrialização de forma independente e é sempre complicado aferir qual o valor a transferir.

⁴⁸ Para influenciar a localização de indústrias, novas empresas bem como o nível e o carácter da produção já existente. Tem como objectivo atrair a actividade industrial para países menos desenvolvidos e pressupõe a proibição de outros membros mais desenvolvidos darem subsídios equivalentes.

⁴⁹ Dirigidas quer para o sector privado, quer para *joint-ventures* formadas pelos países agrupados. Durante a década de 80 foi dada uma grande importância à adopção de políticas industriais regionais e de medidas de harmonização industrial nos PVDs, no entanto os primeiros acordos que utilizaram este método resultaram infrutíferos tanto a nível das negociações como na sua execução devido a uma série de razões como: incerteza quanto aos resultados; diferenças nas concepções de equidade e nas avaliações dos benefícios por parte dos vários participantes

⁵⁰

para controlar a distribuição de forma que resulte aceitável para todas as partes.

A determinação do âmbito e direcção do desenvolvimento industrial e da especialização é fundamental e muito difícil uma vez que é complicado discernir quais os sectores onde a especialização poderá ser benéfica, dado que os preços de mercado não reflectem os custos de oportunidade social devido à existência de factores como: desemprego, protecção às indústrias nascentes, economias de escala, economias externas e escassez de divisas.

O terceiro ponto apresentado por Robson está directamente relacionado com o Investimento Directo Estrangeiro, que tem assumido um papel cada vez mais preponderante nos agrupamentos regionais actuais, através sobretudo das empresas multinacionais, as práticas monopolistas e o acesso à tecnologia.

Num plano mais prático, outras circunstâncias têm dificultado a prática dos blocos de integração económica em economias em vias de desenvolvimento, como a dificuldade em articular políticas de integração com medidas proteccionistas e com os programas de ajustamento estrutural (está associado a questão do pagamento de dívidas e destes países terem problemas de financiamento e de não poderem suportar as suas dívidas durante períodos prolongados). O papel insipiente das classes empresariais nacionais (sobretudo na área industrial) e a ausência de investimento interno são também factores que contribuem frequentemente para o insucesso da integração económica nos PVDs.

A existência ou não de vontade política por parte dos dirigentes dos PVDs é outro dos problemas que Silva e Rego abordam. Estes países têm habitualmente regimes pouco estáveis, recentes, e há tendência para que os políticos se preocupem com resultados e questões do presente e valorizem pouco o futuro. Para além da ausência política que muitas vezes se verifica, a necessidade de existência de um conjunto de instituições que acompanhe e controle as medidas que vão sendo tomadas, compromete igualmente os processos de integração nos PVDs pois acarreta, entre muitas consequências,

um incumprimento dos objectivos nas datas previstas e na maioria das vezes um abandono dos projectos recém – iniciados.

Outros factores comuns à maioria das organizações económicas regionais dos PVDs são apontados por Ferreira⁵¹:

- A aplicação de medidas políticas comuns é comprometida pelas diferenças de estrutura económica dos países;
- Diferenças na comparticipação dos custos inerentes aos processos de integração económica;
- Incompatibilidade dos sistemas políticos e económicos;
- Inexistência, perante o processo de integração, de um suporte político-social nos países;
- Diferenças histórico-sociais devidas em grande parte às enormes distâncias entre os países.

⁵¹ Ferreira ,M., 1990: 66-67

Cápítulo II – Processos de Integração Económica em África

1 – Aspectos da Integração Económica em África

Em África, na década de sessenta, logo no início dos processos de descolonização foi flagrante para os políticos deste continente a necessidade de cooperação regional. Duas escolas de pensamento surgiram então: os continentalistas que eram a favor da União Africana e os funcionalistas que promoviam um conceito menos ambicioso de cooperação sub-regional. Embora apenas este último tenha dado frutos, o ideal pan-africano continua vivo e nos últimos anos ganhou significado. O Plano de Acção de Lagos e a sua actualização o Tratado de Abuja de 1991, apresentam uma mistura de ambas correntes: preconizam uma União Económica Pan-Africana, baseada no estabelecimento e consolidação antecipada de unidades sub-regionais.⁵²

A Organização de Unidade Africana (OUA), considerou a integração económica como parte da sua estratégia para o desenvolvimento do continente⁵³ e fixou mesmo o objectivo de se alcançar um mercado comum continental no ano 2000. Perante as dificuldades surgidas esse prazo foi dilatado para o ano 2025, no entanto, são muitas as declarações de intenção no sentido da integração económica e os acordos de integração regional, mesmo a nível de zonas de comércio preferencial e zonas de comércio livre proliferam.

Considerações de ordem política estiveram, assim, na base da motivação para a aposta na integração económica em África. A unidade africana, a formação de estruturas políticas regionais num processo de consolidação pós-colonial e a criação de blocos regionais para uma utilização eficaz dos fóruns políticos internacionais são os alicerces de muitos defensores da integração no

⁵² Hoff, P. E Stiftung F., 1999

⁵³ Mbaku, J., 1995: 151

continente. McCarthy⁵⁴ reforça esta ideia considerando que houve uma necessidade por parte dos Estados africanos de possuírem instrumentos institucionalizados de forma a maximizar as possibilidades de negociação com o resto do mundo e afastar a economia regional do “fantasma do neocolonialismo ocidental”.

Juntamente com a América Latina, o continente africano reúne o maior número de blocos regionais no mundo em desenvolvimento, com adesões e objectivos que variam desde uma cooperação limitada a áreas específicas a integrações económicas completas. De acordo com dados publicados por Hoff e Stiftung⁵⁵, Hugon⁵⁶ e Leistner⁵⁷ em 1990 estes ultrapassavam os 200, dos quais mais de 80 por cento eram inter-governamentais.

Alguns dos blocos regionais tiveram origem ainda durante o período colonial. Contudo, a maioria dos esquemas integracionistas foram surgindo após as independências, durante as décadas de 1960 e 1970. Na grande maioria dos casos, os agrupamentos reúnem países que partilham laços coloniais estabelecidos pela mesma potência colonizadora, uma vez que esta criou um leque de instituições comuns e existe uma língua e uma moeda comum. Nos outros casos, os blocos de integração económica, sobretudo os maiores, são fruto da proximidade geográfica entre os países membros.

Como teremos oportunidade de observar ao longo deste capítulo, no continente africano, e mais particularmente na região da África subsaariana⁵⁸, frequentemente os países são membros de mais de uma união com ideologias, objectivos e propósitos diferentes.

Na África Austral, por exemplo, o Lesoto e a Suazilândia são membros da SACU, do SADC e do COMESA. Na África Ocidental, o Benim, o Burkina-faso, a Costa do Marfim, o Mali, o Níger, o Senegal e o Togo são membros da

⁵⁴ McCarthy, C. in Stephen Ellis (dir), 1995:355

⁵⁵ Hoff, P e Stiftung, F., 1999

⁵⁶ Hugon, P., 1999:124

⁵⁷ Leistner, 1996

⁵⁸ Reúne todos os países em África, excepto os do norte: Argélia, Egipto, Marrocos e Tunísia.

UEMOA e da CEDEAO. Apresentam, também, diferentes graus e padrões de desenvolvimento, ideologias, sistemas políticos divergentes e características demográficas e geo-morfológicas distintas – encontram-se muitos países com escassa população “entalados” entre outros muito populosos e com territórios muito vastos; alguns têm falta de recursos enquanto outros são dotados de generosos recursos humanos e naturais.

Embora os vários agrupamentos apresentem uma evolução divergente e se encontrem em níveis distintos de integração, debatem-se na sua maioria com problemas similares e de modo geral as experiências de integração económica nas grandes regiões africanas têm pautado pelo insucesso e são escassos os progressos animadores⁵⁹.

Em África o objectivo da integração económica foi sempre ambicioso, com o Mercado Comum como meta final e como teremos oportunidade de verificar este objectivo não foi alcançado e muitos poucos cumpriram com os prazos fixados⁶⁰.

No caso da CEDEAO, por exemplo, os progressos realizados desde a sua criação em 1975 para o estabelecimento de uma união aduaneira são negligenciáveis se comparados com os objectivos definidos ao início. Actualmente, apenas a SACU e a UDEAC tem uma Pauta Aduaneira Externa comum.

Os resultados das integrações são limitados, tanto no plano dos fluxos comerciais (menos de 6 por cento do comércio total⁶¹), e dos fluxos financeiros, como a nível político e militar.

Na África subsaariana, ao longo das duas últimas décadas têm se verificado conflitos armados e hostilidades entre países vizinhos que não tem sido alvo de uma apreciação e tentativa de resolução por parte dos blocos regionais existentes e que têm contribuído significativamente para o insucesso

⁵⁹ Torres, A., 1999

⁶⁰ Olivier, G, 2001:40

⁶¹ Hugon, P., 1999: 124

económica na região. A título de exemplo, apenas a Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste (CEDEAO) é que desempenhou um papel intervencionista aquando da guerra na Libéria⁶², quando se verificaram, e algumas ainda subsistem, situações de conflito em países como Angola, Burundi, Congo, Moçambique, República Democrática do Congo (ex-Zaire), Ruanda, Sudão, durante os últimos quarenta anos. A acrescentar à instabilidade política está a dissolução total do Estado que se verifica em alguns países – a Somália, a Serra Leoa, a Libéria, a Guiné-Bissau, o Ruanda, o Burundi e outros como a República Democrática do Congo, a República Popular do Congo, o Sudão, a Etiópia – e a própria desarticulação entre Estados, Nações e povos subjacentes devidas a repartição de África pelo Congresso de Berlim em 1885, que ainda hoje está na origem de muitos conflitos.

Este quadro torna-se ainda mais preocupante se acrescentarmos todos os problemas que advêm destas guerras (refugiados, miséria, fome, destruição de infraestruturas, canalização das receitas para material de guerra, doenças, etc.), problemas demográficos e ambientais (desertificação) à situação de descalabro em que se encontra a economia da maioria dos Estados africanos - a parte das exportações africanas nas exportações mundiais tem vindo a decrescer, a agricultura e a indústria encontram-se estagnadas e obsoletas - e à consequente marginalização do continente na economia mundial.

O que é certo, é que com economias pouco diversificadas, assentes na produção de matérias-primas, endividamento crónico (provocado pela adopção de estratégias de desenvolvimento desenquadradas da realidade económica e das capacidades dos países africanos) e com uma diminuição crescente das poupanças internas e do investimento estrangeiro, o continente africano regista

⁶² Stein, B.: 1995 - "Em Agosto de 1990, a ECOWAS efectuou uma intervenção militar sem precedentes na guerra civil da Libéria, que tinha desalojado mais de metade da população do país e provocado a fuga de 600 mil liberianos para a Guiné, Serra Leoa e Costa do Marfim. "Confrontada com um conflito de proporções de quase genocídio, um enorme afluxo de refugiados para três Estados membros, um governo que não conseguia governar, e perante a ameaça das hostilidades se alastrarem aos Estados vizinhos, uma organização internacional a nível regional foi capaz de encontrar a vontade política para intervir, separar as partes em combate e conduzir à assinatura de um acordo de paz."

cada vez maior marginalização relativamente ao mercado internacional, e uma maior dependência dos fluxos de ajuda bilateral e multilateral⁶³.

Assim, a maioria dos autores⁶⁴ é unânime em concordar que a “integração regional em África é uma necessidade urgente”⁶⁵, não só como solução para os problemas com que o continente se debate, mas também, como um meio de transição, “uma fase preparatória durante a qual as economias deverão operar transformações radicais, quer no plano económico, quer no plano político”⁶⁶, com vista a uma inclusão efectiva nas correntes comerciais da economia mundial.

2. Principais Blocos Regionais em África

2.1 África do Norte

2.1.1. A União do Magrebe Árabe (UMA)

A Uma foi instituída a 01 de Julho de 1989 pelo Tratado de Marraqueche⁶⁷ e partiu de uma ideia político-económica de criar uma organização capaz de negociar com a comunidade europeia, entidade com a qual os países da UMA fazem cerca de 70 por cento do seu comércio e de promover a estabilidade na região⁶⁸.

Juntamente com a CEDEAO, o COMESA, a CEEAC, a UMA faz parte dos acordos de integração que se inserem na lógica convergente do Plano de Acção de Lagos a que se seguiu o Tratado de Abuja e sustentados pela Comunidade Económica Africana (CEA).

Fazem parte desta organização cinco países da sub-região em análise: a Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia, que juntos prosseguiram os

⁶³ United Nations, 2001

⁶⁴ Mbaku, 1995: 151

⁶⁵ Torres, A. 1999: 141

⁶⁶ Torres, A. 1999:140

⁶⁷ Data em que o Tratado entrou em vigor. Foi assinado a 17 de Fevereiro de 1989.

⁶⁸ McCarthy, C., 1995: 356

objectivos de encaminhar as respectivas sociedades para o desenvolvimento e prosperidade e para a criação e instituição de uma União Aduaneira e um Mercado Comum através do estabelecimento de políticas comuns para a liberdade de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais⁶⁹.

Quadro I – Principais Indicadores Básicos na UMA (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B. (mil Milhões de USD)	P.N.B. per capita (USD) **	P.I.B*. (mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita*(USD ppc)
Argélia	2.382	29,8	46.5	1.550	47,9	5.063
Líbia	1.760	5,2	40,7***	8.965***
Marrocos	447	29,3	33.7	1.190	35,0	3.419
Mauritânia	1.26	2,6	1.0	390	1,0	1.609
Tunisia	164	9,4	19.8	2.090	20,9	5.957
UMA	5.779	76,3			145,5	

Fonte: World Bank, World Development Indicators: 2001

*Fonte PNUD: 2001

**Fonte: World Bank: African Development Indicators 2001

***Dados referentes a 1995 Fonte: World Bank 1997

O comércio intra-regional é nos dado pelo Quadro II e como podemos verificar não é significativo (esta é, no entanto, uma sub-região com substanciais reservas naturais: petróleo e gás natural na Argélia, Líbia e Tunísia e fosfatos e minérios de ferro na Mauritânia e Marrocos⁷⁰). Embora, se constate um aumento (não progressivo) a partir de 1990, ainda assim, representa uma percentagem ínfima (o valor mais elevado foi em 1995, com as exportações intra-bloco a representarem 3,8 por cento do total de exportações do bloco)

⁶⁹ Medeiros: 1998

⁷⁰ Medeiros, 1998:100

tanto a nível dos Estados membros, como à escala mundial (o total das exportações da UMA representava em 1999, 0,6 por cento das exportações mundiais).

Segundo Mistry⁷¹, o comércio intra-regional nesta organização não se verifica devido a quatro factores principais:

1. Inconvertibilidade das moedas;
2. Procedimentos e regras de origem não harmonizadas;
3. Fraqueza estrutural no sistema de pagamentos intra-regional;
4. Inadequada rede de informação entre os países da região.

Este autor reconhece que estes países comercializam mais individualmente com a União europeia do que entre si.

Quadro II – Evolução das Exportações da UMA (comércio intra-regional)

	1970	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações intra-bloco (milhões USD)	60	109	274	958	1.109	1.115	927	918	918
Exportações Intra-bloco (% do total das exportações)	1,4	0,3	1,0	2,9	3,8	3,4	2,7	3,3	2,5
Total exportações (% exp. Mundiais)	1,5	2,3	1,5	1,0	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6

Fonte: World Bank, World Development Indicators, 2001

⁷¹ Mistry, P., 2000: 562

2.2. África Ocidental

2.2.1. A Integração Económica ao nível da Zona Franco CFA

Os 14 países membros da Zona Franco CFA⁷² estão reunidos no seio de um mecanismo e de uma organização monetária que os liga à França – a Zona Franca. A cooperação monetária entre a França e estes países assenta em quatro princípios fundamentais anunciados aquando da Convenção de Cooperação Monetária dos Estados Membros da zona de emissão do Banco de Estados da África Central (BEAC) e a República Francesa a 23 de Novembro de 1972, assim como no acordo de cooperação entre os países membros da União Monetária Oeste-Africana e a República Francesa a 04 de Dezembro de 1973.

São estes: a convertibilidade garantida pelo tesouro Francês (a convertibilidade das moedas emitidas pelas diferentes instituições de emissão da zona Franca é garantida sem limite pelo Tesouro Francês); as moedas da Zona são convertíveis entre si, as paridades são fixas sem limite de montantes; a livre transferência (as transferências são, em princípio, livres no interior da Zona, quer se trate de transacções correntes ou de movimentos de capitais); a centralização das reservas de troca (em contrapartida da convertibilidade ilimitada garantida pela França, os bancos centrais africanos são obrigados a depositar cerca de 65 por cento das suas reservas de troca⁷³ no tesouro francês em contas de operações abertas em nome de cada um dos Estados⁷⁴.

Durante os primeiros anos de independência os países integrados na Zona Franco apresentaram melhores resultados económicos e de crescimento em comparação com os outros estados africanos. Nos anos 70 registaram taxas de inflação mais baixas em comparação com os outros países da África

⁷² Hugon, 1999: 128 - Começou por ser uma integração monetária imposta às colónias e protectorados franceses e oficialmente criada em 1948.

⁷³ A excepção das somas necessárias ao seu tesouro corrente e as transacções com o Fundo Monetário Internacional – FMI

⁷⁴ <http://www.isf.net/>

Subsariana, uma performance superior a nível de exportações e taxas de crescimento mais elevadas e a dívida externa era menor⁷⁵.

Após este período, a situação alterou-se conduzindo a resultados menos satisfatórios, que se deveram, essencialmente a uma combinação de causas internas e externas.

No campo interno é de mencionar o não cumprimento das regras, os atrasos na implementação das medidas de ajustamento estrutural e a subida dos custos, as constantes desvalorizações, fuga de capitais e as decisões tomadas face ao surgimento eminente de uma desvalorização monetária⁷⁶. A nível externo, após 1980 verificaram-se mudanças no cenário mundial, sobretudo a crise da dívida externa, a apreciação do dólar americano face às moedas europeias e o declínio dos preços das matérias-primas.

A desvalorização, na ordem dos 100 por cento, do Franco CFA em Janeiro de 1994, proporcionou um impulso significativo da economia, sobretudo a nível macroeconómico⁷⁷. Em 1994, O PIB estagnou, aumentando posteriormente, de 1995 a 1998 cerca de 5 por cento ao ano. Verificou-se, igualmente, um aumento do excedente da Balança comercial e uma melhoria da posição líquida da balança de operações com o Tesouro francês e em 1996 a taxa de inflação baixou para os 5 por cento⁷⁸. Não obstante este impacto favorável verificaram-se desvantagens decorrentes do aumento do preço das importações e oscilações cambiais em alguns países⁷⁹.

Actualmente contesta-se a evolução da Zona Franco no contexto da implementação do euro e as preocupações centram-se na necessidade de um

⁷⁵ Foroutan, 1992

⁷⁶ Hugon, 1999:130

⁷⁷ Saer/Fernave, 2001:213 "Em termos globais, esta operação que ainda hoje tem opositores, parece positiva para a França, não deixando de o ser também para o conjunto de países abrangidos: a procura interna concentrou-se na produção local, o que fomentou o comércio interzonal que não chega aos 10%. O investimento atingiu os 20% do PIB em 1997, contra a média de 15% no período de 1986-1993, as exportações tornaram-se mais competitivas e a própria inflação global fixou-se em 5%, em 1997, contra 27% em 1994. O défice orçamental foi reduzido para 1.6% do PIB contra 6.5% no período de 1986-1993."

⁷⁸ Hugon, 1999:131

⁷⁹ SaeR/fernave, 2001:213

aumento do leque de ofertas das exportações africanas. Tal como Hugon refere, é necessário que haja atracção de capitais para os países africanos e que a Europa exerça “efeitos de propagação do crescimento através de transferências de tecnologia e de uma abertura do seu mercado a produtos manufacturados” pois de outra forma o sucesso das reformas monetárias ficará de antemão comprometido.⁸⁰

A par deste mecanismo e organização, os países da Zona Franco estão, sobretudo, organizados em dois blocos regionais:

- a União Económica e Monetária da África do Oeste – UEMOA;
- a Comunidade Económica e Monetária da África Central – CEMAC;

2.2.2. Comunidade Económica da África Ocidental (CEAO) /União Económica e Monetária Oeste-africana (UEMOA)

O Tratado que instituiu a CEAO foi assinado em Abidjan a 16 de Abril de 1973⁸¹ (entrou em vigor a 01 de Janeiro do ano seguinte), pelos Chefes de Estado do Burkina-faso, Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Niger e Senegal. O Benim⁸² tornou-se membro em 1984.⁸³ Em 1994, a CEAO foi substituída pela UEMOA (Tratado assinado em Dakar a 10 de Janeiro de 1994 com entrada em vigor a 01 de Outubro do mesmo ano)⁸⁴ e três anos depois adere à organização a Guiné-Bissau, tornando-se o seu oitavo Estado membro.

⁸⁰ Hugon, 1999:131

⁸¹ Medeiros, 1998:101

⁸² Foroutan, 1992:6

⁸³ Estes países fazem todos parte, com excepção da Costa do Marfim, da categoria de Países Menos Avançados (PMA).

⁸⁴ [http:// www.uemoa.htm](http://www.uemoa.htm)

Quadro III – Principais Indicadores Básicos na UEMOA (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B. (mil Milhões de USD)	P.N.B. per capita	P.I.B*. (mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita* (USD ppc)
Benim	113	6,1	2,3	380	2,4	933
Burkina-Faso	274	11,2	2,6	240	2,6	965
Costa do Marfim	322	15,7	10,4	710	11,2	1.654
Guiné-Bissau	36	1,2	0,2	160	0,2	678
Mali	1.240	11,0	2,6	240	2,6	753
Mauritânia	1.026	2,6	1,0	390	1,0	1.609
Níger	1.267	10,5	2,0	190	2,0	753
Senegal	197	9,2	4,7	510	4,8	1.419
UEMOA	4.475	67,5	25,8	382	26,8	397

Fonte: World Bank, World Development Indicators: 2001

*Fonte PNUD: 2001

A CEAO/UEMOA representam, respectivamente, a terceira e quarta tentativa por parte dos países da região oeste-africana, que pertenceram à primeira federação de territórios franceses da África Ocidental⁸⁵, de manter as negociações estabelecidas durante o período colonial, para a cooperação monetária e económica.

A CEAO tinha como principal meta a criação de uma união aduaneira e a promoção do crescimento económico dentro da área integrada. Para atingir estes objectivos foi criada uma Pauta Aduaneira Comum e foram adoptadas regras de origem para os produtos manufacturados, baseadas no critério da

⁸⁵ Em 1959 foi criada a União Aduaneira da África Ocidental – UDEAO que em 1966, após as independências passou a chamar-se União aduaneira dos Estados da África Ocidental

percentagem⁸⁶. Foi estabelecida uma estrutura de tarifas e taxas preferenciais para os produtos industriais, feita à medida das necessidades proteccionistas de cada Estado membro, o que criou uma estrutura distorcida de protecção efectiva não conforme com qualquer critério económico e que impediu o desenvolvimento de um mercado integrado.

Com a substituição pela UEMOA, foram considerados outros objectivos⁸⁷:

- O reforço da competitividade das actividades económicas e financeiras dos Estados membros;
- A convergência do desempenho e políticas económicas dos Estados membros;
- A criação de um mercado comum baseado na livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais;
- Adequar e harmonizar a legislação dos Estados membros e particularmente do regime fiscal ao funcionamento efectivo do mercado comum.

Desde o seu nascimento, a UEMOA tem procurado corrigir as deficiências passadas e a filosofia de substituição de importações da CEAO, através da implementação de medidas de taxas e comércio mais liberais e menos distorcidas. São exemplo disto, a entrada em vigor da redução de direitos aduaneiros para cerca de 80 por cento dos produtos industriais⁸⁸; a livre circulação, e isenção total de direitos e taxas alfandegárias para produtos agrícolas, artesanato e alguns produtos industriais previamente acordados⁸⁹; a fixação a 22 por cento da taxa máxima de direitos aduaneiros no quadro da Tarifa Externa Comum⁹⁰. Estas medidas têm sido acompanhadas a nível político pela adopção de um Pacto de Convergência, de estabilidade,

⁸⁶ Medeiros, 1998:102

⁸⁷ <http://www.uemoa.int/organes/historique/objectifs.htm>

⁸⁸ A 01 de Janeiro de 1999. Até à data era aplicável apenas a 60% dos produtos (em 1997 tinha passado de 30% para 60%)

⁸⁹ Entrada em vigor a 01 de Janeiro de 2000

⁹⁰ Em vigor desde 01 de Janeiro de 2000

crescimento e solidariedade entre os Estados Membros, criação de um Código transparente de gestão das finanças públicas no seio da UEMOA e instituição de políticas comuns a nível industrial e mineiro⁹¹.

Este conjunto de decisões ainda se encontra em fase de implementação e os resultados pretendidos ainda são esperados, uma vez que até à data, como podemos observar pelo Quadro IV estes tem sido reduzidos (a avaliar pela evolução das exportações de membros da UEMOA para outros membros do bloco) e pelo evoluir do peso das exportações num contexto mundial. No entanto, como já tivemos oportunidade de abordar, a desvalorização do franco CFA à seis anos atrás e o estabelecimento de uma União Aduaneira e Económica no seio da UEMOA, proporcionou algumas alterações positivas na economia destes países.

Quadro IV – Evolução das exportações da UEMOA (Comércio intra-regional)

	1970	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações intra-bloco (milhões USD)	52	460	397	614	555	707	733	779	832
Exportações Intra-bloco (% do total das exportações)	6,5	9,6	8,7	12,9	10,0	9,8	11,8	11,6	12,7
Total exportações(% exp. Mundiais)	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: World Bank, World Development Indicators, 2001

⁹¹ <http://www.uemoa.htm>

2.2.3.Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste (CEDEAO)

A CEDEAO é um agrupamento regional de quinze países⁹² criado a 28 de Maio de 1975⁹³ em Lagos (Nigéria), a que se veio juntar, em 1977, o arquipélago de Cabo Verde⁹⁴.

A ideia original de uma comunidade que engloba – se toda a África Ocidental remonta a 1963⁹⁵. Contudo, as negociações que levaram à formação da CEDEAO tiveram início, apenas, após o fim da guerra civil da Nigéria no princípio dos anos 70 e foi a assinatura de um tratado de cooperação económica entre este país e o Togo em 1972 que deu o impulso à ideia de integração económica⁹⁶.

É o bloco regional mais populoso e mais diversificado a nível económico da África subsaariana.

As diferenças económicas na CEDEAO, são acentuadas por diferenças culturais, históricas e políticas. Os laços coloniais com diferentes potências colonizadoras estão na origem da existência de três línguas diferentes, o Francês, o Inglês e o Português, diferentes moedas, estruturas administrativas públicas e trâmites fiscais. Para além disso, as relações entre os países é marcada por rivalidades de longa data e instabilidade política⁹⁷.

É de realçar alguma instabilidade dentro da própria organização entre os países francófonos e os outros Estados. Todos os países francófonos membros da CEDEAO (excepto o Togo) pertenciam também à CEAO que, como

⁹² Medeiros, 1998: 103 - Entre os Estados membros a Costa do Marfim e a Nigéria são dois dos países mais importantes da zona – a Nigéria é rica em recursos naturais e a a Costa do marfim possui a indústria, enquanto o Benim e o Burkina-faso são extremamente pobres.

⁹³ Medeiros, 1998: 104

⁹⁴ Estão presentes oito países da Zona Franco CFA: Benim, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Togo. Estes países são membros da CEDEAO, mas a sua acção de integração desenvolve-se no seio da UEMOA.

⁹⁵ Fouroutan, 1992: 4 - A ideia foi promovida, essencialmente, pela Nigéria, convicta de que uma comunidade alargada iria ajudá-la a reduzir a sua dependência face ao petróleo e aumentar a sua influência numa região dominada pelo francês.

⁹⁶ Mshomba, 2000: 189

⁹⁷ Foroutan, 1992:5

mencionámos, em 1994 foi substituída por uma organização mais ambiciosa - a UEMOA, e que continuou a contar com a adesão dos estados em questão excepto a Mauritânia. O Togo e a Guiné-bissau também aderiram à UEMOA. O Gana que reclamava contra as barreiras discriminatórias que os seus produtos enfrentavam nos países UEMOA em 1998 ponderou a possibilidade de adquirir o estatuto de país observador da UEMOA.

Quadro VII – Principais Indicadores Básicos na CEDEAO (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B. (mil Milhões de USD)	P.N.B. per capita	P.I.B*. (mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita*
Benim	113	6,1	2,3	380	2,4	933
Burkina-faso	274	11,2	2,6	240	2,6	965
Cabo Verde	4**	0,4	1,3**	1.330	0,6	4.490
Costa do Marfim	322	15,7	10,4	710	11,2	1.654
Gâmbia	11	1,3	0,4		0,4	1.580
Gana	239	18,9	7,5	390	7,8	1.881
Guiné	246	8,0	3,6	510	3,5	1.934
Guiné-Bissau	36	1,2	0,2	160	0,2	678
Libéria	96**	3,0**				
Mali	1.240	11,0	2,6	240	2,6	753
Mauritânia	1.026	2,6	1,0	390	1,0	1.609
Niger	1.267	10,5	2,0	190	2,0	753
Nigéria	924	110,8	31,6	260	35,0	853
Senegal	197	9,2	4,7	510	4,8	1.419
Serra Leoa	72	4,3	0,7	130	0,7	448
Togo	57	4,4	1,4	310	1,4	1.140
CEDEAO	6.124	218,6				

Fonte: World Bank, World Development Indicators, 2001

*Fonte PNUD: 2001

**Fonte World Bank, African Development Indicators, 2001

A CEDEAO tem como missão a promoção da integração económica em “todos os domínios da actividade económica, nomeadamente a indústria, os transportes, as telecomunicações, a energia, a agricultura, os recursos naturais, o comércio, as questões monetárias e financeiras, as questões sociais e culturais...” e a abolição das restrições ao comércio, bem como suprimir os obstáculos à livre circulação de pessoas, serviços e bens e a harmonização das políticas sectoriais regionais⁹⁸.

Como objectivos máximos, pretende a constituição de um vasto mercado comum oeste-africano e a criação de uma união monetária para o ano de 2004 que favoreçam o crescimento económico e o desenvolvimento da África do Oeste. Este processo passaria pela supressão dos direitos aduaneiros e das taxas de efeitos equivalentes, a adopção de uma Pauta Externa Comum; a harmonização das políticas económicas e financeiras e a criação de uma zona monetária.

Perante a lentidão nos progressos registados pela CEDEAO, o Tratado de Lagos foi revisto a Julho de 1993. Assim, novas decisões foram tomadas e foram adoptados os princípios da supranacionalidade na aplicação das decisões, o financiamento autónomo das instituições⁹⁹ e a criação de órgãos de controlo e arbitragem de aplicação das decisões: Tribunal de Justiça, Parlamento e Conselho Económico e Social.

Não obstante as dificuldades apresentadas, esta organização registou alguns progressos importantes em matéria de circulação de pessoas¹⁰⁰; na construção de estradas inter-estados, no desenvolvimento das telecomunicações entre Estados e na manutenção da paz e da segurança na região como já tivemos

⁹⁸ <http://www.ecowas.int/>

⁹⁹ As instituições da CEDEAO são as seguintes: a Conferência de Chefes de Estado e Governo (actualmente presidida pelo Mali); o Conselho de Ministros; um Secretariado Executivo dirigido por um secretário Executivo (M.Lansana Kouyate desde Agosto de 1997), o Tribunal Comunitário e as Comissões Técnicas especializadas (indústria, transportes, etc.)

¹⁰⁰ Adepojou:10 – A 29 de maio de 1979 foi ratificado o Protocolo sobre a Liberdade de Movimento de Pessoas e o direito de Residência e de Estabelecimento a ser aplicado num prazo de 15 anos a partir da data de entrada em vigor do Protocolo. A primeira fase, aplicada durante um período de cinco anos, abolia a exigência de vistos e de autorização de entrada. A segunda fase (direito de residência) entrou em vigor em Julho de 1986, mas o direito de estabelecimento ainda hoje está por aplicar desde 1991.

oportunidade de abordar¹⁰¹. É no domínio da integração dos mercados que os esforços da Comunidade foram mais frustrantes, como poderemos depreender da análise do Quadro VIII. Com efeito, o esquema de liberalização das trocas ainda não está operativo, assim como a Pauta Externa Comum e as políticas externas e financeiras não se encontram equiparadas e isto reflecte-se no comércio existente entre os países que compõem esta organização.

Quadro VIII – Evolução das Exportações da CEDEAO (Comércio intra-regional)

	1970	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações intra-bloco (milhões USD)	86	692	1.026	1.533	2.088	2.527	2.487	2.638	2.687
Exportações Intra-bloco (% do total das export.)	2,9	10,1	5,2	7,8	9,8	9,4	9,7	11,8	12,2
Total exportações (% exp. Mundiais)	1,1	0,4	1,0	0,6	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4

Fonte: World Bank, World Development Indicators, 2001

Os resultados obtidos não estão, assim, à altura das ambições.

Numerosas e complexas razões interagem para tal. Entre as mais relevantes, podemos citar a instabilidade e má governação que têm marcado a história de vários países, a inexistência de infraestruturas fiáveis de transporte, telecomunicações e energia, economias fracas e pouco diversificadas, a falta ou pouca vontade política manifestada por alguns Estados membros, políticas económicas incorrectas em certos casos, a multiplicidade de organizações a concorrerem para os mesmos objectivos, o pagamento irregular das contribuições financeiras para o orçamento das instituições e a ausência de envolvimento por parte da sociedade civil, do sector privado e dos movimentos

¹⁰¹ Mshomba, R., 2000: 181 - É a única organização na África Subsaariana a possuir uma força militar de interposição – a ECOMOG, criada em Abril de 1990 com o intuito de pôr fim ao conflito da Libéria e repor ao poder a 10 de Março de 1998 o presidente da Serra Leoa Ahmad kabbal eleito democraticamente e que tinha sido afastado pelo golpe de Estado liderado pelo Major Johnny paul Koroma

de massa no processo de integração. É de salientar que estas são razões verosímeis, também, para a realidade de outros blocos que estamos a analisar e que têm se revelado experiências pouco lucrativas no que diz respeito à integração económica entre Estados, como teremos oportunidade de concluir mais à frente.

Contudo, embora se verifiquem estes dados negativos, alguns sinais promissores levantam a possibilidade de melhores perspectivas.

A instauração da democracia na maioria dos países da CEDEAO e particularmente na Nigéria¹⁰² que é a economia dominante da região; a tomada de consciência da importância do sector privado e o desengajamento progressivo dos sectores produtivos; a adopção de estratégias de aceleração do processo de integração da CEDEAO; a harmonização dos programas da CEDEAO e da UEMOA dentro do quadro de aceleração do processo de integração na África do Oeste e outras medidas que têm vindo a ser implementadas poderão ser vistas como sinais promissores de um futuro sucesso deste bloco.

No presente, o acento tónico é colocado na necessidade de convergência dos indicadores macroeconómicos, susceptível de garantir a estabilidade de uma zona monetária única a ser implementada em 2004. Indicadores estes traduzidos num défice orçamental na ordem dos 3 por cento do PIB; do avanço do Banco Central ao governo (10 por cento das receitas correntes cobradas no ano anterior), na inflação (um dígito), numa taxa de câmbio com variação inferior a cinco e reservas externas (seis meses de importação)¹⁰³.

2.2.4. União do Rio Mano (MRU)

Este agrupamento regional foi constituído em 1971 pelos governos da Libéria e da Serra Leoa¹⁰⁴. Na altura, estes Estados pretendiam expandir o comércio na

¹⁰² É o sexto exportador mundial de petróleo.

¹⁰³ Correia, O., 2000

¹⁰⁴ Torres, 1990: 69, "...a Libéria e a Serra Leoa são, no que se refere ao seu passado histórico e cultural, a mesma nação. De facto, o antigo reino Kailahun Luawa foi dividido pela Grã-Bretanha e a França no século XIX em dois países, a Libéria e a Serra Leoa."

zona e criar condições propícias à melhoria da capacidade produtiva¹⁰⁵. Em 1977 foi adoptada uma Pauta Aduaneira Comum¹⁰⁶, três anos depois, a 25 de Outubro, a Guiné torna-se membro deste bloco de integração¹⁰⁷ e em 1981 é aprovada a liberalização do comércio de mercadorias com origem na área integrada.

Embora continue a vigorar o objectivo de estabelecimento de uma União Aduaneira, o que é certo é que os últimos doze anos caracterizaram-se por um comércio intra-grupo muito fraco e um aumento excessivo das dívidas externas fruto da guerra civil (que eclodiu em 1989 nos dois países fundadores e que até ao presente, embora tenham sido assinados Acordos de Paz, permanece ainda um clima de muita violência e incerteza) e instabilidade política que se vive na região.

Quadro IX – Principais Indicadores básicos na MRU (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B. (mil Milhões de USD)	P.N.B. per capita	P.I.B*. (mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita*
Guiné	246	8,0	3,6	510	3,5	1.934
Libéria	96**	3,0**				
Serra Leoa	72	4,3	0,7	130	0,7	448
MRU	414	15,3				

Fonte: World Development Indicators: 2001

*Fonte PNUD: 2001

**Fonte: World Bank, African Development Indicators, 2001

Como podemos depreender da análise do quadro seguinte, a última década caracterizou-se por um comércio intra-grupo muito fraco. Em 1990 (logo

¹⁰⁵ Mistry, P., 2000: 565

¹⁰⁶ Mshomba, R., 2000: 177

¹⁰⁷ Os três países estão classificados como PMA.

asseguir ao início da guerra civil), não se verificaram quaisquer exportações de um país para outro e embora se verifique um ténue crescimento ainda assim, representa uma ínfima percentagem do total das exportações.

Quadro X – Evolução das Exportações da MRU (Comércio intra-regional)

	1970	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações intra-bloco (milhões USD)	1	7	4	0	1	4	7	8	8
Exportações Intra-bloco (% do total das exportações)	0,2	0,8	0,4	0,0	0,1	0,3	0,5	0,5	0,6
Total exportações (% exp. Mundiais)	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: World Bank, World Development Indicators, 2001

No entanto, embora os países da União do Rio Mano tenham passado, recentemente, por uma experiência de instabilidade política, tem aumentado a crença de que se aproxima um período de desenvolvimento económico para a região.

2.3. Organizações regionais da África Central

2.3.1. Da África Equatorial Francesa (AEF) à CEMAC

Os países da região da África Central desde cedo tomaram consciência do potencial da cooperação económica e integração regional como factores susceptíveis de contribuir para a aceleração do seu crescimento e desenvolvimento.

Com efeito, antes das independências, a República Centro-Africana, o Congo, o Gabão e o Chade constituíram uma entidade geo-económica integrada, a AEF.

A 29 de Junho de 1959, estes países criaram a União Aduaneira Equatorial (UDE).

Com as independências em 1960¹⁰⁸, optaram pela consolidação dos laços tecidos durante o regime colonial e pelo reforço da sua União Aduaneira. Os Camarões, território colocado sob tutela da Organização das Nações Unidas (ONU) e administrado pela França até à sua independência a 01 de Janeiro de 1960, veio juntar-se a estes quatro Estados para formar em Junho de 1962, a União Aduaneira Equatorial-Camarões.

A 08 de Dezembro de 1964, os Chefes de Estado destes cinco países assinaram em Brazzaville o tratado que instituiu a União Aduaneira e Económica da África Central (UDEAC), confirmando, assim, um processo de reagrupamento iniciado durante o período colonial. Este tratado entrou em vigor em Janeiro de 1964 e posteriormente, em 1974 e em 1991 foi alvo de algumas revisões significativas.

Actualmente, a União conta com seis Estados membros com a adesão da República da Guiné Equatorial em Dezembro de 1983¹⁰⁹.

Quadro V – Principais Indicadores Básicos na CEMAC (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B. (mil Milhões de USD)	P.N.B. per capita	P.I.B*. (mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita*
Camarões	2.382	29,8	46,5	600	9,2	1.573
Congo	1.760	5,2	1,6	550	2,2	727
Gabão	447	29,3	33,7	3.300	4,4	6.024

¹⁰⁸ Os países francófonos da África Central partilham uma longa história de cooperação e de instituições comuns que teve início com a criação da África Equatorial Francesa em 1910.

¹⁰⁹ A Guiné-Equatorial era a antiga Guiné Espanhola. Rodeada por países francófonos resolveu alinhar com esta organização.

Quadro V (cont.) – Principais Indicadores Básicos na CEMAC (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B. (mil Milhões de USD)	P.N.B. per capita	P.I.B*. (mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita*
Guiné Equatorial	1.026	2,6	1,0	1.170	0,7	4.676
Rep. Centro-Africana	164	9,4	19,8	290	1,1	1.166
Chade	1.284	7.6	1,6	210	1,5	850
CEMAC	7063	89,3	104,2		19,1	

Fonte: World Development Indicators: 2001

*Fonte PNUD: 2001

As partes envolvidas que assinaram o Tratado de Brazzaville, convencidas que com as suas frágeis independências não se poderiam reafirmarem se não pela conjunção de esforços para satisfação das suas necessidades comuns e pela consolidação dos laços económicos criados durante a colonização, apostaram no propósito de constituírem um espaço económico mais vasto e mais propício a uma política dinâmica de desenvolvimento regional.

Assim, estabeleceram os seguintes objectivos para a UDEAC¹¹⁰:

- Criação de uma União cada vez mais estreita entre os povos dos Estados membros para reforçar a sua solidariedade sub-regional;
- Estabelecimento gradual e progressivo de um mercado comum da África Central;
- Eliminação de entraves ao comércio inter-estados, afim de contribuir para o crescimento dos mercados nacionais e a melhoria do nível de vida das populações;

¹¹⁰ Site oficial da UDEAC, (<http://www.socatel.intnet.cf>)

- Reforço da unidade das suas economias e o desenvolvimento pela adopção de dispositivos de harmonização da política industrial, distribuição de projectos pela comunidade e coordenação de programas de desenvolvimento para vários sectores de produção;
- Criação de um Mercado Comum Africano e consolidação da unidade africana;

De forma a atingir estes objectivos o Tratado de Brazzaville previa no seu artigo 2¹¹¹, três órgãos institucionais: o Conselho de Chefes de Estado ou de Governo, o Comité de Direcção e o Secretário-geral.

A União Aduaneira na qual a área se baseia, tem de acordo com Medeiros¹¹² um esquema de preferências aplicável às mercadorias originárias dos Estados membros e uma Pauta Aduaneira Comum face a países terceiros. Na revisão de 1991, foi adoptado um direito preferencial aplicável a todos os produtos locais e satisfazendo o critério de origem através da regra de percentagem. No entanto, estas medidas aduaneiras não foram acompanhadas por uma melhoria das infra-estruturas dos transportes e comunicações. Estas continuam a ser um travão ao movimento pleno de mercadorias e um verdadeiro obstáculo a integração na área.

Outra das grandes preocupações dos Estados membros foi a cooperação industrial, sobretudo a questão do desenvolvimento de complementariedade entre as indústrias. A Taxa Única, aplicada aos produtos de origem comunitária e paga apenas no país de consumo final foi uma das medidas tomadas para atingirem este objectivo¹¹³. Para evitar uma inútil competição foi criada, em 1972, uma Convenção Comum sobre os Investimentos que instituiu uma série de regras de conduta para os investidores. No entanto, não se verificou uma verdadeira adesão por parte dos investidores a esta política e assistiu-se à

¹¹¹ Site oficial da UDEAC, (<http://www.socatel.intnet.cf>)

¹¹² Medeiros, 1998: 111

¹¹³ Fonte: <http://www.izf.net/izf/institutions/integration/afriquecentrale.htm>

duplicação de indústrias mais concorrentes do que propriamente complementares na região.

Em Fevereiro de 1998, a UDEAC foi substituída pela Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC). Esta nova comunidade que pretende reforçar os processos de integração das economias para o desenvolvimento da sub-região é dotada de quatro instituições¹¹⁴:

- Uma União Económica da África Central (UEAC) que substitui a UDEAC

Procura a convergência dos desempenhos e políticas económicas, o reforço da competitividade das actividades económicas e financeiras, bem como a criação de um mercado único e a coordenação das políticas sectoriais nacionais¹¹⁵. Para alcançar estes objectivos, a CEMAC impôs um processo em duas etapas de cinco anos: no fim de cada etapa é feita uma avaliação da evolução que se verificou e serão postos em evidência os atrasos e aplicadas medidas correctivas.

- Uma União Monetária da África Central (UMAC)

Foi fundada tendo como base os seguintes princípios: reconhecimento de uma unidade monetária comum o franco CFA, condução pelo Banco de Estados da África Central – BEAC¹¹⁶, de uma política monetária e de troca única e o apoio das políticas gerais elaboradas na União.

- Um Parlamento Comunitário

Tem por missão assegurar o controle democrático das instituições e Órgãos da CEMAC.

- Um Tribunal de Justiça

¹¹⁴ Fonte: <http://www.africaonline.co.ci/AfricaOnline/nesda.html>

¹¹⁵ A CEMAC procura assegurar a coordenação de políticas sectoriais nacionais, sobretudo nos sectores do ensino superior e da formação profissional, da agricultura e do ambiente, da indústria e da energia, dos transportes e comunicações e das infra-estruturas e do turismo.

¹¹⁶ Juntamente com a Comissão Bancária da África Central – COBAC, são as duas instituições da UMAC e trabalham em sintonia com os dois órgãos que asseguram a direcção: a Conferência de Chefes de Estado e o Conselho de Ministros (Comité Ministerial).

Que está encarregue do controle jurisdicional das actividades e da execução orçamental da Comunidade e contribui para a harmonização das legislações nacionais nas matérias relevantes do domínio do tratado (artigo 17)¹¹⁷.

Assim, espera-se uma maior participação dos operadores económicos africanos no desenvolvimento e exploração racional dos recursos naturais à escala nacional e regional e justifica-se a criação de um mercado financeiro a termo que permita a valorização do potencial natural, energético e mineiro da região pela atracção de capital estrangeiro.

Contudo, os obstáculos à harmonização económica da área são, ainda, numerosos, tanto do ponto de vista da integração e modernização tecnológica nos diferentes sectores como nas formas de financiamento actualmente em vigor, que não encorajam investimentos de longa duração. Espera-se que as reformas adoptadas com vista à melhoria do ambiente macroeconómico e financeiro, do quadro jurídico, regulamentar e fiscal, conduzam a uma canalização mais eficiente dos recursos financeiros a aplicar em projectos que beneficiem o crescimento económico. Estas mudanças terão de ser acompanhadas, também no plano político pela redução de tensões e conflitos endémicos na região¹¹⁸.

Quadro VI – Evolução das Exportações da CEMAC (Comércio intra-regional)

	1970	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações intra-bloco (milhões USD)	22	75	84	139	120	164	161	153	121
Exportações Intra-bloco (% do total das exportações)	4,8	1,6	1,9	2,3	2,2	2,3	2,1	2,3	1,6
Total exportações(% exp. Mundiais)	0,2	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: World Bank, World Development Indicators, 2001

¹¹⁷ Fonte: <http://www.isf.net/izf/Institutions/Integration/AfriqueCentrale/CadreInstitutionnel.htm>

¹¹⁸ Fonte: <http://www.ambafrance-cm.org/html/imcam/cemac.htm>

Nos últimos tempos o Gabão assumiu-se como o advogado mais forte da União, a favor da cooperação e da integração na sub-região, posição essa que conduziu à eliminação dos impostos internos sobre o comércio entre os seis Estados-membros que têm já uma moeda comum e têm vindo a criar instituições comuns¹¹⁹.

2.3. 2. Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS)

A Comunidade Económica dos Estados da África Central, foi instituída pela Declaração de Libreville, assinada em Dezembro de 1981 pelos dez Estados da África Central – Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe e República Democrática do Congo. Angola foi convidada a alinhar, mas nunca o quis fazer tendo apenas o estatuto de observador até 1998, ano em que formalmente aderiu ao grupo.

Quadro XI – Principais Indicadores Básicos na ECCAS (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B. (mil Milhões de USD)	P.N.B. per capita	P.I.B*. (mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita*
Angola	1.247	12,8	3,3	270	8,5	3.179
Burundi	28	6,3	0,8	120	0,7	578
Camarões	475	14,6	8,8	600	9,2	1.573
Congo	342	2,9	1,6	550	2,2	727

¹¹⁹ The Economist, 1998 in Adepojou

Quadro XI (cont.) – Principais Indicadores Básicos na ECCAS (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B. (mil Milhões de USD)	P.N.B. per capita	P.I.B*. (mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita*
Gabão	268	1,2	4,0	3.300	4,4	6.024
Guiné-equatorial	28**	0,4	1,1**	1.170	0,7	4.676
Rep. Centro Africana	623	3,6	1,0	290	1,1	1.166
Ruanda	26	7,1	2,0	250	2,0	885
S. Tomé e Príncipe	1**	0,1**		270		
Chade	1.284	7,6	1,6	210	1,5	850
Rep. Dem do Congo	2.345	49,6	5,6***	801***
ECCAS	5.420	93,4				

Fonte: World Development Indicators: 2001

*Fonte PNUD: 2001

**Fonte: World Bank, African Development Indicators, 2001

***os dados são referentes a 1998

A eliminação dos obstáculos ao comércio – direitos aduaneiros e restrições quantitativas - o estabelecimento de uma Pauta Aduaneira Comum e de uma política comercial comum para com países terceiros, constituíam os principais fins preconizados por este bloco regional.

Nos finais de 1993, o esquema de desarmamento pautal para um período de doze anos ainda não tinha sido implementado¹²⁰ e nenhum dos objectivos estava perto de ser alcançado.

¹²⁰ Medeiros, 1998:110

Como podemos constatar pela análise do Quadro XII, não se verificaram quaisquer progressos no que diz respeito ao comércio externo dentro os países membros com a criação da ECCAS. Em 1970, antes do aparecimento da organização, a percentagem de exportações intra-bloco apresentava valores superiores (9,8 por cento) aos anos que se seguiram. Em 1980 caíram a pique para 1,4 por cento e desde então praticamente não sofreram alterações.

Quadro XII – Evolução das Exportações da ECCAS (Comércio intra-regional)

	1970	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações intra-bloco (milhões USD)	162	89	131	163	163	212	211	198	167
Exportações Intra-bloco (% do total das exportações)	9,8	1,4	1,7	1,4	1,6	1,6	1,6	1,8	1,3
Total exportações (% exp. Mundiais)	0,6	0,3	0,4	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2

Fonte: World Bank, World Development Indicators, 2001

A ECCAS tem sentido muita dificuldade em se implementar no terreno até por razões políticas. A República Democrática do Congo, que dela faz parte, é um país com uma densidade populacional muito baixa e com uma situação político-social muito conturbada. No aspecto geopolítico esta zona tem muitas dificuldades e as desigualdades são muitas (a República Democrática do Congo é um país com muitos recursos, nomeadamente minérios, e os outros Estados não), constituindo sérios obstáculos ao progresso desta organização. Aliada às guerras civis que tem feito parte da história recente de alguns países, os sub-grupos existentes dentro da organização – a CEMAC e a CEPGL – com os seus próprios interesses são fortes contributos para o atraso na concretização da integração.

2.3. 3. Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL)

Fazem parte deste agrupamento regional, as três ex-colónias belgas do continente africano: o Burundi, o Ruanda e a República Democrática do Congo. O tratado que instituiu a CEPGL entrou em vigor a 06 de Abril de 1977 e tinha como fins prioritários a preservação da segurança dos Estados membros e das suas populações¹²¹ bem como o aumento do comércio de bens entre os países envolvidos e a cooperação e desenvolvimento de actividades comuns nos mais diversos sectores.

Em 1978 é assinado o Acordo de Cooperação Aduaneira e Comércio que define dois tipos de procedimento: a circulação isenta de direitos e a aplicação de direitos preferenciais a aplicar na importação e/ou exportação de bens especificados numa lista anexa ao Acordo.

Quadro XIII – Principais Indicadores Básicos da CEPGL (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B. milhões USD)	(mil de	P.N.B. per capita	P.I.B*. (mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita *
Burundi	28	6,3	0,8		120	0,7	578
Ruanda	26	7,1	2,0		250	2,0	885
Rep. Dem do Congo	2.345	49,6	5,6**	801**
CEPGL	2.399	63				8,3	

Fonte: World Development Indicators: 2001

*Fonte PNUD: 2001

**os dados são referentes a 1998

¹²¹ Dupréelle, 2001: 70

Quadro XIV – Evolução das Exportações da CEPGL (Comércio Intra-Regional)

	1970	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações intra-bloco (milhões USD)	3	2	9	7	8	9	6	8	9
Exportações Intra-bloco (% do total das exportações)	0,4	0,1	0,8	0,5	0,5	0,5	0,4	0,6	0,7
Total exportações (% exp. Mundiais)	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: World Bank, World Development Indicators, 2001

Os obstáculos à livre circulação de trabalhadores, às transacções monetárias e às transferências de produtos deveriam ser eliminados. Estes meritórios objectivos, foram, entretanto, frustados pela turbulenta situação política nestes países e pelos sangrentos conflitos que se lhes seguiram¹²² e actualmente a organização encontra-se praticamente moribunda.

Como podemos depreender da observação do quadro anterior, na última década, não só a posição destes países perante o resto do mundo não tem tido qualquer significado relevante nas três últimas décadas, como a nível interno, no bloco, o comércio entre os Estados membros revelou-se insipiente.

2.4. Blocos Regionais na África Oriental e Austral

A África austral tem um elevado valor estratégico, nomeadamente pela sua situação geográfica de controlo da rota marítima do Cabo, pela riqueza do seu subsolo que contém importantes matérias-primas de elevado valor comercial, pelo volume de recursos energéticos ainda não totalmente avaliado mas já de grande impacto na economia local e mundial, pelas enormes potencialidades nas áreas da agricultura, pecuária e pescas e finalmente por ser uma das

¹²² Mistry, P., 2000: 564

regiões com maior déficit populacional relativamente às potencialidades produtivas.

Alguns autores¹²³ defendem que a região em análise, tratando-se de uma “realidade geopolítica com alguma uniformidade”¹²⁴, deve ser considerada no seu conjunto e não de uma forma parcelada tendo em vista: fornecer produtos estratégicos e outros bens essenciais, adquirir produtos industriais acabados e/ou semi-acabados e pode, ainda, receber excedentes demográficos de outros países. Para isso, torna-se necessária a estabilidade das fronteiras e o equilíbrio político, social e de segurança pública no interior dos Estados africanos. Há que ter presente que não só a instabilidade política e económica se reflecte negativamente nos processos de integração e desenvolvimento da região. A instabilidade social, motivada pelas guerras, fome, não se compadece com quaisquer tipos de acordos jurídicos de integração e livre circulação.

Cling¹²⁵ descreve a integração económica na região austral como relativa e assimétrica. Relativa, pois o peso preponderante da África do Sul a nível regional constitui o principal factor explicativo de alguma intensidade de trocas inter-regionais e pelo facto de existir alguma complementariedade entre as economias envolvidas¹²⁶ e assimétrica pois está completamente dependente deste país, primeiro fornecedor dos países da região, com excepção de Angola.

Rowlands¹²⁷, por sua vez, enumera cinco pré-condições para a existência de uma cooperação efectiva e sustentada na região: a primeira uma distribuição de poderes equitativa entre os Estados; segunda existência de homogeneidade e as três últimas, uma adequada orientação regional a nível económico, político e socio-cultural.

¹²³ SAER/Fernave, 2001: 205

¹²⁴ SAER/Fernave, 2001: 205

¹²⁵ Cling, J-P., 1998

¹²⁶ O essencial das trocas comerciais entre os países da região assenta na exportação de produtos semi-transformados e manufacturados da África do sul para os seus vizinhos em troca de importações por este país de matérias-primas necessárias ao funcionamento da sua economia.

¹²⁷ Rowlands, I., 1998

2.4.1. Zona de Comércio Preferencial da África de Leste e da África Austral/ Mercado Comum da África Oriental e Austral (PTA/COMESA)

O PTA¹²⁸ foi, formalmente, criado pelo Tratado de Lusaka (Zâmbia) em 1981 por nove países – Comores, Djibouti, Etiópia, Kénia, Malawi, Maurícias, Somália, Uganda e Zâmbia¹²⁹. Foi delineado um programa ambicioso de liberalização do comércio interno, de desenvolvimento da indústria, agricultura, recursos humanos e comunicações entre os Estados membros com o objectivo final de criação de uma comunidade económica na região.

A sua existência é de inspiração da Comissão Económica para África das Nações Unidas (CEA).

Durante muitos anos, esta organização esteve activamente a promover o regionalismo em África como única estratégia viável para o desenvolvimento do continente. Do ponto de vista da CEA¹³⁰, os grupos regionais em África poderiam englobar um grande número de Estados para promoverem mercados suficientemente grandes que poderiam gradualmente substituir as importações e promover a auto-suficiência¹³¹.

A criação de uma área de comércio preferencial foi considerada como prioritária, tendo sido estabelecido logo de início uma lista de 42 categorias de bens seleccionadas como preferenciais para a região. A intenção original era gradualmente expandir esta lista para abranger todos os bens com origem PTA. De dois em dois anos seriam reduzidos 25 por cento dos direitos alfandegários sobre os bens desta lista, até à sua completa eliminação em 1992. No entanto, houve problemas nas negociações, sobretudo em definir quais as regras de origem dos produtos e na criação de mecanismos

¹²⁸ Preferential Trade Area for Eastern and Southern African States

¹²⁹ Mshomba, R., 2000: 183

¹³⁰ Foi criada em 1958 com o objectivo de representar as políticas da ONU no continente africano, fornecer serviços consultivos aos países membros africanos e recolher e difundir informações de carácter tecnológico, estatístico e económico dos países africanos.

¹³¹ Também a CEDEAO, na mesma perspectiva, recebeu um apoio activo por parte da CEA.

compensatórios para os países membros que perderiam receita o que levou a uma alteração, em 1993, da data para o ano 2000.

A linha de acção desta organização concentrou-se na promoção do comércio através da adopção de tarifas preferenciais e o estabelecimento de três instrumentos de apoio ao comércio intra-PTA: a *PTA CLEARING HOUSE* para minimizar o recurso a divisas escassas em transacções internas em 1984, o *PTA Bank* e o *PTA Travelers Checs* em 1988.

Quadro XV – Principais Indicadores Básicos no PTA/COMESA (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B.(Mil Milhões de USD)	P.N.B. per capita	P.I.B* (Mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita*
Angola	1.247	12,8	3,3	270	8,5	3.179
Burundi	28	6,3	0,8	120	0,7	578
Comores	0,7	0,5**		350**	0,2	1.429
Djibouti	23**	0,6		790**	0,5	...
Egipto	1.001	66,7	86,5	1.380	89,1	3.420
Eritreia	118	3,5	0,8	200	0,6	881
Etiópia	1.104	61,4	6,5	100	6,4	628
Quênia	580	30,0	10,7	360	10,6	1.022
Lesoto (a)	30	2,0	1,2	550	0,9	1.854
Madagáscar (a)	587	15,5	3,7	250	3,7	799
Malawi	118	11,0	2,0	180	1,8	586

Quadro XV (cont.) – Principais Indicadores Básicos no PTA/COMESA
 (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B.(Mil Milhões de USD)	P.N.B. per capita	P.I.B*(Mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita*
Maurícias	2	1,2	4,2	3.550	4,2	9.107
Moçambique (a)	802	17,9	3,8	220	4,0	861
Namíbia	824	1,7	3,2	1.890	3,1	5.468
Ruanda	26	7,1	2,0	250	2,0	885
Seichelles		0,1		6.540		
Somália	627**	9,4**				
Sudão	2.506	30,4	9,4	330	9,7	...
Swazilândia	17	0,9		1.360	1,2	3.987
Uganda	241	22,6	6,8	320	6,4	1.167
Tanzânia (a)	945	34,3	8,5	260	8,8	501
Zâmbia	753	10,2	3,2	330	3,1	756
Zimbabwé	391	12,4	6,3	530	5,6	2.876
COMESA	5.480	358,5				

Fonte: World Development Indicators: 2001

*Fonte PNUD: 2001

**Fonte: World Bank, African Development Indicators, 2001

(a) Suspendaram a sua participação

Muito embora as boas intenções, o PTA pouco fez para expandir o comércio entre os seus países membros. Por várias razões¹³² estes instrumentos não foram praticamente utilizados. Tal como refere Mshomba¹³³, a utilização de, por exemplo, o *PTA Clearing House* foi em alguns anos inferior a 10 por cento do comércio intra-PTA. Como podemos ver no Quadro XVI, na década de 80 e 90 as exportações intra-bloco rondaram os 6 -7 por cento, valores mais reduzidos do que nos anos 70, antes da formação deste agrupamento regional.

Tendo como ano base 1992 (que foi quando o Tratado do PTA entrou em força) uma redução efectiva das tarifas em 80 por cento estava agendada para 1996; dois anos depois apenas cinco países conseguiram cumprir esta redução – Comores, Eritreia, Sudão, Uganda e Zimbabué. No entanto, a média das taxas tarifárias do COMESA é menor na grande maioria dos países membros que as praticadas a nível nacional (Ver Anexos).

Para além do impacto reduzido que a organização demonstrou em termos comerciais, a inexistência de afinidade política entre os membros e de qualquer liderança regional capaz de catalizar e alimentar um processo de integração tão ambicioso foram motivos que levaram ao descrédito por parte dos Estados membros.

A insatisfação com os progressos do PTA e a nova vaga de regionalismo no continente levaram os seus membros a delinearem um novo tratado em Dezembro de 1993 – o Tratado de Kampala (Uganda)¹³⁴ para o estabelecimento do COMESA, que um ano depois ficou efectivo.

O objectivo do COMESA é, mais uma vez, a criação de uma Zona de Comércio Livre a 31 de Outubro de 2000, que evoluiria para uma união aduaneira em

¹³² Como a falta de informação e compreensão desta operação; a existência de acordos bilaterais de pagamento entre os estados membros fora do mecanismo do Clearing House; o controlo das trocas comerciais em alguns países membros e a insistência por parte de alguns estados membros em efectuarem pagamentos em moeda hard currency

¹³³ Mshomba, 2000: 183

¹³⁴ Dupréelle, k., 2001: 71

2004¹³⁵ e posteriormente para o estabelecimento de um mercado comum com liberdade de circulação de bens, serviços e capitais.

Em 1997, os Chefes de Estado do COMESA aprovaram a adopção de uma Pauta Externa Comum a ser implementada até 2004, com o propósito de facilitar o estabelecimento da união aduaneira regional.

Quadro XVI – Evolução das Exportações do PTA/COMESA (Comércio intra-regional)

	1970	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações intra-bloco (milhões USD)	412	616	466	963	1.386	1.610	1.545	1.480	1.403
Exportações Intra-bloco (% do total das exportações)	9,1	6,1	4,7	6,6	7,8	8,0	7,9	8,6	7,5
Total exportações (% exp. Mundiais)	1,6	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3

Fonte: World Bank, World Development Indicators, 2001

Em Maio de 1999, 14 países do COMESA registaram reduções entre 60 a 89 por cento, nos direitos aduaneiros de produtos originários do bloco. Durante este mês foi criado um Comité representado pelo Egipto, Malawi, Maurícias, Quénia, República Democrática do Congo, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe para facilitar e coordenar os preparativos para o estabelecimento de uma zona de comércio livre.

Foram, também, implementados pela organização programas de cooperação nas áreas da indústria, agricultura, energia, transportes e comunicações.

Em Dezembro de 1996 e Janeiro de 1997, o Lesoto e Moçambique respectivamente, suspenderam a sua adesão e anunciaram a sua intenção de abandonar a organização por considerarem incompatível com a sua participação no SADC. Em 1998, a Tanzânia e o Madagáscar declararam,

¹³⁵ Mshomba, R., 2000: 177

igualmente, a vontade de abandonarem a organização, apresentando como principal motivo a inoperacionalidade do COMESA. Contudo, neste mesmo ano, o Egipto aderiu à organização. A Somália tornou-se de facto não membro por ausência de representação governamental¹³⁶.

Durante a década de 90 a estabilidade desta organização foi posta por diversas vezes à prova. Ao longo destes anos foi-se desenvolvendo uma rivalidade e competição com a SADC, nomeadamente em relação ao apoio dos doadores. Em 1994, a SADC encorajou os seus membros a saírem do COMESA e quis herdar as funções comerciais do PTA criando uma onda de receio entre os países membros. Dois anos depois, em resposta a esta instabilidade e numa atitude estratégica no caso de se verificar o colapso do COMESA, o Djibouti, a Eritreia, o Quénia, a Somália, o Sudão e o Uganda¹³⁷ transformaram o acordo de cooperação que tinham – a Autoridade Intergovernamental para a Seca e o Desenvolvimento – organização orientada para os problemas da fome e desertificação, na Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento.

2.4. 2. A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

2.4.2.1 A Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC)

As raízes da SADC encontram-se na SADCC que foi instituída a 1 de Abril de 1980, na Cimeira de Lusaka (Zâmbia) por nove países – Angola, Botswana, Lesoto, Swazilândia, Tanzânia, Zimbabué, Moçambique, Malawi e Zâmbia.¹³⁸ Seis anos antes o Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, anteviu numa conferência em Dar-es-Salaam a possibilidade de criação de uma "cintura transcontinental de nações independentes e economicamente poderosas de Dar-es-Salaam a Maputo, no Oceano Índico, até Luanda no Atlântico".¹³⁹

¹³⁶ Mshomba, R., 2000: 183

¹³⁷ Sete dos doze países que são membros do COMESA mas não da SADC

¹³⁸ Ng'ong'ola, C., 2000:487

¹³⁹ Ministério do Planeamento, 1998:25

Os seus objectivos fundamentais passavam pela redução da sua dependência económica face à África do Sul, estabelecimento de laços para a criação de uma integração regional genuína, mobilização de recursos para promover a execução de políticas nacionais, regionais e interestaduais, aproveitando as circunstâncias históricas e geopolíticas da sub-região¹⁴⁰ e implementação de uma acção concertada para garantir a cooperação internacional no Quadro da Estratégia de Libertação Económica.¹⁴¹

Desde o seu início, os fundadores da SADCC, cientes da necessidade de uma cooperação global e do apoio financeiro externo solicitaram à Comunidade Internacional (Agências Internacionais de Financiamento, Governos e Instituições privadas) cooperação na implementação de projectos e programas segundo a abordagem de integração adoptada pela organização, a chamada “coordenação de projectos” visando a independência económica e o desenvolvimento da região. Segundo Ng'ong'ola¹⁴², esta era precisamente uma das suas principais fragilidades. A SADCC não tinha capacidade de financiamento dos seus próprios projectos, estando demasiado dependente dos donativos internacionais.

Adoptou um Programa de Acção, na qual cada país membro assumia uma pasta de coordenação abrangendo as áreas de Energia, Transportes e Comunicações, Agricultura e Segurança Alimentar, Indústria e Comércio, Investigação Agrária, Pescas, Recursos Humanos, Turismo e Minas. Os sectores dos Transportes e Comunicações (os “corredores” da Beira, Maputo e Nacala em Moçambique) e Investigação Agrária foram considerados prioritários para o desenvolvimento da cooperação regional, tendo sido estabelecidos logo de início, como Comissões Regionais.¹⁴³

De referir que a opção por uma estrutura descentralizada foi adoptada para garantir que os diferentes Estados membros participassem plenamente no

¹⁴⁰ Moraes, B., 1998:13

¹⁴¹ Ministério do Planeamento da República de Angola, 1998:13

¹⁴² Ng'ong'ola, 2000: 490

¹⁴³ Africa South of the Sahara 2001: 145

desenvolvimento da organização e que cada um deles pudesse desempenhar um papel activo, coordenando pelo menos uma área de cooperação. A atribuição dos sectores foi determinada tendo em consideração os pontos fortes relativos e as vantagens comparativas de cada Estado membro num dado sector.

A SADCC foi sempre diferente das restantes comunidades, uma vez que se tratou de uma declaração política – a Declaração de Lusaka – intitulada “África Austral rumo a independência económica”¹⁴⁴. O próprio nome atribuído à organização “Conferência” demonstrava a fragilidade da sua estrutura criada a partir de um memorando de entendimento.

A maioria dos Estados-membros era, simultaneamente, “Estados da Linha da Frente”, opositores do regime de *Apartheid* então vigente na África do Sul. No entanto, em termos económicos e de sistemas políticos estes eram claramente heterogéneos. Não foram conferidos nenhuns poderes supranacionais a nenhum dos órgãos criados, cujas funções eram apenas de coordenação. Para todos os efeitos cada estado membro tinha o direito de veto, já que as decisões tinham que ser tomadas por consenso, o que Ng’ong’ola considerou “...demasiada deferência à soberania nacional...”¹⁴⁵.

A cooperação nesta conferência visava um desenvolvimento à margem da África do Sul, de quem dependiam economicamente¹⁴⁶. Para além de por em causa o seu plano de Constelação de Estados¹⁴⁷, a SADCC tinha como fim explícito reduzir a dependência face a Pretória¹⁴⁸. Contudo, este objectivo

¹⁴⁴ Não existiu um Tratado para a formação desta Conferência.

¹⁴⁵ Ng’ong’ola, 2000: 490

¹⁴⁶ Em 1985, contudo, um relatório da SADCC reconheceu que desde 1980 a região se tinha tornado mais dependente da África do Sul e muito embora tenha sido recomendado a adopção de sanções económicas contra este país, nunca foi estabelecido nenhum calendário para tal o que tornou impraticável esta decisão.

¹⁴⁷ Mwase, 1985: 627

¹⁴⁸ De referir que apenas oito anos após a sua criação, em 1988, a SADCC incluiu o comércio como uma nova área de cooperação

nunca foi concretizado¹⁴⁹ e a SADCC acabou por ser canalizada para a luta política, área aliás onde obteve os seus maiores sucessos.

Desde o seu nascimento a organização foi alvo de uma forte campanha de desestabilização económica e política e agressão militar por parte deste país. Não obstante e fruto do apoio externo associado à causa da luta contra o regime do Apartheid, a SADCC consolidou-se como um organismo regional, apesar das suas diferenças ideológicas e estruturais a nível da economia, aberto à cooperação internacional com todos os países do mundo, independentemente dos seus regimes e grau de desenvolvimento.

Quadro XVII – Principais Indicadores Básicos no SADC (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B. (mil Milhões de USD)	P.N.B. per capita	P.I.B* (mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita*
Angola	1.247	12,8	3,3	270	8,5	3.179
África do Sul	1.221	42,8	133,6	3.170	131,1	8.908
Botswana	582	1,5	5,1	3.240	6,0	6.872
Lesoto	30	2,0	1,2	550	0,9	1.854
Malawi	118	11,0	2,0	180	1,8	586
Maurícias	2	1,2	4,2	3.550	4,2	9.107
Moçambique	802	17,9	3,8	220	4,0	861
Namíbia	824	1,7	3,2	1.890	3,1	5.468
Rep. Dem do Congo	2.345	49,6	5,6**	801**

¹⁴⁹ O poderio económico sul-africano e o elevado grau de dependência em que muitos dos estados da região se encontravam face a África do sul, tornou impossível a realização de qualquer esforço sério de integração regional excluindo este país.

Quadro XVII (cont.) – Principais Indicadores Básicos no SADC (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B. (mil Milhões de USD)	P.N.B. per capita	P.I.B*. (mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita*
Seichelles		0,1		6.540		
Swazilândia	17	0,9		1.360	1,2	3.987
Tanzânia	945	34,3	8,5	260	8,8	501
Zâmbia	753	10,2	3,2	330	3,1	756
Zimbabwé	391	12,4	6,3	530	5,6	2.876
SADC	9.277	198,4				

Fonte: World Development Indicators: 2001

*Fonte PNUD: 2001

2.4.2.2. A transformação da SADCC em Comunidade

Após doze anos de existência uma série de acontecimentos a nível internacional e regional levaram a que a SADCC tivesse que repensar a sua situação: - o fim da Guerra-fria e o desanuviamento do conflito Leste – Oeste tiveram consequências directas na região da África Austral; a independência da Namíbia a 21 de Março de 1990 e o estabelecimento da paz em Angola e Moçambique levaram a que uma maior integração e cooperação económica se tornassem num imperativo para os líderes da SADCC.

Os históricos acontecimentos políticos na África do Sul no final da década de 80 fizeram com que a redução da dependência em relação a este país – objectivo primordial da SADCC, deixasse de constituir um objectivo a longo prazo.

Com o fim do *Apartheid*, aderiram à organização a Namíbia (1990), a África do Sul (Agosto de 1994)¹⁵⁰, as Ilhas Maurícias (1995). Mais recentemente, na Cimeira de Chefes de Estado e Governo, realizada em Blantyre, em Setembro de 1997, a República Democrática do Congo e as Seychelles e no ano 2000 o Uganda apresentou a sua candidatura¹⁵¹.

Em termos legais do comércio internacional, a Comunidade conta actualmente com um país desenvolvido (a África do Sul), seis países em vias de desenvolvimento (Botswana, Maurícias, Namíbia, Seichelles, Suazilândia e Zimbabué) e sete países menos desenvolvidos (Angola, República Democrática do Congo, Lesoto, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia).¹⁵²

A democratização da África do Sul, a partir de Abril de 1992, a assinatura de acordos de paz em Angola e Moçambique e a redução das tensões políticas no Lesoto e no Malawi, entre outros acontecimentos, criaram as condições para que a SADCC evoluísse no sentido de uma integração económica. Assim, a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo realizada em Harare (Zimbabué), em Agosto de 1989, decidiu que a organização deveria ser formalizada, passando a ser regida por um estatuto legal mais apropriado, considerando a necessidade premente de substituir o anterior Memorando de Entendimento por um Tratado.

A 17 de Agosto de 1992, em Windhoek (Namíbia), os Chefes de Estado e de Governo da SADCC assinaram a Declaração¹⁵³ e o Tratado¹⁵⁴ bem como um Protocolo da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral relativo a Imunidades e Privilégios e o nome da organização foi oficialmente mudado para SADC¹⁵⁵.

¹⁵⁰ No mesmo ano este país tinha sido convidado a aderir ao COMESA e não aceitou.

¹⁵¹ Duprélle, 2001: 69

¹⁵² Ng'ong'ola, 2000:490

¹⁵³ Rumo à Comunidade do desenvolvimento da África austral

¹⁵⁴ Tratado da Comunidade de Desenvolvimento da África austral

¹⁵⁵ Ng'ong'ola, 2000:487-488

Foram reconhecidos três objectivos principais como base de orientação da SADC:

- “Alcançar uma maior cooperação e integração com base na igualdade, reciprocidade de vantagens e benefícios mútuos, providenciando investimentos, através das fronteiras e maior movimentação de mercadorias e serviços;
- Desenvolver sistemas políticos, económicos e valores sociais comuns, realçando a competitividade empresarial, a democracia e a boa gestão governamental, tendo em conta o respeito pelas leis e garantia de direitos humanos, participação popular e diminuição de pobreza;
- Reforçar a solidariedade regional, paz e segurança, de modo que os povos da região vivam e trabalhem em paz e harmonia”.¹⁵⁶

O Tratado estabelece, igualmente, outros fins:

- Promover o desenvolvimento auto-sustentado, através da auto-suficiência colectiva e interdependência dos estados membros;
- Alcançar a complementaridade entre as estratégias e programas nacionais e regionais;
- Promover e maximizar o emprego produtivo e a utilização dos recursos da região;
- Fomentar a utilização sustentável dos recursos naturais e a protecção efectiva do meio ambiente;
- Reforçar e consolidar as afinidades sociais, culturais e históricas entre os povos da região.¹⁵⁷

Na área do comércio e sector industrial pretende-se o estabelecimento de um mercado regional comum, pelo remover progressivo das barreiras existentes ao

¹⁵⁶ Declaração de Windhoek, assinada pelos Chefes de estado e de Governo da SADC, em Agosto de 1992 in Morais B., 1998:15

¹⁵⁷ Ministério do planeamento, 1998:15

livre movimento de bens, serviços e pessoas e a promoção do investimento e de um ambiente propício ao comércio.

2.4.2.3. O funcionamento da SADC

A SADC apresenta na sua estrutura os seguintes órgãos¹⁵⁸:

- A Cimeira de Chefes de Estado¹⁵⁹;
- O Conselho de Ministros¹⁶⁰;
- Os Comitês e Comissões Sectoriais;
- O Comité Permanente de Peritos¹⁶¹;
- Os Pontos de Contacto Nacionais;
- Os Pontos de Contacto Sectoriais;
- O Secretariado Permanente¹⁶²;
- O Tribunal;
- O Fórum Parlamentar da SADC¹⁶³

A administração e gestão destes órgãos são asseguradas pelas quotas com que cada Estado membro contribui anualmente em proporções iguais

¹⁵⁸ Ng'ong'ola, 2000:489

¹⁵⁹ Órgão responsável pela decisão e formulação de políticas da SADC. É dirigida por um Presidente (actualmente assume este cargo o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos) e um Vice-Presidente eleitos periodicamente.

¹⁶⁰ Tem como principal tarefa a tomada de decisão no que diz respeito à criação de áreas de cooperação e a atribuição de responsabilidade de coordenação sectorial das mesmas. Apoia a Cimeira de Chefes de Estado em questões de política e aprovação de estratégias e programas de trabalho da Comunidade.

¹⁶¹ Reporta ao Conselho de Ministros e actua como um comité de assessoria do mesmo. Os seus membros (cada Estado membro é representado por um Secretário permanente ou um perito) assumem igualmente funções de Pontos de Contacto Nacionais.

¹⁶² Principal instituição executiva da SADC. É responsável pelo planeamento e gestão estratégica dos programas da SADC, pela organização e gestão das reuniões, bem como por assegurar o cumprimento das decisões do Conselho e da Cimeira, a sua representação diplomática e a promoção da Comunidade.

¹⁶³ Funciona como uma instituição autónoma e foi criado na Cimeira de Chefes de Estado de Setembro de 1997 em Blantyre (Malawi) e tem como principal objectivo estabelecer uma estrutura regional parlamentar que contribua para o desenvolvimento da SADC

acordadas pelo Conselho. Cada Estado membro assume a responsabilidade de financiamento e recrutamento de recursos humanos para o financiamento das Unidades de Coordenação sediadas nos seus países. A implementação de projectos de desenvolvimento tem o apoio dos doadores internacionais.

A SADC tem como línguas oficiais de trabalho o inglês e o português, no entanto, dada a predominância de países de expressão inglesa, o inglês é na prática a principal língua de trabalho. Esta questão representa um dos obstáculos à participação efectiva dos países em minoria, nomeadamente Angola, como iremos abordar mais adiante.

Um dos aspectos mais interessantes do funcionamento da SADC tem a ver com a abordagem sectorial do seu Programa de Acção (SPA) segundo a qual a coordenação dos diferentes sectores é da responsabilidade de um país membro especificamente designado para o efeito. A atribuição a cada país baseou-se fundamentalmente, nos critérios do impacto do respectivo sector na economia nacional de cada um dos países e na provável capacidade que cada um possui para dinamizar e fomentar o desenvolvimento da cooperação nesse sector.¹⁶⁴ Assim, são os seguintes países a gerirem os sectores objecto de intervenção por parte da SADC:

- África do Sul – Finanças, Investimento e Saúde;
- Angola – Energia;
- Botswana – Agricultura, Pecuária e Controlo Sanitário do gado;
- Lesoto – Ambiente, Gestão da Terra e Recursos Hídricos;
- Malawi – Pesca Interior, Floresta e Vida Selvagem;
- Maurícias – Turismo;
- Moçambique – Cultura, Informação e Desporto, Transportes, Comunicação e Meteorologia;
- Namíbia – Recursos Marinhos e Pescas;

¹⁶⁴ Daí a justificação da atribuição do sector da Energia a Angola, único país produtor e exportador de petróleo na região.

- Suazilândia – Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- Tanzânia – Indústria e Comércio;
- Zâmbia – Indústria extractiva, Emprego e Recursos Humanos;
- Zimbabué – Produção de Alimentos e Recursos Naturais¹⁶⁵.

Em conformidade com o Tratado, este bloco adoptou um conjunto de Protocolos de Cooperação para definir os princípios e os objectivos da integração, bem como determinar regras e procedimentos, através dos quais os Estados Membros devem conduzir as suas relações de cooperação em áreas específicas acordadas. Até à data foram desenvolvidos e aprovados onze Protocolos:

- Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral relativo a imunidades e privilégios (Windhoek, 17 de Agosto de 1992);
- Protocolo sobre Sistemas Hidrográficos Comuns (Joanesburgo, 28 de Agosto de 1995);
- Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia (Maseru, 24 de Agosto de 1996);
- Protocolo sobre Energia na Região da SADC (Maseru, 24 de Agosto de 1996);
- Protocolo sobre o Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas na região da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral SADC (Maseru, 24 de Agosto de 1996);
- Protocolo sobre Trocas Comerciais na região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Maseru, 24 de Agosto de 1996);
- Protocolo do Sector Mineiro (Blantyre, 08 de Setembro de 1997);
- Protocolo relativo à Educação e Formação na SADC (Blantyre, 08 de Setembro de 1997);

¹⁶⁵ SADC, 2000: 67 – À República Democrática do Congo e as Seychelles ainda não tem qualquer sector de responsabilidade

- Protocolo sobre o Desenvolvimento do Turismo na SADC (Grand Brie, 14 de Setembro de 1998);
- Protocolo sobre Saúde na SADC (Maputo, 18 de Agosto de 1999);
- Protocolo relativo à Conservação da Fauna e Aplicação da Lei na SADC (Maputo, 18 de Agosto de 1999);

Os dois Protocolos de Cooperação na área do comércio, finanças e investimento foram preparados durante o ano de 1995 para providenciarem o suporte legal para a integração.

Dado o papel vital que desempenha na questão da integração económica, faremos um enfoque mais pormenorizado do sector comercial, pela abordagem do Protocolo do Comércio, sem dúvida o documento de maior impacto e controvérsia deste bloco regional.

2.4.2.4. O Protocolo do Comércio e liberalização do comércio

A 24 de Agosto de 1996, em Maseru, no Lesoto, os membros da SADC, excepto Angola assinaram o Protocolo para a implementação de uma Zona de Comércio Livre, pela eliminação gradual durante um período de oito anos, das barreiras tarifárias¹⁶⁶.

Este Protocolo¹⁶⁷ apresenta como objectivo principal a remoção das tarifas aduaneiras e de outros obstáculos ao comércio dentro da região para o estabelecimento de uma zona de comércio livre¹⁶⁸. Pretende, igualmente,

¹⁶⁶ Ng'ong'ola, 2000: 495

¹⁶⁷ Encontra-se estruturado em nove partes e cinco anexos. Parte I – Definições e Objectivos; Parte II – Comércio de Bens; Parte III – Procedimentos Alfandegários; Parte IV – legislação Comercial; Parte V – questões de Investimento na área de comércio; Parte VI – Outras questões Relativas as Trocas Comerciais; Parte VII – Outras disposições Substanciais (Desenvolvimento de Trocas Substanciais); Parte VIII – Relações Comerciais entre os Estados membros e com países terceiros; Parte IX – Quadro Institucional e procedimentos de resolução de diferendos. Os anexos contêm as seguintes matérias: Anexo I – Regras de Origem; Anexo II – Cooperação Aduaneira; Anexo III – Simplificação e harmonização de documentos e procedimentos comerciais; Anexo IV – Comércio transitário e instalações de trânsito; Anexo V – Desenvolvimento do Comércio.

¹⁶⁸ Maia, 2000:4

segundo o seu Artigo 2¹⁶⁹, fomentar a liberalização do comércio de Bens e Serviços na região; promover o desenvolvimento económico, diversificação e industrialização, assim como, um ambiente propício ao investimento¹⁷⁰ e por fim, assegurar uma produção eficaz dentro da SADC de acordo com as actuais e potenciais vantagens compartivas que os seus membros apresentam.

Embora os objectivos se refiram ao comércio de produtos e serviços, o Protocolo está mais focado no comércio de produtos. As partes do documento que tratam de assuntos de comércio e investimento incitam os Estados membros a adoptarem políticas e medidas de acordo com as suas obrigações segundo os termos dos acordos GATS e TRIPS da OMC.

Apenas em Maio de 2000 este protocolo foi ratificado por dez países da organização e ficou estabelecido o lançamento da área de comércio livre em Setembro do mesmo ano e a remoção de todas as barreiras ao comércio até 2012¹⁷¹. O ponto mais complicado nas negociações que levaram à ratificação do Protocolo foi a redução das barreiras tarifárias¹⁷². Foi adoptado um esquema assimétrico¹⁷³ onde os países participantes e os produtos propostos para redução de tarifas estavam agrupados em três categorias:

Categoria I – países membros da SACU;

Categoria II – países não pertencentes à SACU e qualificados como países em desenvolvimento;

Categoria III – países menos desenvolvidos;

¹⁶⁹ SADC, Protocolo sobre trocas Comerciais na SADC: 5

¹⁷⁰ O fomento do investimento directo estrangeiro na região é uma das principais áreas de cooperação definidas pelo Protocolo

¹⁷¹ Africa South of the Sahara 2001: 147

¹⁷² Ao fim de cerca de 20 rondas negociais, cada país apresentou uma proposta de calendário de desmantelamento, com base na pauta aduaneira e na tabela de direitos em vigor em Julho de 1998. Como os países membros adoptaram o Sistema harmonizado instituído pela Convenção de Kioto, a compatibilidade entre as diversas pautas é grande, divergindo apenas nos níveis em que a Convenção permite a especialidade

¹⁷³ segundo o princípio de assimetria, os países não devem ter um tratamento igualitário, cabendo aos mais avançados fazer maiores concessões.

A classificação dos produtos¹⁷⁴, apresenta períodos de tempos específicos para a liberalização dos mesmos

Categoria A – Produtos para liberalização imediata (a passar à tarifa zero no primeiro ano do processo de implementação);

Categoria B – Destinada aos produtos para liberalização gradual (a liberalizar entre o primeiro e o oitavo ano de implementação do acordo);

Categoria C – Inclui a listagem de produtos sensíveis para serem liberalizados no fim e em alguns casos após o período de oito anos estabelecido pelo Protocolo).¹⁷⁵

O grau de sensibilidade dos produtos é medido de acordo com três critérios básicos. O seu reflexo no emprego, a necessidade de proteger indústrias nascentes ou em desenvolvimento e o seu impacto à nível fiscal.

Segundo o princípio de assimetria e de acordo com o calendário estabelecido para cada categoria de produtos, para os países do primeiro grupo, a liberalização do comércio e serviços deverá estar concluída até metade do período concedido para o efeito (um a oito anos no caso dos produtos de liberalização gradual e nove a doze anos para os produtos sensíveis). Os países em desenvolvimento podem iniciar e terminar a sua integração na fase intermédia do período e, aos países menos desenvolvidos é concedido um prazo mais alargado para iniciarem a aplicação do protocolo, ficando, no entanto, obrigados a respeitar o prazo finalprevisto para a conclusão da implementação do mesmo.

O Protocolo fixa também as proporções de comércio intra-SADC a incluir em cada categoria. A percentagem de produtos a liberalizar deverá ser de 12 por cento para os países em desenvolvimento e de 15 por cento para os PVDs. Quanto à percentagem de produtos para liberalização imediata ela

¹⁷⁴ Desde logo ficaram excluídos do acordo as espécies em risco e seus troféus, armamento e drogas objecto de convenções internacionais. Alguns países excluem ainda outros produtos como medicamentos, os quais têm, no entanto, pouca expressão nos fluxos de comércio. Produtos como o açúcar, os veículos automóveis, peças originais para linhas de montagem de veículos e combustíveis e energia estão a ser negociados no âmbito de acordos especiais

¹⁷⁵ Ng'ong'ola, C., 2000: 498

deverá tender para os 50 por cento. No final das negociações, a arquitectura da nova pauta aduaneira comum ficou assim estabelecida: os países da SACU apresentaram uma única proposta, por estarem os cinco estados vinculados por força da sua própria união aduaneira a uma tarifa externa comum. Os restantes seis países apresentaram duas propostas. Uma básica, com um grau de concessionalidade menos acentuado, válida apenas para a África do Sul e uma outra diferenciada, mais concessional, válida para todos os outros países.

Assim, a 01 de Setembro de 2001 foi inaugurada a maior zona de comércio livre do continente africano. Os onze países que a ele aderiram – África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia, Malawi, Maurícias, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué iniciaram uma fase de redução e eliminação das tarifas aduaneiras e de outras barreiras não-tarifárias. Dos 14 estados que integram a SADC, apenas Angola, a República Democrática do Congo e as Seychelles não assinaram o acordo. Destes somente a República Democrática do Congo se manteve afastada de todo o processo negocial, já que tanto o Governo angolano como o das Seychelles declararam a sua intenção de aderir ao protocolo.

Embora a maioria dos estados membros da SADC esteja já a implementar as disposições do Protocolo, existem ainda alguns desafios específicos por enfrentar, nomeadamente a questão das regras de origem aplicáveis a alguns produtos mais sensíveis, dos constrangimentos no lado da oferta e o impacto das reduções tarifárias internas no desenvolvimento da indústria e as questões, não menos importantes das obrigações e relações no quadro da OMC e ao abrigo do Acordo Cotonou.

Tal como é possível depreender da observação dos quadros em anexo o baixo crescimento e a estagnação económica são uma realidade na grande maioria dos países que integram esta Organização. O fraco desempenho das economias da África Austral ao longo destes anos deve-se em grande parte a ausência de políticas de desenvolvimento e à deficiente gestão dos assuntos nacionais por parte dos governos, acrescido ao facto de haver

pouca participação popular e falta de iniciativa por parte dos dirigentes políticos no desenvolvimento económico e nos processos políticos que deram origem à corrupção, baixa produtividade e um estado de apatia geral a nível empresarial e individual.

Também a conjuntura externa na qual as economias da SADC se desenvolveram foi bastante desfavorável: a deterioração dos termos comerciais, sobretudo das matérias – primas agrícolas e minerais, a subida galopante das dívidas externas e os efeitos dos aumentos dos preços do petróleo estão entre os factores que contribuíram de uma forma devastadora nas economias regionais.

Outra situação de cariz grave tem a ver com o Índice de Desenvolvimento Humano na região. Verifica-se que as taxas de crescimento da população têm se mantido muito acima das de crescimento económico o que levou à deterioração ainda maior do nível de vida das populações e ao agravamento da qualidade dos serviços, nomeadamente a educação e assistência médica. Associado ao crescimento populacional, destaca-se a degradação dos centros urbanos e do meio-ambiente, nomeadamente a deflorestação e a desertificação e a proliferação de doenças transmissíveis como a SIDA e a malária.

Pela observação do Quadro XVII deparamo-nos com outros constrangimentos que esta Organização enfrenta. Os países da SADC apresentam diferenças absolutamente visíveis entre si, não apenas em termos populacionais como nos principais indicadores económicos. Serve para demonstrar que entre as economias africanas do espaço regional austral existem muitas diferenças, sendo efectivamente, necessária uma grande vontade política para que determinados desafios sejam ultrapassados, entre eles o de um crescimento inter-continental mais equilibrado.

Contudo, importa referir que a região da SADC é uma das mais importantes do continente africano, em ascensão e que já adquiriu uma grande

credibilidade tanto no plano regional como internacional¹⁷⁶, uma vez que se trata de uma área extremamente rica em minerais, potencial hidroeléctrico e agrícola e conta com a proximidade geográfica e de relações com a África do Sul, sem dúvida o Estado mais desenvolvido do continente e espera-se que o passo decisivo de inauguração da zona de comércio livre proporcione um impulso adicional ao processo de integração regional.

Durante a última década, a SADC foi o agrupamento regional que melhores resultados apresentou a nível do comércio intra-regional, embora estes representem uma percentagem muito reduzida do comércio destes países não só a nível interno entre os Estados, o que significa que a integração económica ainda não é uma realidade efectiva, como para o exterior (a irrisória percentagem de exportações para o resto do mundo, até tem vindo a decair ao longo dos anos 90). No entanto, não nos podemos esquecer que o incremento que se pode verificar a partir de 1990, coincide precisamente com a entrada dos países pertencentes à SACU que tal como iremos abordar de seguida representam o maior sucesso a nível de integração económica em África e apresentam dos melhores indicadores macro-económicos da região subsaariana.

¹⁷⁶ Africa South of the Sahara 2001: 145 - Desde a ratificação do tratado já se verificaram três reuniões ministeriais entre a SADC e a União Europeia. A primeira em Setembro de 1994 em Berlim (Alemanha) onde as duas partes acordaram em estabelecer grupos de trabalho para a promoção da cooperação a nível comercial, político, regional e económico. Foram acordados alguns objectivos conjuntos, como a redução da venda de armas para a região, apoio total a implementação da Democracia e mais investimento no sector industrial. A segunda reunião, que teve lugar na Namíbia em Outubro de 1996 aprovou um programa a ser aplicado em cinco anos de cooperação entre as duas organizações e a última realizou-se em Viena (Áustria) em Novembro de 1998. A SADC assinou, igualmente, um acordo de cooperação económica e assistência com os Estados Unidos da América (EUA) em Setembro de 1999.

Quadro XVIII – Evolução das Exportações da SADC (Comércio intra-regional)

	1970	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações intra-bloco (milhões USD)	483	617	843	1.630	3.373	3.963	4.471	3.789	3.880
Exportações Intra-bloco (% do total das exportações)	8,0	2,0	3,8	4,8	8,7	9,4	10,4	10,2	9,3
Total exportações (% exp. Mundiais)	2,2	1,6	1,2	1,0	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7

Fonte: World Bank, World Development Indicators, 2001

2.4.3. A União Aduaneira da África Austral (SACU)

No fundo é a única União Aduaneira que, realmente, existe em África. A SACU é o mais antigo e mais próspero bloco de integração económica na África Subsaariana. As suas raízes remontam a 1910¹⁷⁷, à Common Customs Union.

Surgiu a 11 de Dezembro de 1969, com a assinatura do Acordo de União Aduaneira¹⁷⁸ entre os Estados membros que ainda hoje se mantêm - o Botswana, o Lesoto, a Swazilândia, a Namíbia¹⁷⁹ - os denominados países BSLN, todos eles sob influência da República da África do Sul que também faz parte da união aduaneira. Estes países formavam a Zona do Rand (agora transformada numa Common Monetary Area, sem a participação do Botswana).¹⁸⁰

¹⁷⁷ Torres, 1990:60 "Em 1910 a União Sul Africana, constituída pelo Transvaal, Orange, Cap e Natal formou uma união aduaneira com os protectorados ingleses de Bechanalândia (mais tarde Botswana), Basutolândia (hoje Lesotho), e Ngwane (actual Swazilândia), a qual começou de facto a funcionar com as independências dos vários países nela incluídos: República da África do Sul (1931), Botswana (1966), Lesotho (1968) e Swazilândia (1968)."

¹⁷⁸ U.S Department of Commerce, 1998 – Important Notices and Disclaimers </engdoc/disclaim.html> Privacy Statement</engdoc/priv_main.html

¹⁷⁹ A Namíbia, juntou-se à União, formalmente, apenas em 1990 após a sua independência.

¹⁸⁰ O Botswana retirou-se formalmente da zona monetária em 1976 e criou o seu próprio instituto de emissão.

Quadro XIX – Principais Indicadores Básicos na SACU (dados referentes ao ano de 1999, salvo as excepções mencionadas)

País	Superfície (milhões de KM2)	População Total* (milhões)	P.N.B. \$ biliões	P.N.B. per capita	P.I.B*. (mil Milhões de USD)	P.I.B. per capita*
África do Sul	1.221	42,8	133,6	3.170	131,1	8.908
Botswana	582	1,5	5,1	3.240	6,0	6.872
Lesoto	30	2,0	1,2	550	0,9	1.854
Namíbia	824	1,7	3,2	1.890	3,1	5.468
Swazilândia	17	0,9		1.360	1,2	3.987
SACU	2.674	48,9			142,3	

Fonte: World Development Indicators: 2001

*Fonte PNUD: 2001

A organização prevê a fusão das alfândegas, imposto único de consumo e transacções. As mercadorias circulam livres de direitos e quotas na União, assim como o comércio de serviços dentro da União é totalmente livre de barreiras. É o Banco Central sul-africano que age como Banco Central para toda a área monetária. A União não possui qualquer estrutura institucional, como por exemplo um secretariado. Existe apenas uma Comissão funcional que reúne uma vez por ano para debater alguns assuntos¹⁸¹.

Os direitos aduaneiros, as taxas de câmbio, a política e regulamentações fiscais com implicações para todos os membros da União Aduaneira são estabelecidos unilateralmente pela África do Sul, no seu próprio interesse e sem que os outros membros sejam consultados.

Para compensar este défice, a actual distribuição de receitas favorece os outros países da SACU, revestindo-se de importância crucial para os

¹⁸¹ Foroutan, 1992:12

orçamentos desses Estados. Esta distribuição é feita de acordo com uma fórmula que inclui um factor de 42 por cento para compensar os países BLSN no comércio com uma economia mais industrializada e desenvolvida. Os montantes assim calculados são ajustados por um factor de estabilização que garanta uma taxa de retorno equitativa para todos os membros¹⁸². Em 1990 representavam 1/3 do total das receitas da Namíbia e da Swazilândia e 57 por cento das receitas do Lesoto¹⁸³.

A União Aduaneira foi durante largos anos utilizada pela África do Sul para contornar o bloqueio que a Comunidade Internacional lhe impunha face à política de Apartheid levada a cabo pelo governo deste país.

Com o fim da segregação racial, a África do Sul deixou de manifestar interesse na continuidade da SACU e iniciou-se um debate polémico, ainda não terminado, se a SACU iria ou deveria sobreviver no seu formato actual.

Pelo menos dois factores contribuem para a incerteza em torno do futuro da SACU. O primeiro elemento de incerteza é o conflito existente pela coexistência da SACU e da SADC, ambas com a África do Sul como membro, sobretudo se a última se tornar uma zona de trocas preferenciais de sucesso (uma SACU alargada) e com a África do Sul no topo. O segundo factor de incerteza é representado pela capacidade da África do Sul continuar com o seu programa de compensação para os membros actuais ou para qualquer futuro membro de uma SACU alargada, assim como a capacidade dos outros membros permanecerem na SACU sem estes pagamentos. Por outro lado, embora o comércio da África do Sul com os parceiros da região austral (excluindo a SACU) seja reduzido, cerca de 5 por cento do total das suas exportações, este representa 30 por cento das exportações manufacturadas sul-africanas¹⁸⁴.

¹⁸² Maasdorp, 1992: 5

¹⁸³ África Hoje, 1997/1998:181

¹⁸⁴ <http://afr/ric/Africa> Region Regional Integration and Cooperation

3. *Análise e perspectivas para a integração económica em África*

A leitura do conjunto dos quadros expostos neste capítulo permite-nos algumas considerações genéricas.

No que diz respeito, aos indicadores básicos de cada bloco analisado, mais concretamente a uma avaliação da população e superfície é possível fazermos algumas anotações relevantes. Os mercados potenciais dos blocos regionais são bastante limitados. A UMA tem cerca de 76 milhões de habitantes; a UEMOA menos de 68 milhões; a CEMAC 89,3 milhões; a MRU 15,3 milhões; a ECCAS 93,4 milhões; a CEPGL 63; a SACU 48,9 milhões. Apenas a SADC, a CEDEAO e o COMESA atingem, respectivamente, 198,4, 218,6 e 358,5 milhões de habitantes¹⁸⁵.

É possível, igualmente, depreender que em cada um dos blocos regionais em questão, com excepção da MRU e poderemos dizer também, da UEMOA¹⁸⁶, existe uma grande disparidade populacional e de dimensão territorial entre os Estados integrados, ou seja, tal como Mistry¹⁸⁷ refere, tratam-se de mercados pequenos. A título de exemplo, na CEMAC quase metade da população encontra-se nos Camarões (29,8 milhões) e no Gabão (29,3 milhões). Na CEPGL de um total de 63 milhões de pessoas, praticamente 50 milhões vivem na República Democrática do Congo. No caso da CEDEAO e da SADC são notórios os desequilíbrios. A SADC¹⁸⁸ tem a África do Sul com 42,8 milhões e por outro lado, a Swazilândia onde a população não atinge 1 milhão de

¹⁸⁵ Estes quantitativos populacionais são extremamente significativos do ponto de vista da integração económica. Lourenço, A. 2002: No que diz respeito à SADC, "uma projecção liner para os próximos 15 anos aponta no sentido dum potencial mercado demográfico de quase 248 milhões de habitantes, ou seja, qualquer coisa como 78% da dimensão actual da União europeia. Esta mesma cifra representará um acréscimo de cerca de 27,5% no volume global de população da região da SADC. Se as dinâmicas económicas forem no sentido da criação de suficiente riqueza, poder-se-á estar face a um mercado com uma aceitável dimensão económica."

¹⁸⁶ Todos os países membros da UEMOA têm uma população entre os 7 e os 11 milhões de habitantes, com excepção da Guiné-Bissau com 1,2 milhões e a Mauritânia com 2,6 milhões.

¹⁸⁷ Mistry, P., 2000: 555

¹⁸⁸ O défice populacional na África Austral é, tendo em conta as potencialidades produtivas da região, um factor reconhecido de valor estratégico

habitantes, enquanto na CEDEAO num extremo temos a Nigéria com 110,8 milhões e Cabo Verde com apenas 400.000 pessoas¹⁸⁹.

É possível verificarmos, também, que tal como opina Foroutan, no contexto da África Subsaariana a classificação dos graus de integração regional clássica não se aplica. O autor define os seguintes cinco tipos de integração - a Integração Comercial; Integração do Mercado Laboral (apenas na SACU e CEAO se verifica a livre mobilidade de trabalhadores); Integração do Mercado Capital¹⁹⁰ (Zona Rand e Zona Franco CFA); Integração Monetária¹⁹¹ e Integração da actividade e regulamentação governamental ou cooperação¹⁹² (por exemplo o Projecto do Corredor da Beira implementado pela SADCC) e considera-a preferível pois permite que cada um dos possíveis casos de integração ocorra em conjunto ou separadamente dos outros. Por exemplo, a união monetária na Zona do Franco CFA existe sem uma integração efectiva dos mercados de bens e factores de produção. Na classificação clássica, a integração monetária apareceria, naturalmente, como o último degrau para a criação de uma união económica.

É de referir que os dados apresentados compreendem um período de anos que inicia a 1970 e vai até 1999. A maioria dos agrupamentos em 1970 ainda não estavam formados, sendo assim é nos possível detectar se a formação do bloco regional exerceu algum impacto significativo no comércio dos Estados integrados. É lamentável constatar que para a grande maioria esse impacto foi praticamente inexistente. Para o MRU, a UDEAC, CEPGL e o PTA/COMESA as percentagens de comércio intra-bloco permaneceram com os mesmos valores ou reduziram-nos após a constituição da organização regional, o que pressupõe que não houve quaisquer alterações positivas a nível do fluxo de exportações entre os países associados a estas organizações, ou seja, a

¹⁸⁹ É neste agrupamento regional que podemos constatar os maiores desequilíbrios demográficos.

¹⁹⁰ Estes três tipos implicam, respectivamente, a livre circulação de produtos, serviços e factores de produção (trabalho e capital).

¹⁹¹ No contexto da África sub-sahariana, implicou a adopção de uma moeda comum, uma autoridade monetária central comum e o render da autonomia nacional no campo da política de câmbios monetários.

¹⁹² Adopção de taxas e códigos de investimento similares, harmonização da legislação burocrática e administrativa, criação de uma infra-estrutura comum.

integração económica até à actualidade não surtiu os efeitos esperados no campo das trocas comerciais entre os países entre si agregados.

De acordo com o Plano de Acção de Lagos, adoptado em 1980 pelos Chefes de Estado e Governo, a integração regional supostamente deveria promover a “auto-subsistência, desenvolvimento e crescimento económico”. Em vez disso o continente a nível interno e mais particularmente na região subsaariana registou os piores resultados económicos e de desenvolvimento humano e assiste ao decair da sua posição no contexto mundial, não obstante o investimento na promoção da integração.

Perante o exposto podemos questionarmos até que ponto é viável a criação da tão ambicionada Comunidade Económica Africana e até que ponto será possível o continente libertar-se do descabro em que se encontra e iniciar o caminho do desenvolvimento pela cooperação e integração entre os Estados?

É consenso comum que a integração irá permitir que os países africanos respondam, de modo mais assertivo, às flutuações relativas ao preço e à procura das suas mercadorias e que beneficiarão, por este meio, a nível interno e global. Assim, como Morais¹⁹³ sugere, “as perspectivas para o sucesso da integração em África dependem da capacidade dos seus dirigentes políticos em aproveitar as experiências resultantes dos erros cometidos e dos êxitos alcançados durante os últimos 30 anos”.

3.1. Causas e lições gerais do falhanço da integração regional na África subsaariana

É lícito concluirmos que a análise até este ponto mostrou-nos que a integração regional em África, no geral, falhou na possibilidade de alcançar os objectivos pré-estabelecidos e ainda mais grave, falhou na adesão dos africanos à ideia de integração.

¹⁹³ Morais, B., 1998: 27

Mistry¹⁹⁴ reconhece que a integração no continente foi “mais visceral do que racional, mais retórica do que real”.

Também Mshomba¹⁹⁵, faz referência à disparidade existente entre o suporte retórico por parte dos políticos à integração económica e ao estado real desta no continente. O autor vai ainda mais longe considerando que a maioria dos políticos africanos que optaram pela integração económica não o fizeram pelos benefícios que esta poderia trazer. A maioria não tem uma clara compreensão do esforço financeiro e político necessário a uma integração de sucesso, limitam-se, parafraseando o autor a “ter uma atitude cavalheira e deixar-se levar pela multidão¹⁹⁶”. Outros vêem na integração económica uma forma de obterem benefícios pessoais, nomeadamente viagens internacionais e outros.

Os ideais de integração africanos foram baseados em ambições transcontinentais majestosas, slogans políticos, um conjunto de instituições regionais e tratados e não na delineação e implementação de medidas políticas e económicas em consonância com a realidade do continente. A prova mais clara deste falhanço é nos dada pelo não cumprimento das medidas e prazos estabelecidos por parte dos governos africanos e pelo fraco crescimento da região como podemos depreender pela leitura dos principais indicadores de cada Estado.

Costa¹⁹⁷, no seu estudo enumera uma listagem dos principais motivos deste insucesso:

1. O comércio entre os Estados africanos é insipiente e com tendência para a estagnação;
2. Ínfima complementariedade entre as estruturas produtivas dos países;
3. Uma série de factores interagem para uma estreita dependência do continente africano à Europa. São estes: - a Ajuda Pública para o

¹⁹⁴ Mistry, P., 2000:553

¹⁹⁵ Mshomba, R., 2000: 175

¹⁹⁶ Mshomba, R. 2000:194

¹⁹⁷ Costa, C., 1996: 127

Desenvolvimento que favorece o comércio com os países doadores¹⁹⁸; - as multinacionais europeias oferecem melhores condições de crédito e distribuição das mercadorias; - estreita ligação histórica entre os dois continentes sustentada pela existência de acordos bilaterais entre a União Europeia e os países da África do Norte¹⁹⁹ e pelas Convenções de Yaoundé, Lomé e actualmente Cotonu com os Estados da região subsaariana.

4. Conflitos bélicos que reflectiram e continuam a sustentarem efeitos de devastação dos países; falta de mão-de-obra especialmente em zonas rurais (os homens em idade adulta são incorporados nos exércitos; abandono dos campos pelos agricultores; epidemias e fomes e alocação da maioria dos recursos financeiros para fins bélicos.
5. Inexistência de redes de transporte e comunicação contínuas (com excepção para a África Austral) o que torna os custos no interior de África muito superiores aos dos outros continentes;
6. Desinteresse por parte de alguns políticos face aos processos de integração ora por razões de interesse próprio, ora por optarem por soluções de sobrevivência das suas debilitadas economias no curto prazo.
7. Existe uma certa concorrência entre projectos de integração diferentes e por vezes com interesses antagónicos;²⁰⁰
8. A falta de convertibilidade de muitas moedas e a ausência de uma moeda forte dificulta o comércio externo;

¹⁹⁸ Mistry, P., 2000:557, - Refere que embora uma análise retrospectiva nos mostre que a APD a África foi conduzida mais pelas prioridades e interesses geopolíticos dos doadores do que pelas preocupações com o desenvolvimento, isto não absolve África da responsabilidade das suas opções. Serve sim para estabelecer que o insucesso do desenvolvimento foi resultado tanto de influências externas como do modelo de desenvolvimento africano pós independência que se caracterizava por ser anti-mercado, anti sector privado e direitos de propriedade e anti investimento estrangeiro (excepto no sector dos recursos minerais e hidrocarbonos)

¹⁹⁹ Excepto com a Líbia

²⁰⁰ Já fizemos referência ao caso da SADC e do COMESA na África Austral

9. Problemas causados pela falta de coordenação entre membros de projectos de integração e das políticas estruturais de ajustamento sobretudo na África Ocidental

Mistry²⁰¹, por sua vez, analisa a integração regional em África em duas fases. A primeira entre 1965 e 1995 e a segunda até a actualidade.

Na primeira fase, o autor aponta uma série de razões macro e micro para o falhanço das tentativas de integração económica no continente africano

A nível macro:

- A falha dos governos africanos em transformarem os seus compromissos em mudanças significativas a nível nacional. Ou seja, não é dado seguimento a nível interno das decisões tomadas a nível regional;
- A incapacidade dos governos africanos subordinarem interesses políticos nacionais imediatos a objectivos económicos regionais de longo prazo;
- Ausência de acompanhamento e mecanismos que permitam cumprir com os prazos pré-estabelecidos;
- Instabilidade política endémica exarcebada por conflitos em todas as sub-regiões africanas²⁰²;
- Presença estatal em quase todos os sectores produtivos;
- Antipatia africana pelos mercados livres, empresas privadas e investimento estrangeiro;
- Excessiva preocupação por parte dos governos africanos sobre a distribuição desigual dos lucros resultantes da cooperação regional²⁰³;

²⁰¹ Mistry, P., 2000: 559

²⁰² Argélia, Etiópia, Somália, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Moçambique, Zimbabué, África do Sul, Namíbia, Angola, Zaire, Nigéria, Serra Leoa, Libéria e Chade.

²⁰³ É certo que a distribuição desigual dos benefícios e custos da integração foi um dos motivos que esteve na base da desintegração da Comunidade para a África do Leste, devido aos níveis diferentes de desenvolvimento dos seus estados membros. Esta comunidade foi um dos processos regionais mais

- Os programas de ajustamento estrutural, a crise da dívida cujos condicionalismos não levaram em conta os custos e benefícios da integração regional;
- O compromisso com a integração é restrito a um pequeno grupo de líderes políticos e tecnocratas. As implicações, custos, benefícios e oportunidades nunca foram entendidas ou apoiadas por todos os núcleos dos governos nem pela opinião pública.

A nível micro:

- Níveis baixos de procura agregada;
- Pouca elasticidade na procura de importações;
- Grandes diferenças no custo das estruturas de produção;
- Estruturas industriais e taxas de desenvolvimento industrial divergentes;
- Baixos níveis de comércio intra-regional;
- Infraestruturas de ligação intra-regional pobres;
- Oportunidades insuficientes para a expansão efectiva do comércio intra-industrial.

Na segunda fase, que corresponde a actualidade, o autor considera que os governos africanos continuam comprometidos com a integração, no entanto, perante a crítica situação com que se debatem, tornaram-se muito mais realistas e práticos, sobretudo na intenção de a alcançar.

Também Mshomba enumera alguns obstáculos a uma efectiva integração económica em África:

- Falta de comprometimento político;

promissores de África na década de 70 e era composto pelo Quénia, Tanzânia e o Uganda. Desmoronou-se em 1977, dez anos após a sua fundação devido, em parte, ao facto de a Tanzânia e o Uganda acharem que o programa de industrialização do Quénia era facilitado pela união.

- Dependência total dos doadores estrangeiros²⁰⁴;
- Medo de uma distribuição desigual dos benefícios²⁰⁵;
- Domínio dos países estrangeiros²⁰⁶;
- Metas irrealistas;
- Instabilidade política;

Há a tomada de consciência que a integração em África não é uma opção que os países africanos possam ter ou não ter. Sozinhos, estes serão incapazes de sair da armadilha da dívida e crescente dependência da APD ou atrair o investimento estrangeiro e não serão capazes de ultrapassar a marginalização perante a economia global e tornarem a sua economia mais eficiente e competitiva²⁰⁷.

Assim, importantes lições deverão ser apreendidas pelos líderes africanos:

- Deverão diminuir as distâncias entre a retórica política e a execução dos objectivos regionais²⁰⁸;
- Os governos africanos precisam de ser menos ambiciosos e mais realistas e pragmáticos na definição de objectivos e metas intermediárias para a integração, tendo em atenção as restrições e capacidade de participação das economias e governos nacionais;
- Dar maior abertura aos mercados e agentes económicos privados e maior mobilidade dos factores de produção;

²⁰⁴ Explica, em parte, o porque de alguns países fazerem parte de vários blocos de integração e o porque de terem metas irrealistas

²⁰⁵ Deve-se as desigualdades económicas existentes entre os países. Estas diferenças levam a que haja uma preocupação de que os países com o sector industrial mais desenvolvido tirem os maiores benefícios da integração. Por exemplo no Comesa, o quénia, maurícias e Zimbabué; na SADC a África do Sul e o Zimbabué; na CEDEAO a Costa do Marfim, o Gana a Nigéria e o Senegal e no ECCAS os Camarões.

²⁰⁶ A maioria dos países continua a manter a situação confortável de terem como parceiros comerciais favoritos as ex-colónias e não se preocupam em desenvolver laços de cooperação económica com os países vizinhos.

²⁰⁷ Mistry, P., 2000:570

²⁰⁸ E isto passa também pela assinatura de tratados na qual estejam realmente engajados em dar seguimento.

- Implementar os programas de ajustamento estrutural com um cariz regional em vez de focados para o interior;
- Os esforços de integração sub-regional deverão ser acompanhados de passos progressivos de estabilização das taxas de câmbio regionais, alcance da convertibilidade intra-regional, estabelecimento de moedas comuns sub-regionais com acordos externos credíveis para manter os seus valores²⁰⁹;
- É necessário tomar passos decisivos no intuito de reduzir e racionalizar o número de acordos regionais e as infraestruturas institucionais de suporte²¹⁰;
- A integração nunca poderá ter sucesso se os Estados africanos não contrariarem o historial após independências de maus governos, corruptos acompanhados por guerras civis e conflitos fratricidas.

Mistry, não é o único investigador a reconhecer a importância do empenhamento por parte dos líderes governamentais africanos nos processos de integração em curso. Também Olivier²¹¹ e Maasdorp²¹² apontam como principais razões da falta de sucesso dos esquemas de integração económica em África a incompetência dos governos e o facto de não estarem dispostos a ceder parte da sua soberania a favor de autoridades supra-nacionais. Morais²¹³, faz referência à necessidade de se ultrapassarem animosidades pessoais e diferenças ideológicas entre os dirigentes africanos. Mbaku²¹⁴, considera que o apoio incondicional por parte dos líderes nacionais poderá

²⁰⁹ Os dois acordos com sucesso relativo – CEAO e SACU ambos tinham uma moeda corrente gerida por um Banco Central sub-regional.

²¹⁰ De acordo com este autor, múltiplos acordos e instituições na mesma sub-região serve apenas para confundir os objectivos de integração, uma vez que países associados em organizações com metas diferentes levam a uma competição contra-produtiva.

²¹¹ Olivier, G., 2001: 43

²¹² Maasdorp, G., 1992: 11

²¹³ Morais, B., 1998:27

²¹⁴ Mbaku, J., 1995: 163

ajudar a ultrapassar diversos obstáculos como a língua, herança colonial, cultura e diferenças ideológicas.

Outro dos pontos que importa considerar referido por Morais²¹⁵ é o da liberdade de circulação de bens e pessoas. Os indivíduos devem ser autorizados a movimentar-se, livremente, para áreas onde possam ganhar mais lucros pela prestação dos seus serviços. De acordo com a experiência passada constatou-se que algumas uniões ou comunidades no continente têm enfrentado grandes problemas com a circulação de pessoas. Um exemplo concreto foi a decisão tomada pela Nigéria em 1983, ao expulsar vários grupos de aliados, nomeadamente os ganenses.

Partindo de uma análise do colapso da Comunidade Este Africana em 1977, Mbaku²¹⁶ é de opinião que o corpo de decisão do bloco integrado seja dirigido por profissionais que não estejam directamente afiliados ao sistema político dos seus respectivos países. O sucesso dos processos de integração económica em África terá que passar pela resolução dos problemas de instabilidade política e melhoria dos sistemas políticos domésticos, pela implementação da democratização das instituições e participação popular na vida política nacional.²¹⁷ Johnson²¹⁸ segue a mesma linha de pensamento considerando que as organizações de integração deveriam ser conduzidas por indivíduos experientes, a tempo integral e dissociados de qualquer governo nacional²¹⁹.

Mbaku, toca num ponto fulcral e de grande sensibilidade para o continente, defende que as bases para uma integração não deverão acentar no crescimento económico, mas sim no desenvolvimento humano. A leitura dos ganhos da integração económica deverá ser feita pelo exame dos indicadores de mortalidade infantil, esperança média de vida, taxas de alfabetismo e outros

²¹⁵ Morais, B., 1998: 28

²¹⁶ Mbaku, J., 1995: 162

²¹⁷ Mbaku, J., 1995:171

²¹⁸ Johnson, O., 1991:18

²¹⁹ No entanto tal como Morais (1998) defende no contexto africano o consenso por parte dos Chefes de Estado ou governo é indispensável. A autora exemplifica com o facto de a OUA ter-se visto a braços com uma crise quando ao tentar resolver o problema do Saara Ocidental o fez a partir de uma resolução tomada por maioria simples.

indicadores sociais que revelam a distribuição do rendimento pela sociedade civil. Este é, no nosso entendimento, um ponto de vista valioso e a ter sempre em consideração na avaliação do sucesso de qualquer processo de integração económica em África.

4. A integração regional africana no âmbito da Globalização

Actualmente, a globalização é assumida como um processo irreversível que apresenta desafios adicionais e requer respostas próprias. Este fenómeno reveste-se das seguintes características principais: elevados níveis de investimento internacional (Investimento Directo Estrangeiro e novas formas de investimento como fusões, aquisições ou alianças estratégicas); intensificação dos fluxos de troca internacionais (crescente liberalização dos regimes de comércio internacional e alargamento das áreas de liberalização aos Serviços e direitos de propriedade intelectual); aprofundamento da competição; rápidas mudanças tecnológicas; globalização da oferta e da procura (produtos globais versus consumidores globais).

Numa perspectiva positivista, e no geral, esta oferece acesso a um maior volume de recursos financeiros, maior oferta de produtos e serviços a custos mais baixos, novos mercados de exportação e novas tecnologias. Estas oportunidades, por sua vez podem conduzir a ganhos de produtividade, maior crescimento e desenvolvimento, melhorias nas condições de vida e menos pobreza.

Com a integração mundial a progredir rapidamente África tem de se voltar para o exterior, abrir as suas fronteiras e competir se desejar partilhar os benefícios deste processo global.

Numa visão pessimista reconhece-se que a globalização, contudo, assume riscos cruciais para a maioria das realidades dos países deste continente. A

primeira e principal ameaça é a da marginalização.²²⁰ A segunda e não menos importante, é a perda de confiança por parte dos investidores nacionais e estrangeiros e consequente fuga de capitais e das fontes de financiamento que podem conduzir e em alguns casos agudizar a crise económica e financeira.

A falta de confiança generalizada que os investidores sentem quanto às economias emergentes, influência de uma forma negativa as oportunidades de investimento, aumenta o risco e desvia recursos que potencialmente seriam canalizados para projectos de investimento, nomeadamente nos sectores petrolífero, mineiro e de infraestruturas, sectores onde o capital estrangeiro tem vindo a manifestar-se em vários países africanos.

Diferentes autores abordam a questão da globalização com perspectivas diversas.

Mbaku²²¹ faz uma análise do fenómeno de globalização interligando-o com o crescimento do regionalismo à escala mundial.

O autor considera que na década de 90 a economia global dividiu-se em três grandes blocos: a Área de Comércio Livre Norte-Americana (NAFTA), a União Europeia e a região da Ásia-Pacífico dominada pelo Japão e logo seguido pelo pólo Coreia, Singapura, Taiwan, Hong Kong, Austrália e Nova Zelândia. Nesta perspectiva a economia global está gradualmente a tornar-se tripolar, ou seja, o mundo não está a evoluir para o multilateralismo, em vez disso o regionalismo ganha um passo no comércio global e a futura participação africana nesta economia será determinada pela possibilidade dos países africanos acederem a um ou mais de um destes blocos.

Na mesma linha de pensamento, Morais reconhece que “o mundo move-se em direcção à duas tendências: globalização e regionalização, não como pares opostos, mas como vertentes integradas. Os processos actuais de integração

²²⁰ Segundo Amin, S. (20001), a ideia de marginalização, que o autor coloca entre aspas, sugere que África a Sul do Saara, excepto talvez a África do Sul está fora do sistema global ou integrada apenas superficialmente. Sugere também que a pobreza da população africana é resultado das suas economias na estarem integradas no sistema de comércio global.

²²¹ Mbaku, J., 1995: 142-151

dizem-se «abertos», isto é, os países crescem regionalmente para melhor competir a nível internacional”.²²²

Nesta perspectiva, o desenvolvimento de grupos regionais efectivos ajudará os países africanos a participarem numa economia global competitiva ou dominada por blocos comerciais pelo incremento dos mercados internos, melhorando a sua viabilidade e permitindo que as indústrias domésticas explorem economias de escala²²³.

Tal como referem Lima e Mendes²²⁴ “as experiências de regionalização/integração podem ser uma das respostas institucionais mais importantes para potenciar positivamente os efeitos da globalização...”

No caso particular da África Austral, devido ao novo ambiente resultante do fim do regime do Apartheid na África do Sul, a democratização²²⁵ e graças ao seu nível de desenvolvimento e ao seu potencial económico elevado aparece como a região no continente africano com maiores probabilidades de nos próximos anos se inserir no comércio mundial²²⁶.

Amin²²⁷, por sua vez, desafia a ideia comum de marginalização considerando que os países marginalizados não são aqueles que estão à margem do sistema mas sim os que são super-explorados e que todas as regiões do mundo estão da mesma forma integradas no sistema mundial, mas de maneiras diferentes. Para este autor o conceito de marginalização é falso pois esconde a questão fulcral que não é em que grau as várias regiões estão integradas, mas sim de que forma elas estão integradas.

²²² Morais, B. 1998: 32

²²³ Leistner, E., 1996

²²⁴ Lima, M e Mendes, I, 2000:233

²²⁵ Na década de 90 muitos países africanos obtiveram êxitos na condução do processo eleitoral do qual resultaram governos legitimamente eleitos, como é o caso, por exemplo, da África do Sul (maio de 1994), de Moçambique (Outubro de 1994) e da Tanzânia (Novembro de 1994).

²²⁶ Cling, J-P., 1998:121

²²⁷ Amin, S., 2001

Segundo a metodologia desenvolvida por Amin, o autor faz uma análise de várias fases de integração de África no sistema mundial²²⁸ e identifica as formas específicas em que esta se processou e conclui que houve ao longo dos tempos uma má integração de África no sistema global. Actualmente a globalização não oferece soluções para nenhum dos problemas do continente africano. O segmento dominador do capital global – as Transnacionais (TNCs) – ditam o que é favorável ao progresso das suas estratégias particulares e o IDE é raro e exclusivamente concentrado nos recursos minerais ou outros recursos naturais.

Assim, ainda segundo Amin, a alternativa para África passa pela combinação da construção de economias aut centradas e a participação na economia global, ou seja, corrigir-se a má integração do continente durante estas últimas décadas.

A par com estas teorias, a problemática dos efeitos da globalização sobre os países em estudo, está, no presente, directamente interligada à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, desenvolvida para disponibilizar uma estrutura institucional de trabalho comum para regular as relações de comércio, e este objectivo foi alargado a novas áreas e problemas. Da regulação do comércio de produtos através do GATT (General Agreement of Tariffs and Trade), o sistema foi estendido para a regulação do comércio de serviços através do GATS, os aspectos ligados ao comércio da Propriedade Intelectual através de um acordo com o acrónimo TRIPS. No tradicional sector do comércio de produtos, as regras e disciplina do comércio liberal foram alargadas a áreas anteriormente consideradas intocáveis como a agricultura, os têxteis e o vestuário (muito sensíveis para a grande maioria dos países africanos). Regras e normas revistas foram também introduzidas para práticas

²²⁸ O autor identifica as seguintes fases. 1ª Fase - Mercantilismo, início do Capitalismo (séculos XVI, XVII, e XVIII) – tráfico de escravos; 2ª Fase – Durante o período colonial (desde 1880 a 1960), África fornecia matérias-primas às colónias; 3ª Fase – independências (1960/1970) África continuou a fornecer matérias-primas segundo os valores antigos de divisão de trabalho; 4ª Fase - Desde 1980 – implementação dos Programas de Ajustamento estrutural que não tiveram os resultados esperados. Durante esta fase a dívida externa nestes países aumentou consideravelmente. Verificou-se uma regressão económica, instabilidade crescente e em alguns casos desagregação das sociedades (co na Somália, Ruanda, Libéria e Serra leoa)

comerciais injustas como as restrições à exportação voluntária, subsídios, barreiras técnicas ao comércio, procedimentos e regras restritivas e medidas de investimento relacionadas com o comércio.

Os instrumentos através dos quais todas estas mudanças foram levadas a cabo foram designados como “acordos de comércio multilateral” e declarados com efeito sob todos os membros da OMC. Apenas 2 dos 21 acordos principais foram designados como plurilaterais, implicando que estes terão efeito sobre os membros que os aceitem. Perante este cenário, Kappel²²⁹ considera que África numa perspectiva internacional está cada vez mais marginalizada. A maioria dos países, nos últimos trinta anos não sofreu qualquer mudança na composição do seu comércio externo²³⁰ ou tornou-se mais dependente de um ou dois produtos (matérias-primas agrícolas ou minerais) e da importação de maquinaria, bens de primeira necessidade, alimentos e outros produtos manufacturados.

O principal parceiro do continente africano é a EU que garantiu preferenciais especiais através dos Acordos de Lomé como iremos abordar posteriormente. Quase cem por cento das exportações africanas podem entrar completamente livres de direitos alfandegários. Se os acordos da Nação mais favorecida forem completamente liberalizados, África terá razões para temer perdas drásticas nas suas exportações, sobretudo na base das preferências existentes e do impacto particular do acordo do Uruguay Round nos produtos agrícolas acarretando segundo Kappel²³¹ o perigo de maior marginalização no comércio mundial.

Os países africanos consideram que a OMC deveria continuar a empreender esforços destinados a garantir que os PVDs, especialmente os países menos desenvolvidos tenham uma quota no crescimento do comércio mundial comensurável às necessidades do seu desenvolvimento económico.

²²⁹ Kappel, 1996:35

²³⁰ Nos países onde houve mudança, deveu-se à descoberta de novas matérias – primas. De petróleo na Nigéria, Camarões e no Congo, de diamantes no Botswana e urânio no Níger.

²³¹ Kappel, 1996: 39

Mas não há dúvida que a curto – médio prazo África terá que desenvolver esforços no sentido de dinamizar as suas economias e a sua capacidade comercial e nesse sentido do ponto de vista da inserção de África na economia internacional, a integração económica regional em África pode ser uma importante via alternativa para eliminar o impacto oriundo da OMC

5. O Novo Acordo de Parceria entre a União Europeia e os Países ACP e suas implicações nos processos de integração regional africanos

Nas últimas décadas do século XX verificaram-se importantes mutações na configuração económico - política do panorama internacional, nomeadamente, como atrás referimos, através dos processos de globalização de mercados e da dissolução da Guerra Fria a qual está associada a permanência dos sistemas democráticos. Estas importantes transformações representam desafios de grande porte para o continente africano, que é, de todos os continentes, aquele que está menos equipado para lidar com as transformações em curso.

O novo contexto global, a experiência adquirida pela Comunidade Europeia no decurso de quatro décadas de cooperação com os ACP e as novas perspectivas políticas, económicas e sociais destes países reclamaram a adopção de outras prioridades na política de cooperação entre as partes envolvidas e a reestruturação de todo o quadro base de reflexão e debate sobre o futuro da referida cooperação.

A proximidade do termo de vigência da IVª Convenção de Lomé²³² em Fevereiro de 2000 e as profundas transformações ocorridas no contexto

²³² Foram assinadas quatro convenções: Lomé I (1975), Lomé II (1979), Lomé III (1984) e Lomé IV (1989). Os principais elementos dos acordos englobam entre outros itens, os seguintes:

- Tratamento especial para os produtos agrícolas através da redução dos direitos aduaneiros;
- Adopção de regras de origem impostas pela EU para impedir desvio de tráfego de países não-ACP;
- Ajuda ao investimento através do fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e o Banco europeu de Investimento (BEI);

económico e político internacional, assim como nos próprios Estados África, Caraíbas e Pacífico²³³ (ACP) constituíram uma oportunidade única para uma avaliação e início de uma profunda revisão do quadro de relacionamento entre a União Europeia (UE) e os países ACP.

Segundo Melo²³⁴, várias motivações tornaram pertinente uma reflexão sobre um novo quadro de relacionamento entre as duas partes.

Do lado da UE, foram apontados imperativos de ordem moral face à situação dos países menos avançados, a justificação política de cooperação para o desenvolvimento que tem vindo a ser reforçada pelos diversos tratados europeus na qual se destacavam os objectivos de luta contra a pobreza, a prossecução do desenvolvimento sustentável e a integração na economia mundial dos países mais desfavorecidos. Num quadro mais abrangente, considerava-se todo um conjunto de interdependências no domínio do ambiente, da paz e segurança, da saúde ou dos fluxos migratórios que impunham uma colaboração reforçada entre as partes. Contudo, Buster²³⁵ considera que o argumento determinante das negociações foi a incompatibilidade do sistema não-recíproco de Lomé com as novas regras do GATT e da OMC por nós referidas anteriormente.

-
- Preferência tarifária para a maioria das exportações dos ACP, que entram livres de tarifas e quotas no território da UE;
 - Criação de fundos estabilizadores de receitas de exportação dos países ACP contra flutuações dos preços internacionais (SYSMIN e STABEX);
 - Criação do Centro para o Desenvolvimento Industrial, com o objectivo de canalizar apoio à industrialização e transferência de tecnologia para os países associados;
 - Não exigência de reciprocidade por parte da UE;
 - Cooperação social e cultural,
 - Acordo sobre cláusulas de salvaguarda por parte da UE

²³³ Buster, G., 2001: Em 1963, 18 ex-colónias francófonas assinaram a Convenção de Yaoundé com a Comunidade Económica Europeia (CEE). A entrada da Grã-Bretanha para a CEE levou à ampliação da Convenção de Yaoundé às antigas colónias britânicas em África e nas Caraíbas (as da Ásia foram excluídas por pressão dos Estados Unidos da América – EUA) e em 1975 assinou-se a primeira Convenção de Lomé incluindo assim, 71 Estados PVDs.

²³⁴ Melo, F., 1999

²³⁵ Buster, G., 2001

O regime preferencial preconizado pela Convenção de Lomé não foi suficiente para gerar uma dinâmica de desenvolvimento e os resultados obtidos ficaram muito aquém do esperado²³⁶, pelo que os objectivos com a integração progressiva dos países ACP na economia mundial ou a defesa de uma nova relação económica e comercial entre as partes pressupunham a existência de uma abordagem mais equilibrada.

Neste contexto surge o Novo Acordo De Parceria entre a UE e os países ACP delineado em Bruxelas a 9 de Dezembro de 1999 e assinado no Benim, mais precisamente em Cotonu, a 23 de Junho de 2000. Este, terá uma vigência de 20 anos e é dotado de uma cláusula de revisão de cinco em cinco anos aos quais corresponderá um protocolo financeiro para cada período e tem implícito uma ruptura com a filosofia que inspirou a primeira Convenção de Yaoundé (1963) e mais tarde a Convenção de Lomé (1975) nas suas diferentes revisões²³⁷.

Não pretendemos neste trabalho fazer uma abordagem exaustiva sobre o acordo vigente (nem dos que vigoraram ao longo destes últimos 22 anos), mas sim, salientar as principais linhas de condução actuais e a interligação destas com os processos de integração africana e mais concretamente com a SADC da qual todos os países membros integram o Grupo ACP. Consideramos o Novo Acordo de Parceria um instrumento indissociável da abertura dos mercados africanos à economia global logo, indirectamente um instrumento também da integração regional nestes países, tornando assim pertinente a menção generalista dos pilares em que este assenta.

²³⁶ A título de exemplo, em 1975 os países ACP podiam exportar para o mercado comunitário 92 por cento dos seus produtos sem tarifas nem quotas, e embora as suas exportações agrícolas estivessem excluídas destes benefícios devido a Política Agrícola Comum europeia, os protocolos da banana, do açúcar, rum e carne de vaca asseguravam uma quotas do mercado comunitário. No ano 2000, a margem preferencial para produtos manufacturados em relação com o Regime Geral de Preferências (SPG) era apenas de 1,6 por cento, mais de metade dos produtos agrícolas não disfrutavam de qualquer preferência e o resto oscila entre os 7 e 10 por cento. Como consequência, as exportações ACP para o mercado comunitário caíram de 6,7 por cento em 1975 para 2,7 por cento em 1995.

²³⁷ Buster, G., 2001

Assim, cinco áreas foram consideradas as bases desta nova parceria. Na dimensão política, primeiro pilar, o diálogo e as estratégias de cooperação abordarão questões de consolidação da paz assente em princípios de Democracia, Estado de Direito e respeito pelos Direitos do Homem. Comparando com a anterior convenção os novos procedimentos remetem para a responsabilidade do Estado para a prevenção tais violações. Este ponto é de extrema importância sobretudo nos países da África subsaariana, onde a boa gestão dos assuntos públicos e a boa governação ainda são metas a alcançar e como já fizemos referência a sua inexistência constituem sérios obstáculos ao crescimento económico.

A redução e erradicação da pobreza constitui o objectivo crucial do novo acordo e outro dos pilares. A este encontra-se associado outro pilar de base que é o da cooperação financeira, nomeadamente através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e dos incentivos ao Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Nesta área, a actuação será em três domínios:

- Desenvolvimento económico;
- Desenvolvimento social e humano;
- Integração e cooperação regionais;

As estratégias de desenvolvimento atenderão à situação individual de cada país e pretende-se o envolvimento dos actores do sector privado e da sociedade civil no processo de desenvolvimento, ou seja, pretende-se uma participação pluralista, da sociedade civil e dos actores económicos através de informação e consulta das políticas e estratégias em realização, o acesso ao financiamento e a participação no desenvolvimento e implementação de projectos e programas.

A nova concepção de partenariado assenta na definição de interesses de ambas as partes no alcance de compromissos cuja dimensão política, outrora reservada aos governos centrais – é estendida a outros actores.

No quadro comercial, o acordo visa essencialmente promover a integração progressiva das economias ACP na economia mundial através do reforço da

integração regional. Esta deve ser entendida, não como um substituto ao fenómeno da globalização, mas como um processo complementar capaz de manter a paz e de assegurar alguma estabilidade económica.

O Acordo prevê que os operadores económicos venham a reforçar relações com os parceiros ACP, que o investimento privado e estrangeiro possibilitem a transferência de tecnologia e *Know-how* e contribua para o desenvolvimento da competitividade destes Estados facilitando a sua progressiva inserção mundial. A este nível diversos especialistas alegam que o nível de integração regional e de capacidade institucional existente na África subsaariana sugere a improbabilidade desta região “embarcar” no sistema de comércio livre com a UE em 2008²³⁸. Tal é justificado pelo facto de a própria SADC só prevê completar o seu programa de integração em 2010-2012.

Na prática, a nível comercial, este acordo pressupõe o desaparecimento dos países ACP como grupo preferencial e dos benefícios do regime comercial não-recíproco. Aliás, não nos podemos esquecer que as negociações decorreram sob a sombra de se estabelecer um regime de liberalização generalizada compatível com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e no fundo acabou por ser definido um prazo irreal para estes países desenvolverem capacidade económica para competirem a nível mundial.

É precisamente nesta área que se levantam as principais dúvidas em relação ao Acordo de Cotonu. Por um lado, o novo Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) apresenta algumas desvantagens para o grupo ACP – trata-se de um regime unilateral e revogável e tende a graduar as preferências de acordo com o nível de desenvolvimento de cada país – ou seja, rompe com a unidade dos países ACP como grupo e com as dinâmicas de integração regional existentes. Por exemplo, a África do Sul beneficia deste sistema no

²³⁸ A liberalização comercial está estabelecida por *rounds* de negociações. De acordo com a nova parceria a Comunidade mantém um regime preferencial durante um período preparatório de oito anos. Em 2004 a Comunidade fará a primeira avaliação da situação dos ACP que não são Países Menos Avançados e estudará as possíveis alternativas de acordos que atendam às suas necessidades mas em conformidade com as regras da OMC. Ambas as partes, avaliarão formalmente os progressos registados no âmbito dos acordos de parceria económica de forma a preparar os acordos comerciais de 2008.

domínio industrial desde 1994 e agrícola desde 1995 ao contrário dos outros países da região²³⁹.

Por outro lado, a reestruturação dos países ACP em uniões aduaneiras e de comércio livre, entre as quais se encontram a SADC, a UDEAC e a UEMOA contam com o inconveniente de ser apenas um esquema do qual os modelos econométricos realizados concluem consequências negativas para vários países ACP²⁴⁰.

Muitos investigadores acreditam que uma das razões pela qual África falhou em formar um bloco integrado efectivo e operacional foi porque a maioria das economias do continente estão ligadas a um número elevados de acordos com a UE²⁴¹.

Existe uma forte crença que os países africanos beneficiariam mais com a eliminação das preferências comerciais, pois cortaria com o “cordão umbilical” existente entre as economias africanas e os países europeus desde o colonialismo, permitiria que estas quebrassem a dependência psicológica face aos mercados europeus e contribuiria para que procurassem outros mercados e se empenhassem mais na integração regional²⁴².

Cling²⁴³, por sua vez, considera que para o desenvolvimento dos países da África Austral é necessário que estes continuem “ancorados” a um dos grandes mercados mundiais – a Europa, uma vez que esta constitui, tradicionalmente o primeiro parceiro comercial da região.

No seu relacionamento com a SADC, a EU desde sempre tem vindo a dar mostras de considerar a região austral, como prioritária. Tem acompanhado as evoluções mais importantes que se registam na região e tem tentado adaptar os instrumentos de cooperação de que dispõe às novas realidades. Para além

²³⁹ Cling, J-P., 1998: 139

²⁴⁰ Buster, G., 2001

²⁴¹ Mbaku, J., 1995:164

²⁴² Mbaku, J., 1995: 167

²⁴³ Cling, J-P, 1998: 139

desta dimensão, novas dimensões têm sido tomadas em conjunto, abrindo, desse modo, novas perspectivas de cooperação política e institucional²⁴⁴.

²⁴⁴ É exemplo, a Declaração de Berlim de 1994 que visa o combate ilícito de drogas e crime na região da SADC.

Capítulo III – Angola no SADC

Depois de analisada a integração económica nos PVDs e mais concretamente nas diferentes regiões do continente africano e reconhecido que se trata de uma realidade possível e desejável pelos governos destes países de forma a contrariarem o declínio económico que enfrentam e a ameaça da marginalização das correntes comerciais mundiais passaremos a uma apreciação da atitude política de Angola, país potencial na África Austral, no bloco que actualmente mais promessas oferece na região – a SADC.

Este capítulo é uma resenha dos poucos documentos oficiais existentes sobre a questão e ao qual tivemos acesso, e de entrevistas e conversas informais com algumas personalidades do país mais envolvidas com a temática da integração económica em África e na SADC.

1. Breve caracterização do país

A República de Angola é, na África subsaariana, o quinto país de maior dimensão, com uma área de cerca de 1.246.700 quilómetros quadrados e com uma linha marinha atlântica de cerca de 1.650 quilómetros.²⁴⁵

Embora, seja um país com enormes potencialidades económicas, uma vez que dispõe de inúmeros recursos em diferentes sectores de actividade²⁴⁶ e populacionais,²⁴⁷ a economia angolana apresenta assimetrias sectoriais muito

²⁴⁵ <http://www.mirex.gv.ao/sadc/informacaogeral.htm>

²⁴⁶ Na agricultura (cereais, raízes e tubérculos, leguminosas, horto-frutícolas, oleaginosas, citrinos e culturais industriais tais como café, algodão e cana-de-açúcar); na pecuária (bovinicultura de carne e de leite, ovinos e caprinos); nas pescas (peixes, crustáceos e moluscos); nos minérios (diamantes, chumbo, urânio, quartzo, asfalto, ferro, mica, manganês, granito negro, zinco e mármore); na silvicultura (madeira) e na energia hidroeléctrica.

²⁴⁷ Desde 1970 que não é realizado um censo geral da população. Nesse ano o país tinha cerca de 5,673 milhões de habitantes, correspondendo a uma densidade global de 4,55 habitantes por quilómetro quadrado. Em 2000 e de acordo com as estimativas disponíveis, Angola provavelmente apresentou um

graves (ver anexos) e que se traduzem numa dependência quase total da indústria petrolífera²⁴⁸ e numa praticamente estagnação dos restantes sectores de actividade económica, dos quais, no entanto, depende, em termos de emprego e rendimentos, a grande maioria da população.

No que diz respeito à perspectiva político-diplomática, a estratégia de Angola durante as décadas conturbadas de 80 e 90 deve ser analisada tendo como pano de fundo duas ópticas. A primeira, que tem em linha de conta a situação político, económico e social a nível interno do país. A segunda que tem em conta as mudanças substanciais que se operaram no cenário político mundial.

Na vertente interna, a nível político, há mais de três décadas o nome de Angola evoca - nos imagens de guerra, o êxodo massivo das populações fugindo das atrocidades, as cidades destruídas, milhões de mulheres e crianças entregues à miséria e a fome, amontoadas nos campos de refugiados, sobrevivendo da ajuda da comunidade internacional. Desde a independência do país, a 11 de Novembro de 1975, que Angola viveu uma situação de conflito interno entre as duas forças antagónicas MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) na luta pelo poder. Durante a década de oitenta, estes foram actores respectivamente das duas superpotências mundiais, a ex-União Soviética (apoiada pelos países do Leste e Cuba) e os Estados Unidos da América (apoiada pela África do Sul) que mediam forças pelo controle da região e pela instauração das suas ideologias – o Comunismo e a Democracia.

O Estado dirigido por um partido único – o MPLA – de opção marxista-leninista, que instituiu no país um sistema económico centralizado, sendo o poder de decisão pertencente única e exclusivamente ao governo e que manteve como

universo populacional de 14,602 milhões de indivíduos, o que equivale a uma densidade média global de 11,71 habitantes por quilómetro quadrado.

²⁴⁸ O peso da economia petrolífera é significativo: 41 por cento em média na década de 90 e cerca de 62 por cento em 2000 (é notável o crescimento que este sector tem apresentado). O sector do comércio e serviços é o segundo mais importante na estrutura económica do país, com 13,7% em média nos anos 90 e 20,7% em 1998. Os sectores da agricultura, silvicultura, pecuária e pesca não chegam a deter, em conjunto, 10 por cento do PIB: na década a sua representatividade média foi de apenas 9,4 por cento.

prioridade a questão militar e de manutenção do conflito e o controle do poder, descurando e demonstrando uma incapacidade de gestão na esfera económica e social.

No campo social, assistiu-se à degradação das infraestruturas ligadas à saúde e à educação, ao fenómeno crescente de desemprego e subemprego, da corrupção, da degradação de valores morais e outros fenómenos associados à guerra como as migrações, a deterioração do tecido urbano e a criminalidade.

O fenómeno da bipolarização mundial, os países estavam divididos em dois blocos controlados por duas superpotências antagónicas que não se podendo confrontar directamente, serviam-se de “palcos” estratégicos onde podiam medir forças sem correrem o risco de despoletarem uma guerra mundial, situação que se reflectia na região da África Austral e mais concretamente em Angola, a ameaça militar sul - africana caracterizaram a conjuntura externa que influenciou a tomada de decisões políticas do país na altura.

Durante a década de noventa, factores externos marcam a evolução da conjuntura política em Angola, assim como no resto do mundo, o fim da Guerra-fria e do conflito Leste – Oeste e consequente autodestruição do bloco soviético que levou a criação de uma “nova ordem mundial” e a consolidação dos ideais de Democracia e pluripartidarismo.

Em 1991, a conjuntura positiva da recém - independente Namíbia e do início da abolição do *Apartheid*²⁴⁹ na África do Sul perspectivava uma paz duradoura para Angola. No entanto, não obstante dois acordos de paz assinados, o de Bicesse em 1991, e o Protocolo de Lusaka em 1994, e a realização de eleições em Setembro de 1992, os dois movimentos persistiriam na incapacidade de ultrapassarem as suas rivalidades e se entenderem, contribuindo para a crescente deterioração do país.

A 22 de Fevereiro de 2002, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, foi morto pelas forças governamentais na Província do Moxico. Um cessar-fogo entrou em

²⁴⁹ O ex-presidente sul-africano Frederik De Klerk a 1 de Fevereiro de 1991 anunciou o cancelamento das três leis essenciais do *apartheid*, das terras, do local de residência e da classificação das populações.

vigor quase imediatamente, seguido pela assinatura, a 4 de Abril de 2002, de um Memorando de Entendimento que reactivou efectivamente o Protocolo de Lusaka²⁵⁰, criando-se assim, com a consolidação da paz, os alicerces para a luta pela estabilidade económica e social.

Perante a conjuntura actual, colocamo - nos a seguinte questão: Qual o papel que Angola, dispondo de enormes potencialidades económicas e dotada de recursos minerais naturais estratégicos poderá desempenhar no futuro desenvolvimento da SADC? No nosso entender, a resposta para esta pergunta dependerá do empenho que o país terá na execução de medidas tendentes à alteração da situação económica em que sobrevive e na aposta e num caminho de Democracia e Boa Governação e do “sucesso com que for gerida a dupla transição da guerra para a paz e de uma economia centralmente dirigida para uma economia de mercado”²⁵¹.

2. Fundamentos da adesão e participação de Angola no processo de integração regional

2.1. A adesão de Angola à SADCC-SADC

A inserção de Angola na dinâmica da integração regional na região da África Austral está directamente relacionada com a Organização que se convencionou chamar “Países da Linha da Frente”. Esta designação nasceu do Comité de Libertação da OUA na década de sessenta e tinha como principais objectivos a independência política de Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul e do Zimbabué.

Inicialmente faziam parte desta organização a Tanzânia e a Zâmbia e mais tarde o Botswana. Em 1975, com a independência de Angola e Moçambique, estes países tornaram-se, respectivamente o quarto e o quinto país membro e

²⁵⁰ <http://www.icbl.org/lm/2002/angola.pt.html>

²⁵¹ Ministério da Indústria, 1998

vieram reforçar não só o objectivo político que era a erradicação do colonialismo – pelo apoio à Frente Patriótica do Zimbabué e à South West People's Organization (SWAPO) da Namíbia na luta pela independência - como a ideia de cooperação económica com o intuito da redução da dependência económica excessiva em relação à África do Sul.

Como referimos, Angola era na altura o único Estado sem vínculos económicos e comerciais com a África do Sul, o mesmo não se verificava com os outros países da região, nomeadamente a Namíbia, o Lesoto, o Botswana, a Swazilândia, o Zimbabué, a Zâmbia, Moçambique e o Malawi, cujos laços de ligação a aquele país eram (e continuam a ser) parte integrante do funcionamento das suas economias. Contudo, como tivemos oportunidade de referir, a ameaça militar sul-africana era uma constante para o governo angolano. Temia - se não só o apoio dado à UNITA, como os seus projectos de expansão na região austral e o regime de segregação racial existente no país era condenado. A participação de Angola numa organização da região espelhava a luta contra o *Apartheid* ao mesmo tempo que se tratava de um meio diplomático para travar as ameaças militares deste país e condenar a nível internacional o apoio dado ao movimento opositor do MPLA – a UNITA, bem como de reunir apoio diplomático e financeiro externo.

Morais²⁵², reconhece que são razões de ordem política e diplomática que estão na base da adesão de Angola à SADCC. Não só como meio de combater a influência sul-africana na região e as agressões militares de que o país era alvo, bem como usufruir do apoio da comunidade internacional para a reconstrução das suas infraestruturas económicas e sociais.

Com a transformação da SADCC em SADC e com a integração da África do Sul a esta organização, embora as divergências fundamentais tenham sido ultrapassadas, a ênfase colocada agora na questão económica despertaram em Angola o receio de uma nova ameaça: a do poderio económico sul - africano na região. A situação económica e financeira em que o país se

²⁵² Morais, 1998: 43

encontra coloca – o numa posição de receio de “invasão” do seu mercado e de incapacidade por parte de Angola de dar resposta à capacidade industrial do seu rival dado o insipiente tecido industrial angolano.

2.2. A participação de Angola na SADCC – SADC

Se durante a vigência da SADCC poder-se-á afirmar que Angola em resposta às suas motivações políticas teve algum protagonismo, nomeadamente na luta contra o regime apartheid da África do Sul, na retirada das tropas deste país do sul de Angola e na independência da Namíbia, o mesmo não se verificou em termos económicos. A nível interno, durante as duas últimas décadas as questões económicas foram praticamente votadas ao esquecimento e isto reflectiu-se da mesma forma nos processos de integração económica que Angola está inserida.

Sendo Angola, o único país produtor e exportador de petróleo na região e então o único possuidor de maior potencial hidroeléctrico, tornou-se com a aprovação do Programa de Acção da SADCC em 1981, no candidato óbvio para albergar a coordenação do sector da Energia, responsabilidade esta que mantém até hoje. Para o efeito, foram criadas no país uma Comissão Nacional e uma Unidade Técnica para a coordenação da participação de Angola na SADCC e da coordenação e execução de políticas energéticas regionais de desenvolvimento, conservação e abastecimento de energia aos Estados membros da Organização.

Tendo como pano de fundo o Estudo sobre a futura estratégia de participação de Angola na SADC, desenvolvido pelo Ministério do Planeamento deste país, faremos uma análise crítica da participação de Angola nos diferentes sectores do plano de acção da SADC.

Para os diferentes sectores foram tiradas as respectivas conclusões, no entanto, consideramos pertinente iniciar pelo da Energia aquele para o qual, por razões óbvias, era esperado um maior empenho por parte de Angola.

Em 1982, houve a criação da Unidade Técnica e Administrativa do sector da Energia (UTA) em Luanda, com o objectivo de coordenar a implementação de políticas e programas de desenvolvimento na área e desde essa altura que se verificou alguma indefinição em relação aos órgãos de tutela desta entidade e lacunas na realização dos seus objectivos. Por um lado, fruto da desagregação do ministério de tutela da UTA – o Ministério da Energia e dos Petróleos – em dois órgãos o Ministério dos Petróleos (MINPET) e a Secretaria de Estado de Energia e Águas (SEEA), esta passou a ter dupla subordinação criando dificuldades em termos de desenvolvimento e execução de projectos e políticas e gestão do sector (passaram a haver também dois pontos de contacto sectoriais). Por outro lado, toda estrutura de apoio à UTA tem funcionado com bastante irregularidade. A maioria dos sub-comités estão inactivos desde que os países doadores que suportavam os encargos deixaram de o fazer e os poucos activos subsistem com dificuldades. Para além disso, a ausência de técnicos especializados, o factor língua e a passividade de muitos do reduzido número de técnicos tornou bastante limitada a intervenção e participação de do país.

Embora Angola, como coordenador do sector de energia, tenha em carteira uma série de projectos²⁵³ para esta área e se encontre envolvida noutros tantos a nível regional o que é certo é que estes se encontram inactivos com a justificação da instabilidade vivida no país e não estão de forma alguma a serem optimizados. De certa forma tem se verificado ausência da dinâmica que seria esperada para o tratamento das questões inerentes à área pela qual é responsável. É de lamentar, entre outros exemplos, situações como o atraso na ratificação do Protocolo da Energia e a não assinatura do Memorando de Entendimento para o projecto de Gestão de Energia na Indústria.

²⁵³ Ministério do Planeamento, 1998: 36 - Por exemplo:

- ANG 1.1 – Abastecimento de petróleo à região da SADC;
- ANG 3.2 -. Interligação dos sistemas eléctricos Norte, Centro e Sul e possibilidade de extensão à Namíbia;
- ANG 3.3 – Conclusão da Barragem do Gove, etc.

Da mesma forma se verifica uma atitude de passividade por parte de Angola em relação aos outros sectores. No sector das Finanças e Investimento²⁵⁴ pelo crítico panorama macro-económico do país e pela insuficiência de dados estatísticos actualizados. Os recursos financeiros disponibilizados para a agricultura e utilização racional dos recursos naturais não têm sido aproveitados pelo factor guerra e nem nos projectos localizados em áreas seguras. Para o sector de desenvolvimento dos recursos humanos o Estudo em questão refere que “de facto pouco tem sido o usufruto do trabalho deste sector para Angola devido à nossa fraca participação nos projectos regionais e em alguns projectos cuja componente nacional pode ser aproveitada...”²⁵⁵

A avaliação para o sector comercial, sector fulcral para uma integração económica efectiva, é também negativa. Embora o país participe em alguns projectos regionais, nenhum projecto a nível nacional vingou, mais uma vez devido ao fraco empenho por parte do país. São reconhecidos uma série de condicionalismos que interagem para tal:

- Ausência de uma política comercial do país;
- Falta de acções diplomáticas e divulgação de informação junto dos países parceiros sobre os projectos do país;
- As questões de cooperação regional e o seu enquadramento na estratégia de desenvolvimento nacional não eram tratadas nos círculos adequados;
- Reduzido empenho dado à participação nos eventos sectoriais “considerado em alguns casos como um passeio ou uma oportunidade de o técnico complementar o seu magro salário...”
- a inexistência de dados económicos ou a falta de autorização para divulgação de certos dados;

²⁵⁴ Os representantes do Banco Nacional de Angola (BNA), não têm participado nas reuniões do comité de Ministros

²⁵⁵ Ministério do Planeamento, 1998: 51

- Dificuldades na participação e tratamento dos documentos após as reuniões por ausência de *staff* especializado que domine a língua inglesa;
- Dificuldades de comunicação com a Tanzânia – país coordenador do sector;
- “Ausência de decisões sobre as matérias reportadas em relatórios e que carecem de tratamento técnico subsequente levaram a que o país fosse rotulado em alguns círculos regionais como pouco empenhado nas questões da cooperação regional”.
- Inexistência de uma política de desenvolvimento industrial;
- O sector da Indústria é insipiente e as relações comerciais com a região são reduzidas;

No que diz respeito ao sector de Transportes e Comunicações, Angola possui uma série de projectos inscritos nas áreas Multimodal, Estradas e Transportes Rodoviários, Caminhos-de-ferro, Transportes Aquáticos e Portos, Aviação Civil e Telecomunicações. Não obstante, a sua participação inicial na Comissão dos Transportes e Comunicações (SATCC²⁵⁶) se tenha revelado muito fraca, desde a aprovação do protocolo relativo a este sector que se verificou maior dinâmica e concertação nas actividades inerentes a área de Transportes, Comunicações e Meteorologia da SADC.

Apenas nos sectores das Minas, do Turismo e das Águas é feita uma apreciação razoável do envolvimento de Angola, fruto da participação de técnicos do país nas reuniões e outros eventos destes sectores.

Mais do que as acções que seriam esperadas nas diferentes áreas de intervenção da SADC, consideramos que a não adesão a uma série de documentos importantes da organização retrata de forma mais explícita o desinteresse das entidades governamentais angolanas para os assuntos da organização. Verificamos os principais Protocolos existentes e na sua maioria

²⁵⁶ Southern Africa Transport and Communications Commission

não foram ratificados (e alguns nem sequer assinados) pelo país. Até 2001 ainda não tinham sido assinados os Protocolos sobre o Desenvolvimento do Turismo e o do Comércio. Não foram ratificados o Protocolo sobre sistemas Hidrográficos comuns que entrou em vigor a 28 de Setembro de 1998, o Protocolo do Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas (em vigor desde 20 de Março de 1999), o Protocolo relativo à Educação e Formação e o Protocolo do Sector Mineiro, ambos assinados a 08 de Setembro de 1997, o Protocolo sobre a Saúde (até à data não entrou em vigor) e o Protocolo relativo à Conservação da Fauna e Aplicação da lei na SADC²⁵⁷.

Realmente reconhece-se que “a participação e protagonismo de Angola tem registado insuficiências de índole diversa, uns devido à situação de instabilidade política que viveu durante longos anos, outros por falta duma organização/coordenação interna e fraco monitoramento da sua actuação, enquanto Estado Membro.”²⁵⁸

Constatou-se a inexistência de modalidades de participação do país nas actividades da SADC. Na maior parte dos casos as delegações participam sem termos de referência e mandato e assiste-se a ausência quase total duma estratégia sectorial de Angola em relação aos diferentes sectores que compõem o programa de Acção da SADC e consequentemente não existe qualquer reflexão nos planos de desenvolvimento sectoriais nacionais do impacto ou papel a ser jogado pelas políticas e planos de desenvolvimento sectoriais regionais.

2.3. Expectativas e Principais obstáculos

A nível oficial Angola defende que a sua participação nas organizações de integração económica da região deverá ser efectuada sob os princípios de boa governação e promoção de relações de cooperação a todos os níveis entre os Estados associados bem como implementação de uma política de paz e

²⁵⁷ SADC, 2000, Twentieth Anniversary Summit

²⁵⁸ Ministério do Planeamento, 1998:5

segurança comum e desenvolvimento económico e dos sectores sociais da Comunidade. De acordo com o plano nacional do país espera-se que Angola venha a usufruir de, entre outros, benefícios como: atracção de investimentos; construção de infra-estruturas; reabilitação de estruturas existentes; formação técnico-profissional; pesquisa técnico-científica; obtenção de bens e serviços sob condições mais favoráveis; difusão da informação sobre o país e conquista de novos mercados regionais²⁵⁹.

No entanto, muito embora este seja o discurso político, na prática como constatamos o estado de apatia governamental perante os assuntos económicos na SADC reflectem desinteresse pelas iniciativas de integração económica de que faz parte e algum receio dos resultados que se poderão esperar.

Angola esteve um tempo afastada do dossier económico da SADC, os dossier político e militar relegaram para segundo plano a integração económica o que conduziu não só a uma ausência de técnicos especializados e de concretização de projectos viáveis como a que o esforço de inserção que se desenvolva agora seja maior do que estaria previsto. O país tem-se preocupado apenas desde o início em obter protagonismo político e militar na região. Durante a década de 80 como já referimos e no final dos anos 90 com o envolvimento nos conflitos internos da República Democrática do Congo e do Congo-Brazzaville.

Uma série de constrangimentos interligam-se para que isto se verifique-se:

- Questões da guerra absorvem a política e a maioria dos recursos;
- Falta de comunicação interna entre os participantes;
- Inúmeras ausências nas reuniões sectoriais, reuniões das comissões, seminários e conferências;
- O problema estrutural da língua, onze dos países falam inglês;

²⁵⁹ Ministério das Relações Exteriores, (s/d):2

- Indefinição sobre o órgão que devia tutelar a SADC (Ministério dos Negócios Estrangeiros vs Ministério do Planeamento). Por exemplo, o Ponto de Contacto Nacional já esteve sediado no Ministério do Comércio, posteriormente na Secretaria de Estado da Cooperação e por último no Ministério do Planeamento;
- Privilégio das relações comerciais com o Ocidente (Ver anexos)
- O país encontra-se desindustrializado;
- Efeitos da guerra na economia e sociedade;
- Condições de partida diferentes relacionadas com o facto de Angola apresentar uma pauta aduaneira com desvantagens acumuladas;
- Receio da ameaça da África do Sul

Perante este cenário de obstáculos muito complicados de ultrapassar e o facto de ser inultrapassável a inserção de Angola nas estratégias da integração económica verifica-se uma posição de excessiva cautela por parte do governo deste país. Nesta perspectiva foi encomendado um trabalho de análise “Estudo do impacte do Protocolo de Comércio da SADC sobre o processo de reindustrialização de Angola e sobre a Economia Angolana”²⁶⁰, para aferir a viabilidade da inserção de Angola na Zona de Comércio Livre da SADC e a participação que deveria ter nesta Organização. Este estudo concluiu que “ a análise que é possível fazer sobre o potencial de desenvolvimento que está subjacente à SADC, sem dúvida a região africana com maior dimensão de mercado e mais rápido crescimento económico leva a recomendar que a República de Angola seja membro de pleno direito da SADC, ratifique o Protocolo de Comércio e defina uma estratégia de protagonismo liderante, na medida em que é o Estado-membro que apresenta as maiores taxas d crescimento potencial nas próximas décadas”. Logo novas perspectivas adivinham-se para o papel de Angola na SADC.

²⁶⁰ Ministério da Indústria, 2000:6

3. Principais desafios

As condições de estabilidade política que Angola começou a reunir e as transformações sócio-económicas que se têm vindo a operar despertam a urgência de uma mudança de atitude por parte deste país perante os processos de integração económica na região.

Realmente, nos últimos anos assiste-se ao nascer de uma onda de maior preocupação e interesse pelos assuntos da SADC por parte das entidades governamentais angolanas. Há uma tomada de consciência cada vez mais presente de que o desenvolvimento do país e a inserção deste nas correntes comerciais mundiais não poderão ser efectivas sem a força motora de um bloco coeso na região.

Vários documentos por nós consultados dos últimos anos da década de noventa apontam para a necessidade de a curto-médio prazo uma série de acções sejam empreendidas pelo Estado angolano, nomeadamente desde uma avaliação do desempenho da participação do país na SADC à criação de condições mais favoráveis ao relançamento da imagem de Angola na região e desenvolvimento de acções para a colocação de quadros angolanos nas estruturas regionais.

À medida que os anos vão passando, o dossier SADC tem vindo a assumir uma complexidade cada vez maior, levando a que a coordenação, gestão dos assuntos SADC exija uma gestão permanente e coerente das várias questões. As obrigações dos Estados membros para com a SADC vão se tornando cada vez maiores exigindo, assim, um nível de integração e coordenação bastante estreito entre as diferentes estruturas nacionais, para o qual Angola terá que se preparar.

Um dos principais desafios com o qual o país se debate é o da questão da assinatura e ratificação do Protocolo do Comércio.

Angola reconhece que a adesão ao Protocolo trará ao país múltiplas vantagens políticas económicas. O país poderá usufruir do clima de cooperação e confiança mútua que se desenvolverá entre os países da região com a

consolidação da Zona de Comércio Livre bem como evitar um possível isolamento comercial. A nível económico, a não adesão poderia constituir um risco elevado podendo Angola ficar na periferia, excluída da dinâmica de desenvolvimento da região e perder a oportunidade estratégica de alargar o seu mercado para uma dimensão na ordem dos 200 milhões de consumidores.

Não obstante o reconhecimento da inevitabilidade da adesão do país a este Protocolo, uma série de razões combinadas estão na origem do adiamento deste passo. Teme-se uma adaptação difícil fruto da desorganização e fragilidade do sistema económico e industrial, o que dificultará nos primeiros anos da implementação do protocolo não ter benefícios das várias oportunidades. Há a consciência da limitação que o país apresenta em termos de competitividade (Bens e Serviços) com algumas economias estáveis da região, nomeadamente a vizinha África do Sul.

Por outro lado, Angola terá de desenvolver um esforço enorme para a mobilização de recursos materiais, financeiros e humanos para a materialização dos objectivos preconizados pelo Protocolo Comercial.

A integração regional é um imperativo num mundo globalizado, face às barreiras que se colocam aos países menos desenvolvidos, em termos de expansão dos seus mercados e da capacidade de mobilização de financiamentos. O processo de integração económica regional é uma parte importante da estratégia de erradicação da pobreza e do lançamento das economias da África Austral para um desenvolvimento sustentável e o protocolo do Comércio o instrumento principal para prossecução destes objectivos.

As circunstâncias políticas e económicas próprias de Angola, sugerem, pois perspicácia, empenho e uma forte organização interna no sentido da adesão ao Protocolo do comércio da SADC, em condições mais favoráveis, com os períodos de derrogação máximos possíveis e usando os mecanismos de protecção previstos no documento. Tal exige a implementação de um programa de desenvolvimento económico ambicioso que deverá num período de 8 a 12

anos, conferir à indústria e à economia angolana competitividade no seio da Organização.

Conclusão

Após a análise da problemática da aplicação do fenómeno de integração económica nas economias dos Estados africanos, constatámos que embora este conceito é aceite e defendido pelas entidades de governação do continente. Simultaneamente, é considerado como um dos caminhos mais viáveis para a solução dos múltiplos problemas existentes e o meio condutor para uma maior participação efectiva na economia global. Contudo, e no geral, as experiências que tivemos oportunidade de analisar e que representam as de maior significado actualmente no continente africano, não registam resultados muito animadores e, na maioria dos casos, as medidas e prazos estipulados não foram sequer aplicados e cumpridos. Consequentemente não desencadearam quaisquer efeitos económicos positivos nos países associados nas organizações consideradas.

No entanto, todos os agrupamentos abordados representam entidades promissoras e que poderão vingar efectivamente tanto no cenário regional como internacional. Para isso, devem contar com vontade política por parte dos estados envolvidos. É importante que haja uma concentração de esforços no sentido de se ultrapassarem ou minimizarem os constrangimentos e obstáculos existentes a nível regional e os condicionalismos que advêm do contexto mundial – multilateralismo comercial, globalização financeira, o Acordo de Cotonou, implementação do Euro, etc.

Em relação à hipótese por nós anunciada verifica-se efectivamente que a participação de Angola no SADC apresenta um carácter de passividade.

Como podemos depreender do estudo das directivas e posições tomadas, existe uma percepção, por parte do governo angolano de que pouco poderá beneficiar directamente com a integração nas condições político e económicas presentes, associado a algum receio perante o "gigante" sul-africano.

No caso de Angola no SADC, existe desde há muito uma procura de protagonismo do ponto de vista político na região. Primeiro durante a situação

do Apartheid na República da África do Sul o que ocorreu entre 1980 e início da década de 90 e depois com o envolvimento na República Democrática do Congo, já em pleno período do SADC. Angola tem-se mantido, completamente afastada do dossier económico desta organização e a demonstrar uma cautela excessiva com o processo de integração, bem como alguma despreocupação perante a gestão dos assuntos da SADC. O dossier político, económico e militar deste país relegou para segundo plano a integração económica, com as questões da guerra a absorverem o seu envolvimento e a condicionarem o fortalecimento das suas relações comerciais com os países vizinhos.

Parece-nos, no entanto, que esta é uma atitude que merece alterações no curto prazo, uma vez que existem poucas alternativas viáveis. A aposta principal deve ser encaminhada para o SADC, uma vez que tudo indica que em breve é o bloco regional que se encontrará mais próximo do objectivo de criar um único espaço comercial na região e que pelo seu contexto histórico e geográfico, mais afinidades tem com Angola.

Bibliografia

- Adepoju, A. (s/d), "Migrantes indocumentados ou irregulares e cooperação regional em África", Missão em Portugal da Organização Internacional para as Migrações;
- *África Hoje* (1997/1998), "Os desafios de África na transição do Milénio", Anuário 97/98, Lucidus Publicações, Lda;
- Andic, S. et Teitel S. (selecção de); *Integración económica*, El Trimestre Económico 19, Fondo de Cultura económica, México, 1977;
- Bach, D. (1999), *The Revival of Regional Integration in Africa*, Colecção Documentos de Trabalho N.º 56, CESA, ISEG, Lisboa;
- Balassa, B. (1961), *Teoria da Integração Económica*, Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C.A (Filhos), Lda;
- Bigsten, A. e Durevall D., (2002) "Is Globalisation Good for Africa?", working Papers in Economics, N.º 67, Göteborg University, pp. 33 in <http://www.handels.gu.se/epc/data/html/html/pdf/gunwpe0067rev.pdf>;
- Branco, L.B. (1996), *Das razões políticas da SADCC às razões económicas da SADC*, Tese de Mestrado, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa;
- Brown, A. J. (1961), "Customs Union vs Economic Separatism in Developing Countries" Vol. I e II, *Yorkshire Bulletin*;
- Buster, G. (2001), "Los acuerdos post-Lomé: el fin anunciado de la política de desarrollo de la UE" in <http://www.izquierda-unida.es/publicaciones/puebos/numero01.htm>;
- Centro de Informacion Y Documentacion africanas, "Africa 1998 – Luces y sombras" in <http://www3.planalfa.es/cidaf/noticias/news1.htm>;
- Cling, J-P., (1998), "Afrique Australe: Intégration régionale et «Ancrage» À L'Union Européenne" *Économie Internationale, La Revue du Cep II*, N.º 74, pp.121-145;

- Cooper, C. A. e Massell, B. F. (1965), "Toward a General Theory of Customs Union for Developing Countries", *Journal of Political Economy*, 73, pp.461-476;
- Cooper, F. (2001), "What is The Concept of Globalization Good For? An African Historian's Perspective" *African Affairs*, 100, pp. 189-213;
- Correia, O. G. (2000), "Zonas Monetárias Óptimas – A Experiência do BCEAO e o projecto de criação da zona monetária única da CEDEAO", Conferência;
- Costa, C. (1996), *O futuro radioso? Tese sobre a Integração regional na Ásia Pacífico*, ISEG, Tese de Mestrado, Lisboa;
- Dupréelle, K. (2001), "Recompositions régionales en Afrique orientale", *Afrique contemporaine*, N° 198, pp.69-79;
- Ferreira, E. S. (1983), *Integração Económica – Teoria – CEE – A adesão de Portugal*, Chaves da Economia, Edições 70;
- Ferreira, M. E. (1990), *Angola – Portugal Do Espaço Económico Português às Relações Pós-Coloniais*, Escher;
- Foroutan, F. (1992), "Regional Integration in Sub-saharan Africa Past Experience and Future Prospects", *World Bank and CEPR Conference on New Dimensions in Regional Integration*;
- Hoff, P. e Stiftung F. (1999), "Regional Integration in Africa With Particular reference to the Southern African Development Community", *Economic Focus – Volume 2*, N.º 4 in <http://eea.ethiopia online.net/Econ-foc/ef2-4/hofO2-4.htm>;
- Hugon, P., (1999), *Economia de África*, Editora Vulgata, pp.123-145;
- Hugon, P. (2002), "Les économies en Développement au Regard des Théories de la Régionalisation", *Revue Tiers Monde*, N° 169, pp. 09 – 23;
- I.S.C.S.P., *África Século XXI (1998), Os desafios da Globalização e as Respostas do desenvolvimento*, pp.53-195;

- Instituto Diplomático (2000), *Seminário Internacional Europa-África perspectivas de relacionamento*, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa;
- Johnson, O. (1991), "Economic Integration in Africa: Enhancing Prospect for Success" *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 29, Nº 1, pp.1-26;
- Kappel, R. (1996), "Africa's Marginalisation in World Trade. A result of the Uruguay Round Agreements", *Intereconomics*;
- Krugman, P. (1988), "La Nueva Teoría del comercio Internacional y los Países Menos Desarrollados", *El trimestre Económico*, vol LV (1), N.º 217;
- Lider, S.B. (1967), "Trade and Trade Policy for Development", *Serie de Praeger sobre Economia Internacional e Desenvolvimento*, New York;
- Lima, M. e Mendes, I., (2000), "A Comunidade para o desenvolvimento da África Austral: Competitividade e Ambiente num Contexto de Globalização" *Estudos de Desenvolvimento África em Transição*, CESA, Trinova. pp. 233-273;
- Lipsey, R. G. (1960), "The Theory of Customs Unions: a General Survey", *Economic Journal*, Vol.70;
- Leistner, E. (1996), "Regional Cooperation in Sub-Saharan Africa, with special reference to Southern Africa", *Africa Insight*;
- Lourenço, A., (2002), "Perspectivas e Desafios da NEPAD" in <http://www.mirex.gv.ao/sadc/economia.htm>
- Maasdorp, G. (1992), "Economic Co-operation in Southern Africa: Prospects for Regional Integration", *Conflict Studies* 253, RISCT, pp.01-27;
- Maia, J. (2000), "SADC: A Caminho da Integração Económica Regional", *Semana de Internacionalização*, Lisboa;

- Mbaku, J.M., (1995), "Emerging Global Trade Blocs and the Future of African Participation in the World Economy", *Journal of Economic Integration*, pp. 141-177;
- McCarthy, C. (1995), "L'intégration régionale Partie de la solution ou partie du problème?" in Stephen Ellis (dir), *L'Afrique Maintenant*, Kapthala, Paris;
- Medeiros, E. R. (1996), *Economia Internacional*, 5ª Edição (Revista e actualizada), ISCSP, Lisboa;
- Medeiros, E. R. (1998), *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa;
- Melo, F.F., (1999), *A Política Comunitária de Cooperação ao Desenvolvimento*, INA;
- Ministério da Indústria da República de Angola (2000), "Estudo do Impacte do Protocolo de Comércio da SADC sobre o Processo de Reindustrialização de Angola e sobre a Economia Angolana – Relatório Final", CESO – Consultores Internacionais, S.A.
- Ministério da Indústria da República de Angola (1998), "Memorando sobre a Posição Oficial de Angola face à Assinatura e ratificação do Protocolo de Comércio da SADC", 12ª Reunião de Ministros da Indústria e Comércio da SADC;
- Ministério da Indústria da República de Angola (1998), "Termos de Referência para assistência à Reabilitação Industrial", 2ª Versão;
- Ministério do Planeamento da República de Angola (1998), "Estudo sobre A Futura Estratégia de Participação de Angola na SADC";
- Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, (S/D), "Plano de Acção", Direcção de Integração económica Regional;
- Miranda, J. (2002), "A paz em Angola e seu impacto regional" in <http://www.mirex.gv.ao/sadc/politica.htm>;

- Mistry, P. (2000), "Africa's record of regional cooperation and Integration", African Affairs, *The Journal of the Royal African Society*, Volume 99, N° 397, PP.553-572;
- Morais, B. (1998), *A Cooperação e a Integração Regionais da África Austral – A SADC. O papel de Angola*, Centro de Estudos Africanos, Universidade de São Paulo, pp. 134;
- Moreira, J. A. (1995), *Integração Económica e Bem-estar – A Economia Portuguesa e a adesão à CEE em 1986: uma estimação empírica dos efeitos resultantes da reafecção de recursos induzida pelas alterações aduaneiras*, Faculdade de Economia, Tese de Mestrado, Universidade do Porto;
- Mshomba, R.E. (2000), *Africa in the Global Economy*, Lynne Riennee Publishers, Roulder London;
- Mwase, N. (1985), "The African Preferential Trade Area towards a Sub-Regional Economic in Eastern and Southern Africa" *Journal of World Trade Law*, 19 (6), pp.622-636;
- Ng'ong'ola, C. (1999), "Regional Integration and Trade Liberalisation in Africa The Treaty for the Establishment of an African Economic Community Revisited in the context of the WTO System", *Journal of World Trade*, 33 (1), pp. 145-171;
- Ng'ong'ola, C. (2000), "Regional Integration and Trade Liberalization in The Southern African development Community", *Journal of International Economic Law*, Oxford University Press, pp. 485-506;
- Odenthal, L. (2001), *New Forms of Co-operation and Integration in Emerging Africa: FDI in Sub-Saharan Africa*, *OECD Development Centre*, Technical Papers N° 173;
- Olivier, G. (2001), "Regional Integration and African Revival", *African Insight*, Vol. 31, N° 3, pp. - 39-46;

- Omach, P. (2000), "The African Crisis Response Initiative: Domestic Politics and Convergence of national Interests", *African Affairs*, Vol. 99, Nº394, pp. 73-95;
- *O Mundo em Português* (2000), "A Dupla Mundialização – ano 2000", IIEI, Ano I, N.º 4;
- *Problèmes Economiques*, (2002), "Économie Internationale", Nº 2751, La documentation française, pp. 01 -06;
- *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*, Relatório do Desenvolvimento Humano 2001, Trinova Editora, Lisboa;
- *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*, Relatório do Desenvolvimento Humano 2000, Trinova Editora, Lisboa;
- *Regional Surveys of the World* (2001), "Africa South of the Sahara 2001", Europa Publications, 30th Edition
- Robson, P., *Teoria Económica da Integração Internacional*, Coimbra Editora, Coimbra, 1985, 336pp;
- Rowlands, I.H. (1998), "Mapping the prospects for regional co-operation in southern Africa", *Third World quarterly*, Vol. 19, Nº 5, pp. 917-934;
- Ruguman, S., 1999, "EU-ACP Partnership: an appraisal in cooperation, south Partnership for Development", UNDP, Nº 2;
- SADC (1996), Protocolo sobre Trocas Comerciais na Região da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC);
- SADC (2003), Reunião do Conselho de Ministros da SADC, Luanda;
- SADC, (2000) SADC Summit Brochure – Namibia 2000, Twentieth Anniversary Summit, pp.129;
- SADC (2000), SADC Industry and Trade Ministers' Retreat, Dar es Salaam;
- SADC (2000), The Official SADC Trade, industry and Investment Review 2000;

- SAER/FERNAVE, 2001, "Portugal e as Condições Estratégicas da Globalização", *Estratégia Económica e Empresarial de Portugal em África*, Vol. I, pp.35-319;
- SAER/FERNAVE, 2001, "Os Actores e as Estratégias", in *Estratégia Económica e Empresarial de Portugal em África*, Vol. III;
- Santos, M. E. (1996), *A Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC): Evolução, Tendência e Perspectiva para o século XXI*, Tese de Mestrado, ISEG, Lisboa;
- Silva, A. e Rego, L. (1984), *Teoria e Prática da Integração Económica*, Porto Editora, Porto, 222pp;
- Stein, B.(1995), "Soluções Regionais", *Refugees*, ACNUR, Genebra;
- Torres, A. (1990), *Integração Económica e Mercados em África*, Colecção Estudos sobre África, CESA, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa;
- Torres, A. (1993), "Integração regional em África e multilateralismo – Integração regional versus GATT?", *Documento de trabalho* n.º 26, CESA, Lisboa, pp. 27;
- Torres, A. (1999), *Horizontes do Desenvolvimento Africano No Limiar do Século XXI*, 2ª edição, Colecção Vega Universidade/Ciências Sociais e Políticas;
- Viner, J. (1950), *The Customs Union Issue*, Carnegie Endowment for International Peace, New York;
- Winters, L. A., (1997), "What Can European Experience Teach Developing Countries about Integration", *The World Economy*, Vol. 20 Nº 7, Blackwell Publishers, USA;
- World Bank, *World Development Indicators 2001*, 5ª Edição, Washington;
- World Bank, *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, 1998/99;
- World Bank, *African Development Indicators 2001*, New York;


- United Nations (2001), "Economic Development in Africa: performance, Prospects and Policy issues", UNCTAD, New York and Geneva;

Anexos

Quadro 1. Taxas tarifárias do Comesa e Taxas tarifárias nacionais

País	(1) Taxas Comesa	(2) Taxas Nacionais	(3) (1)/(2) * 100
Angola	27	27	100
Burundi	16	39	41
Comores	5	28	18
Rep. Dem. Congo	18	18	100
Eritreia	30	65	46
Etiópia	29	29	100
Kénia	7	23	30
Lesoto	30	30	100
Madagáscar	7	18	39
Malawi	6	20	30
Marurícias	11	35	31
Moçambique	20	20	100
Namíbia	30	30	100
Ruanda	18	46	39
Sudão	10	48	21
Swazilândia	30	30	100
Tanzânia	24	24	100
Uganda	2	12	17
Zâmbia	6	15	40
Zimbabué	9	47	19

Fonte: Comesa, 1998 in Mshola, 2000:185

Quadro II: Produto Nacional Bruto de Angola por Sector de actividade


	1994	1995	1996	1997 ^a
Agricultura floresta e pesca	6.2	7.8	7.5	9.6
Petróleo e gás	58.1	56.0	59.3	48.5
Diamantes	2.0	2.7	3.3	3.8
Outros minérios	0.0	0.0	0.0	0.0
Indústria	4.9	4.0	3.4	4.4
Electricidade e Água	0.1	0.0	0.0	0.0
Construção	3.4	3.4	3.1	4.1
Comércio	18.1	17.6	14.8	16.3
Serviços transaccionáveis não	6.5	7.3	8.1	11.4
Taxas alfandegárias	1.8	1.4	1.9	1.9
PNB a preços de mercado (Kwz reajustados)	0.66	14.5	845.6	1.779.1

Fonte: SADC, 2000The Official Trade, Industry and Investment Review 2000: 126

^aFonte: Ministério do Planeamento e Coordenação Económica

Quadro III - Principais parceiros comerciais de Angola (milhões de USD)

	1993	1994	1995	1996	1997
Exportações (fob) para:					
E.U.A.	2,034	2,009	2,173	2,991	3,180
China	164	44	124	254	645
Bélgica – Luxemburgo	123	144	173	254	300
França	122	112	80	153	190
Taiwan	16	18	85	315	140
Espanha	77	131	108	214	95
Brasil	28	13	36	163	45
Itália	115	111	105	198	20
Alemanha	85	148	232	163	...
Importações (fob) de:					
Portugal	907	381	316	486	510
África do Sul	...	89	97	194	349
E.U.A	185	224	286	326	327
Espanha	390	144	34	112	203
Reino Unido	126	45	40	88	154
França	105	150	422	190	138
Itália	65	67	36	71	64

Fonte: FMI, in SADC, 2000, The Official Trade, Industry and Investment Review 2000: 129

Quadro IV. Principais indicadores de Angola

	1980	1985	1990	1995	2000
<i>População</i>					
Total (milhões)	7.062	8.378	9.570	11.339	13.134
Urbana (%)	20.8	23.1	26.6	30.0	33.5
Feminina (%)	50.8	50.8	50.7	50.6	50.5
<i>Participação da População Activa</i>	<i>Percentagem</i>				
Total	49.4	48.1	46.8	46.0	45.2
Homens	53.3	52.0	50.8	50.0	49.2
Mulheres	45.7	44.3			
<i>Contabilidade Nacional</i>	<i>Milhões de USD</i>				
PNB per capita	830	230	240
PIB preços correntes de mercado	10260.19	5039.53	8828.02
Exportações de Bens e Serviços	3992.71	3851.59	7959.30
Menos importações de Bens e Serviços	2147.43	3963.78	6850.94
Agricultura	721.02	368.50	542.54
Indústria	3447.29	3339.04	4600.40
Indústria transformadora	290.21	201.97	277.11
Serviços	2021.13	1331.99	1503.83
<i>Finanças Públicas</i>	<i>Percentagem do PIB</i>				
Receitas totais e donativos	26.5		25.6	30.0	53.1
Despesas totais	36.4	49.3	67.2	48.2	
Déficit (-)/excedente global (+)	-9.9		-23.7	-37.3	4.8
<i>Balança de Pagamentos</i>	<i>Milhões de USD</i>				
Balança Comercial	...	900.00	2305.70	2255.03	...
Exportações	...	2301.00	3883.90	3722.70	...

Quadro IV (cont.). Principais indicadores de Angola

	1980	1985	1990	1995	2000
Importações	...	-1401.00	-1578.20	-1467.67	...
Saldo das contas correntes	...	195.00	-235.50	-295.05	...
Balança geral	...	454.00	-1208.89	-1239.26	...
<i>Índices de Produção</i>					
Agrícola (1989-91=100)	96.3	95.3	97.8	121.8	140.3
Alimentar (1989-91=100)	91.1	94.5	98.0	123.2	142.7
Mineira (1990=100)	107.5	147.4
Transformadora (1990=100)	91.9	126.0
<i>Dívida externa e fluxos comerciais</i>	<i>Milhões de USD</i>				
Dívida Pública Externa total		2325.90	7605.10	9423.50	9290.00
Investimento governamental		230.80	1781.70	1912.40	3011.25
Organizações internacionais		28.00	56.90	191.50	768.00
Investimento Privado		2067.00	5766.60	7319.60	5510.75
Serviço da dívida pública		107.60	282.80	414.90	1110.00
Fluxos financeiros líquidos	200.90	257.67	91.89	492.69	134.93
IDE dos países do CAD	37.42	19.94	-131.74	85.84	325.22
Ajuda Pública ao desenvolvimento	52.61	91.52	269.39	417.94	306.67
<i>Moeda e Banca</i>	<i>Milhões de Kwanzas</i>				
Massa Monetária		3	5.333
Reservas internacionais		212.8	1198.2

Quadro IV. Principais indicadores de Angola (Cont.)

	1980	1985	1990	1995	2000
<i>Indicadores sociais</i>					
Escolaridade Primária (%)	174.7				
Mulheres (%)	162.0		87.9	67.3	...
Escolaridade secundária (%)	20.5		12.3	12.3	...
Mulheres (%)	9.2		9.8	9.8	...
Taxa de analfabetismo (%)
Mulheres (%)
Taxa de mortalidade infantil (por 1000)	152.8	142.6	131.2	126.0	121.2
Taxa bruta de mortalidade (por 1000)	23.5	22.1	20.6	20.1	19.5
Taxa de mortalidade maternal (por 100000 nados vivos)	...		1500.0
Índice sintético de Fecundidade (por mulher)	6.9	7.1	7.2	7.2	7.2
Esperança média de vida à nascença Total (anos)	41.2	42.9	44.6	44.8	45.3
Homens (anos)	39.7	41.4	43.1	46.5	44.0
Mulheres (anos)	42.7	44.5	46.2	46.4	46.7

Fonte: http://www.afdb.org/knowledge/statistics/statistics_indicators_select/

